

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DISSERTAÇÃO

**O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e a
transnacionalização do grande capital brasileiro (1990-2010)**

Alexandre Lourenço de Oliveira

Seropédica, RJ
Junho de 2018



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**O BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E
SOCIAL E A TRANSNACIONALIZAÇÃO DO GRANDE CAPITAL
BRASILEIRO (1990-2010)**

ALEXANDRE LOURENÇO DE OLIVEIRA

Sob a Orientação do Professor
Pedro Henrique Pedreira Campos

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em História**, no Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração Relações de Poder e Cultura.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001

Seropédica, RJ
Junho de 2018

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

O48b Oliveira, Alexandre Lourenço de, 1993-
O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e a transnacionalização do grande capital brasileiro (1990-2010) / Alexandre Lourenço de Oliveira. - 2018.
167 f.

Orientador: Pedro Henrique Pedreira Campos.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, PPHR, 2018.

1. BNDES. 2. Transnacionalização de empresas. 3. Multinacionais. 4. Estado. 5. Políticas de exportação.
I. Campos, Pedro Henrique Pedreira, 1983-, orient.
II Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. PPHR
III. Título.

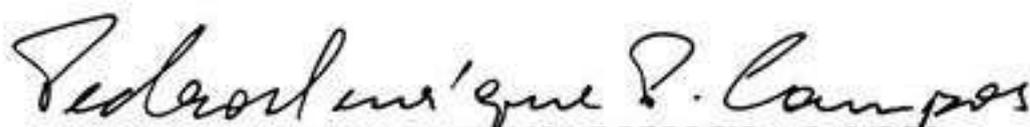
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO E
DOUTORADO

ALEXANDRE LOURENÇO DE OLIVEIRA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História, no Programa de Pós-Graduação em História – Curso de Mestrado, área de concentração em Relações de Poder e Cultura.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 12/06/2018

Banca Examinadora:


Professor Doutor PEDRO HENRIQUE PEDREIRA CAMPOS
Orientador e Presidente da Banca - UFRRJ


Professora Doutora FLAVIA BRAGA VIEIRA - UFRRJ


Professor Doutor JOÃO MARCIO MENDES PEREIRA – UFRRJ


Professor Doutor JOÃO ROBERTO LOPES PINTO - UNIRIO

Di um sorrizo, sodadi:

Pa nha kretxeu Aline Lobo, pa sta sempri di nha ladu.

Ses dimonstraçon di afetu, companherismo e coraji

ki ta fazi jus a “Lob[a]” di bo nomi.

Agradecimentos

Ao Pedro Campos pela consistente orientação, pela amizade e companhia nos últimos anos. Ao longo do desenvolvimento desta pesquisa, sempre realizou uma leitura atenta do material e colocou questões fundamentais para a conformação do texto final. Assim, os pontos altos desta dissertação não devem ser pensados sem a sua importante contribuição; no sentido inverso, as possíveis fragilidades, limitações devem ser atribuídas apenas ao autor do presente trabalho.

Aos professores que compuseram a banca de qualificação da dissertação, João Roberto Lopes Pinto e João Márcio Mendes Pereira. As questões colocadas, bem como as sugestões e críticas realizadas naquele momento foram fundamentais para o direcionamento dos passos seguintes desta pesquisa. Parcela das sugestões foram imediatamente acatadas pelo autor e encontram-se desenvolvidas neste trabalho, as que não foram, serão muito bem aproveitadas em pesquisas futuras.

À Flávia Braga por ter aceitado a participar da banca de defesa desta dissertação. A mesma foi fundamental na minha formação, sendo uma das minhas principais referências tanto profissional quanto pessoal. Agora, mais uma vez, é um prazer finalizar esse importante ciclo podendo contar com suas críticas e sugestões sobre a presente pesquisa.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em História da (PPHR) pelo acolhimento, pela amizade e pelos ensinamentos ao longo desses dois anos. Os mesmos sempre se dispuseram a ajudar no que fosse preciso e, ao longo dessa jornada, não foram poucas às vezes em que os requisi. Referencio aqueles que constantemente os encontrava nos arredores da Pós-Graduação: Alain Pascal Kaly, Fábio Koifman, Vânia Maria, Luís Edmundo e Felipe Magalhães. Conselhos, sugestões tanto de caráter pessoal quanto relacionadas à própria vida acadêmica foram primordiais para a finalização desse ciclo.

Aos professores Felipe Magalhães e Regina Bruno, do PPHR e do curso de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA), respectivamente, pelas ótimas disciplinas ministradas. As discussões teórico-metodológicas travadas em sala de aula contribuíram muito para o amadurecimento do pesquisador e, conseqüentemente, para dirimir as possíveis lacunas da dissertação.

Aos colegas, professores e estudantes do Laboratório de Economia e História (LEHI-UFRRJ) pelos momentos compartilhados durante o curso de Mestrado. Além do ótimo ambiente de discussões criado no âmbito do laboratório, as conversas informais e as trocas de experiências

contribuíram para o amadurecimento do pesquisador. Pelas contribuições referentes à própria pesquisa cabe mencionar os seguintes nomes: os professores Rafael Brandão, Almir Pita, Leonardo de Brito e os doutorandos Frederico Ferreira e João Paulo Moreira.

Ao secretário do PPHR, Paulo Longarini, pelo contundente suporte durante o curso de mestrado. Além da sólida atuação como secretário da pós-graduação merecem destaque os bons momentos de prosas, trocas de experiências e incentivos às atividades do mestrado.

Aos demais funcionários do Prédio de Pós-Graduação do Instituto de Ciências Humanas e Sociais (PPG). Merece referência o funcionário Carlos Augusto, Célia Cristina, Marcilene Dutra e Kátia Souza. Estes tornaram a minha rotina de trabalho mais leve, mais prazerosa e menos difícil diante da precária infraestrutura de que dispõem a Rural.

Às amigadas consolidadas durante mestrado. Faz-se menção à de Joelmir Cabral, Juliano Tiago, Leandro Rocha, Luiz Paulo, Mariana Dionísio, Patrícia Alcântara e Pedro Larrubia. As acaloradas discussões travadas em sala de aula, mas também os momentos de confraternização em mesas de bares proporcionaram um amadurecimento coletivo e aliviou as pressões inerentes à pós-graduação.

Aos amigos, professores e estudantes do Núcleo Atitude - Educafro (Ipatinga-MG) pela amizade e incentivo. Vocês me motivam a seguir acreditando na possibilidade de um mundo melhor, com justiça e equidade.

Aos amigos do Alojamento M4 - “Cobertura” pelos anos de convivência. Dispensa-se a referência nominal de cada um que constitui essa grande família, pois, todos contribuíram de alguma forma para a concretização de mais esse objetivo. Será eterna a lembrança das experiências vividas!

Ao Júlio Carvalho pela amizade que construímos ao longo dos últimos anos. Seja em uma mesa do bar e ouvindo uma boa música ou numa sala de estudos, não faltaram discussões, sugestões e críticas, fundamentais para o amadurecimento como profissional e, principalmente, como ser humano.

Ao Ygor Egídio pelo companheirismo durante momentos difíceis durante o mestrado. Além da sólida amizade, o mesmo sempre esteve me auxiliando em vários assuntos, na solução de diversos problemas do cotidiano. Isso foi fundamental para que esse trabalho fosse finalizado.

Aos pais de amigos pelas conversas nos poucos momentos em que estivemos juntos e pelas palavras de incentivo. Faz-se referência a Rejane Carvalho, o Edson Carvalho e Vânia Lúcia. Apesar de distantes, sempre estiveram na torcida para que este trabalho fosse concluído.

À Silvia Rocha que, além do importante auxílio como Ortoptista passou a figurar como uma grande amiga. Foram ótimos os momentos de conversa, seja durante uma consulta ou tomando uma boa cerveja. Obrigado!

Aos meus familiares pelo suporte desde que comecei a estudar na Rural. Em especial, ao meu pai David, à minha mãe Vera Lúcia e ao meu irmão Bruno pelo cuidado, pela confiança e apoio.

À Maria Elizabeth pelo carinho e confiança depositados em mim. Foi um grande presente tê-la conhecido e serei eternamente grato por isso.

Por fim, um agradecimento especial à Aline Lobo em virtude de ter estado ao meu lado desde o início desta pesquisa, ainda na graduação. A Aline sempre me apoiou, me incentivou e foi muito paciente quando estive ausente.

À Capes, pelo financiamento da pesquisa.

Sumário

Introdução.....	1
Capítulo 1 – O debate acadêmico sobre a atuação do BNDES no período de 1990 a 2010.....	9
– Os especialistas a serviço do Estado e do BNDES	10
– Distintas leituras sobre o papel do BNDES	23
– Um balanço da bibliografia analítica	40
Capítulo 2 – O BNDES nas privatizações e internacionalização da economia brasileira nos anos de 1990 e 2000.....	45
2.1 – Breves notas sobre a atuação do BNDES na reestruturação do capitalismo brasileiro (1990-2002)	46
– Continuidades e rupturas: arquitetura institucional e a ampliação do escopo de atuação do BNDES	54
– Alterações na composição do <i>funding</i> e evolução dos desembolsos na história recente do BNDES	62
Capítulo 3 – BNDES: o banco das multinacionais brasileiras	70
– As políticas de financiamento do BNDES às exportações brasileiras, 1990-1996.....	76
– O BNDES-Exim e a inserção internacional do grande capital, 1997 a 2010	85
Conclusão	116
Fontes e bibliografia	119
Anexos.....	128

Lista de gráficos e tabelas:

Tabela 2.1 – Composição do passivo do BNDES, 2007-2009 (em R\$ bilhões)	65
Tabela 2.2 – Desembolsos anuais do BNDES por porte de empresa, 2004-2013 (em R\$ bilhões)	66
Gráfico 2.1 – Participação das empresas nos desembolsos do BNDES em 2010 (%)	68
Tabela 3.1 – Evolução dos desembolsos do Finamex, 1991-1996 (em US\$ milhões)	78
Tabela 3.2 – Participação das linhas pré e pós-embarque nos desembolsos totais do Finamex, 1991-1996 (%).....	79
Tabela 3.3 – Participação das linhas pré e pós-embarque no número de operações realizadas pelo Finamex, 1991-1996 (%).....	80
Tabela 3.4 – Evolução dos desembolsos do BNDES-Exim, 1997-2003 (em US\$ milhões)	87
Tabela 3.5 – Participação das linhas pré e pós-embarque nos desembolsos totais do BNDES- Exim, 1997-2003	89
Tabela 3.6 – Participação das linhas pré e pós-embarque no número de operações realizadas pelo BNDES-Exim, 1997-2003.....	90
Tabela 3.7 – Evolução dos desembolsos do BNDES-Exim, 2004-2010 (em US\$ bilhões)	91
Tabela 3.8 – Participação das linhas pré-embarque e pós-embarque nos desembolsos totais do BNDES-Exim, 2004-2010.....	94
Tabela 3.9 – Desembolsos pós-embarque do BNDES-Exim por categoria de uso, 1998-2010 (em US\$ milhões).....	96
Gráfico 3.1 – Evolução dos desembolsos pós-embarque do BNDES-Exim, por categoria de uso, 1998-2010 (em US\$ milhões).....	97
Gráfico 3.2 – Desembolsos pós-embarque do BNDES-Exim por continente/região do mundo, 1998-2010 (%).....	98
Tabela 3.10 – Desembolsos pós-embarque do BNDES-Exim por regiões, 1998-2010 (US\$ milhões).....	100
Tabela 3.11 – Total dos desembolsos pós-embarque do BNDES-Exim por país de destino, 1998- 2010 (US\$ milhões).....	103
Tabela 3.12 – Número de contratos financiados pela linha pós-embarque do BNDES-Exim, por ano (1997-2010)	106
Tabela 3.13 – Empresas que tiveram pelo menos 10 contratos financiados no âmbito da linha pós-embarque do BNDES-Exim, 1997-2010.....	108
Tabela 3.14 – Número de contratos e de empresas financiados pelo BNDES-Exim Pós- Embarque, por país (1997-2010).....	111

Lista de siglas e abreviaturas:

ABC – Agência Brasileira de Cooperação

ABDI – Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial

AINT – Área Internacional do BNDES

Aladi – Associação Latino-Americana de Integração

APE – Área de Pesquisa e Acompanhamento Econômico

Apex – Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BNDES-Exim – Programa de Financiamento às Exportações do BNDES

BNDES *Limited* – Subsidiária do BNDES em Londres

BNDESPar – BNDES Participações S.A

Cacex – Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil

CAF – Corporação Andina de Fomento

Camex – Câmara de Comércio Exterior

Casa – Comunidade Sul-Americana de Nações

CCR – Convênio de Créditos Recíprocos

Cemarx – Centro de Estudos Marxistas da Unicamp

Cepal – Comissão Econômica para a América Latina

CNI – Confederação Nacional da Indústria

Copin – Conselho de Política Industrial

Cosiplan – Conselho de Infraestrutura e Planejamento da Unasul

Fapesp – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FHC – Fernando Henrique Cardoso

Fiesp – Federação dos Industriais do Estado de São Paulo

Finame – Agência Especial para o Financiamento Industrial

Finamex – Programa de Financiamento às Exportações de Máquinas e Equipamentos

Finex – Fundo de Financiamento à Exportação

Finsocial – Fundo de Investimento Social

FMM – Fundo da Marinha Mercante

Fonplata – Fondo Financiero para el Desarrollo de la Cuenca del Plata
Funcex – Fundação Centro de Estudos de Comércio Exterior
Ibre – Instituto Brasileiro de Economia
IED – Investimento Externo Direto
IIRSA – Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana
INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
INPI – Instituto Nacional de Propriedade Industrial
Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MCMV – Minha Casa Minha Vida
MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Mercosul – Mercado Comum do Sul
MRE – Ministério de Relações Exteriores
P&D – Pesquisa e Desenvolvimento
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PDP – Política de Desenvolvimento Produtivo
PIB – Produto Interno Bruto
PIS – Programa de Integração Social
PITCE – Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior
Proex – Programa de Financiamento às Exportações do Banco do Brasil
Prouni – Programa Universidade para Todos
Reuni – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SMDIC – Sistema MDIC
Suframa – Superintendência Zona Franca de Manaus
TJLP – Taxa de Juros de longo Prazo
TMD – Teoria Marxista da Dependência
Unasul – União de Nações Sul-Americanas

Resumo:

Esta dissertação tem como objeto a política do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social em apoio à transnacionalização das empresas brasileiras (1990-2010). Nela, analisamos principalmente a evolução das políticas de fomento do banco às exportações brasileiras. Veremos que, apesar de o mesmo ter dado considerável foco à execução das privatizações, paulatinamente viu-se implicado em políticas com vistas à inserção internacional de empresas nacionais e estrangeiras que atuavam no Brasil. A criação do Programa de Financiamento às Exportações de Máquinas e Equipamentos (Finamex), em 1990, marca o início da atuação da agência estatal nesse processo. A partir da segunda metade dessa década e, principalmente, de 1997 em diante, com a inauguração do programa de financiamento às exportações, BNDES-Exim, a instituição passou a atuar de forma ainda a mais destacada. Assim, de porte de um aparato teórico marxista-gramsciano acompanhamos a evolução dos desembolsos do Finamex e do BNDES-Exim com o fito de mapear as empresas, os setores, os países e regiões beneficiados pelos referidos programas. Concluimos que a atuação do BNDES nessa estratégia de desenvolvimento capitalista foi marcada mais por nuance, ou seja, avanços e recuos ao longo de todo o período do que por rupturas ou continuidades completas.

Palavras-chave: BNDES. transnacionalização das empresas brasileiras (1990-2010). multinacionais.

Abstract:

This thesis aims to analyze the policy of the National Bank for Economic and Social Development in support of the transnationalization of Brazilian companies (1990-2010). In this study we analyze mainly the evolution of the policies of foment of the bank to the Brazilian exportations. We will see that, although it has given considerable focus on the implementation of privatizations, it has gradually changed to policies aiming the international insertion of Brazilian and foreign companies operating in Brazil to other countries. The creation of the Financial Program for Exports of Machinery and implements (Finamex) in 1990 marks the beginning of this agency actuation in this process. After the second half of this decade, and especially from 1997 to onwards, with the inauguration of the exportation financial program, BNDES-Exim, the institution started to act even more prominently. Thus, by using a theoretical marxist-gramscian view, this study scrutinize the evolution of the disbursements of Finamex and BNDES-Exim in order to map the companies, sectors, countries and regions benefited by these programs. We conclude that the actuation of the BNDES in this capitalist development strategy was marked by nuance. This represents more advancements and setbacks throughout the period than by ruptures or complete continuities.

Keywords: BNDES. transnationalization of brazilian companies (1990-2010) . multinationals.

Introdução

Durante a primeira década dos anos 2000, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) chamou a atenção de diversos setores da sociedade brasileira, da grande mídia e de vários estudiosos pelo tamanho que adquiriu no decorrer desses anos e por levar suas ações para além das fronteiras nacionais. Neste momento histórico específico, a agência estatal passou a ser considerada pela literatura especializada no assunto como a “ponta da lança” da estratégia de desenvolvimento levada a cabo pelo Estado brasileiro, de inserção internacional do Brasil via transnacionalização das empresas com base no país. Isso se deveu, entre outros motivos, ao tamanho que o banco adquiriu nesta primeira década do século XXI, que, aliás, chegou em 2013 com sua carteira de desembolsos totalizando mais de 190,4 bilhões (US\$ 79 bilhões)¹. “Apenas a título de comparação, ao longo de todo o ano de 2012 o Banco Mundial desembolsou cerca de US\$ 19,8 bilhões, ao passo que o BID emprestou US\$ 6,9 bilhões no mesmo período”².

Além da considerável expansão nos valores dos desembolsos do BNDES e da consequente elevação de sua participação na economia brasileira de forma geral, outros fatores contribuíram para que a agência estatal recebesse tamanho destaque por parte dos estudiosos no assunto. O banco expandiu consideravelmente seu escopo de ação e tomou diversas iniciativas em benefício das multinacionais como, por exemplo, a ampliação do acesso às linhas de crédito, apoio informacional e técnico, bem como a criação de novos instrumentos de apoio à internacionalização das empresas sediadas no país. Além disso, promoveu diversas alterações em seu estatuto visando facilitar o financiamento de investimentos diretos no exterior. E com o objetivo de diversificar suas fontes de recursos promoveu sua própria internacionalização através da abertura de escritório e subsidiárias fora do país.

¹ A Evolução dos desembolsos do BNDES será um dos assuntos do capítulo 2.

² BORGES, Caio. *Desenvolvimento para as pessoas?* o financiamento do BNDES e os direitos humanos. São Paulo: Conectas Direitos Humanos, 2014. cit. p. 51.

Contudo, a tamanha importância adquirida pelo banco nesses primeiros anos do século XXI não deve obscurecer o fato de que a instituição, desde o seu surgimento, em 1952, quando ainda não possuía o ‘S’ – Social – no nome³, desempenhou papel importante na política e na economia brasileira. Naquele momento a agência estatal já atuava no sentido de criar as condições institucionais e de infraestrutura necessárias para viabilizar a aceleração do desenvolvimento capitalista brasileiro. Não existia, na década de 1950 e na esfera pública brasileira, um órgão financeiro específico para viabilizar grandes projetos de infraestrutura.

O Sistema financeiro, nessa época, constituía-se basicamente dos bancos comerciais privados e do Banco do Brasil. A inexistência de um mercado de capitais de longo prazo e o estado relativamente primitivo do sistema bancário privado fazia do Banco do Brasil não apenas a principal fonte de crédito para o setor privado como a única (pelo menos até entrada em operação do BNDE).⁴

Outro aspecto de grande importância a ser destacado na atuação do BNDES, já nos seus primeiros anos de existência, vai além de seu papel como instituição financeira – relativamente modesto até então – e engloba sua relevância nas tomadas de decisões políticas e de estratégias econômicas do país. Quanto a isso, arrola Jorge Chami Batista:

A formação do Grupo Misto CEPAL/BNDE em 1953, que tinha como objetivo desenvolver projeções de longo prazo com vistas a definir áreas prioritárias de investimento, e o acordo entre o Banco e o IBRE da FGV, para desenvolver estatísticas sobre as contas nacionais, começava a dotar o Banco de uma capacidade de atuar como um *Think tank* a serviço do desenvolvimento do país.⁵

Um grande exemplo dessa capacidade do BNDES de pensar e traçar diretrizes do desenvolvimento do capitalismo no país, desde seus primeiros anos de existência, fica evidente na sua relevante participação na elaboração do Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek (JK). Este foi o primeiro episódio na história do Brasil em que o governo adotou uma experiência de planejamento econômico integral visando, justamente, coordenar e controlar todos os setores econômicos, seus investimentos e o seu crescimento.⁶

³ Pelo Decreto 1.940 de 25 de maio de 1982, foi acrescida a letra ‘S’ no nome do banco, que passou a se chamar Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Ver BERNARDINO, Ana Paula da Silva. Fontes de recursos e atuação do BNDES sob uma perspectiva histórica. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23. 2005. p. 55.

⁴ VIANNA, Sérgio Besserman. *A política econômica no segundo governo Vargas (1951-1954)*. 11º Prêmio BNDES de Economia. Rio de Janeiro: BNDES, 1987 *apud* BERNARDINO, Ana Paula da Silva. Fontes de recursos e atuação do BNDES... *op. cit.* p. 55.

⁵ BATISTA, Jorge Chami. O BNDES e o desenvolvimento brasileiro. In: *Seminário Especial 50 Anos de Desenvolvimento – 1952/2002: o papel do BNDES e do Banco do Nordeste*. Rio de Janeiro: Estudos e Pesquisas, nº 39, 2002. p. 4. Sobre a colaboração entre BNDES/Cepal para a investigação da natureza do processo de desenvolvimento econômico do Brasil e a elaboração de um programa para o mesmo, ver: IANNI, Octavio. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986. p.140.

⁶ MENDONÇA, Sonia Regina de. *A industrialização brasileira*. São Paulo: Moderna, 1990. p. 56.

O BNDES, que fora criado no governo democrático de Vargas com o principal objetivo de financiar as empresas estatais, foi modificado a partir do golpe de 1964. Com a ditadura civil-militar, o órgão passou a conceder mais empréstimos para o grande capital privado, tanto o nacional quanto o multinacional instalado no país, do que para as estatais. A reorientação do organismo ficava explícita em sua política de crédito: o banco fazia financiamentos a juros negativos, ou melhor, com taxas de juros em níveis menores que os da inflação oficial.⁷

Outro momento em que o BNDES atuou como peça-chave no desenvolvimento capitalista no Brasil foi a partir do final da década de 1980, como indutor da abertura econômica e, principalmente, formulador e gestor das políticas de privatização, intensificadas a partir dos anos 1990 pelos governos Fernando Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso (FHC). Assim, de acordo com Almeida⁸, a partir da constatação do esgotamento financeiro do Estado e da necessidade de redução do déficit público, foi iniciado um conjunto de reformas, ainda no início do governo Collor, tendo como um dos pontos principais o programa de privatização das empresas estatais.

Apesar de o BNDES ter se voltado durante boa parte da década de 1990 para a gestão das políticas privatistas, paulatinamente viu-se implicado em políticas com vistas à transnacionalização de empresas nacionais e estrangeiras que atuavam no Brasil. A criação, no âmbito da Agência Especial para o Financiamento Industrial (Finame), do Programa de Financiamento às Exportações de Máquinas e Equipamentos (Finamex), em 1990, marca o início da atuação do banco em apoio à expansão internacional das firmas com base no país. A partir da segunda metade dessa década e, principalmente, de 1997 em diante, com a inauguração do programa de financiamento às exportações, BNDES-Exim, a agência estatal passou a ser ainda mais decisiva nesse processo. Em 2002, com a criação de uma linha específica para a internacionalização de empresas ganhou novo ímpeto. Além de financiar as exportações o banco passou a deter, através de sua subsidiária BNDES Participações (BNDESPAR), percentuais cada vez mais significativas no capital social de multinacionais, a expandir o volume de créditos para o patrocínio de fusões e aquisições de empresas no Brasil e no exterior.

Esta dissertação tem como objeto a política do BNDES em apoio à transnacionalização das empresas brasileiras durante o período que vai de 1990 a 2010. Busca-se perceber em que medida a atuação do banco durante o governo Lula (2003-2010) configurou uma ruptura ou

⁷ GORENDER, Jacob. *A Burguesia Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1982; MANTEGA, Guido; MORAES, Maria. *Acumulação Monopolista e Crises no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991 [1ª ed. de 1980].

⁸ ALMEIDA, Monica Piccolo. *Reformas neoliberais no Brasil: a privatização nos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso*. Tese de Doutorado em História. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2010.

continuidade em relação à última década dos anos 1990 e, particularmente, com o período do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Por limitações aos termos do período de pesquisa do mestrado, ao mesmo tempo, um objeto com alto grau de complexidade, focamos na política de financiamento às exportações levada a cabo pelo banco. Demos atenção ainda maior à linha de financiamento pós-embarque BNDES-Exim (1997-2010), quando aquela política ganhou um novo ímpeto.

Nota-se em boa parte dos estudos sobre o apoio do BNDES à transnacionalização das empresas brasileiras que os mesmos têm se restringido ao período posterior a 2003. Na contramão disso, entendemos que é preciso recuar no tempo pelo menos até 1990, quando foi criado o primeiro programa de financiamento às exportações do banco, o Finamex. O fim do período balizado nessa pesquisa é o ano de 2010, marco final de um importante ciclo político e para o qual já existe uma considerável gama de pesquisas, nas quais pudemos nos apoiar para o estudo do nosso objeto específico. Apesar de percebermos consideráveis traços de continuidade nos anos subsequentes, 2011 a 2013, ou seja, posterior ao recorte temporal deste trabalho, o período ainda está em aberto e carece de mais estudos. Além disso, o prolongamento do período estudado requereria um esforço maior de pesquisa e discussões difíceis de serem comportadas em uma pesquisa de mestrado.

Percebe-se também a necessidade de trabalhos que visem uma maior sistematização das políticas do BNDES em apoio à inserção internacional das empresas com base no país. Nesse sentido, este trabalho contém um esforço de preencher tal lacuna no tocante às políticas de incentivo à exportação da agência estatal. Acompanhamos a evolução dos desembolsos do Finamex e do BNDES-Exim com o fito de mapear as empresas, os setores, os países e regiões beneficiados pelos referidos programas. Consideramos que uma análise quantitativa desses dados é importante para os estudos sobre a temática.

O quadro teórico em que nos apoiamos nesta pesquisa é o do materialismo histórico, particularmente, nas elaborações do autor sardo Antonio Gramsci e, especificamente, no conceito de Estado Ampliado. Segundo Sonia Mendonça, este é a maior contribuição de Gramsci no âmbito da renovação do marxismo, tendo em vista que o mesmo supera “as dicotomias vontade *versus* imposição, sujeito *versus* sociedade e base *versus* superestrutura, através de uma análise cuja ênfase é histórica”⁹. Nesse sentido, a noção gramsciana do Estado é constituída tanto pela sociedade política quanto pela sociedade civil.

⁹MENDONÇA, Sonia Regina; FONTES, Virgínia. “História e teoria política” In: Cardoso, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (org.). *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 62 *apud*

O primeiro é bastante claro na obra de Gramsci, referindo-se ao Estado em seu sentido restrito – ou seja, os aparelhos governamentais incumbidos da administração, da organização dos grupos em confronto, bem como do exercício da coerção sobre aqueles que não consentem, sendo por ele também denominado de ‘Estado político’ ou ‘Estado governo’. [Já a sociedade civil] ... implica no conjunto dos organismos chamados de ‘privados’ ou ‘aparelhos privados de hegemonia’, no sentido da adesão voluntária de seus membros. Dentre esses aparelhos Gramsci destaca igrejas, associações privadas, sindicatos, escolas, partidos e imprensa. É em torno a eles que se organizam as vontades coletivas, seja dos grupos dominantes, seja dos dominados.¹⁰

Mais do que isso, o Estado é compreendido como fruto da inter-relação entre a sociedade política e a sociedade civil, e das disputas entre os sujeitos coletivos, organizações, entre classe dominante e dominada. Levando em consideração que o BNDES é uma agência específica da sociedade política, ou Estado estrito, a mesma é atravessada pelos mesmos interesses e disputas. Dessa forma, as políticas encampadas pelo banco não devem ser entendidas como resultantes de um interesse nacional supostamente homogêneo, mas de interesses específicos de determinados grupos, cujas pautas e demandas se encontram representadas no âmbito do aparelho estatal ou da própria instituição.

Isso nos faz perceber que as lutas sociais se operam em todas as dimensões da sociedade, o que não exclui o aparelho do Estado:

Segue-se que todas as lutas no interior do Estado, a luta entre democracia, aristocracia e monarquia, a luta pelo direito do voto etc., etc., são apenas as formas ilusórias nas quais se desenrolam as lutas reais entre diferentes classes.¹¹

Assim, identificar as lutas que se operam no interior do Estado no período analisado nesta pesquisa, e como determinadas frações de classe estão posicionadas em meio a esses conflitos, nos ajuda a entender as políticas do BNDES no período. Isso porque, conforme a afirmação de Marx, as lutas sociais não ocorrem somente entre as classes, mas também no interior das mesmas, havendo frações de classe em luta, seja na sociedade política seja na sociedade civil.

Nicos Poulantzas também propôs uma definição muito sofisticada do Estado e bastante coerente com os escritos do pensador italiano. O autor afirma:

Ao precisar algumas de minhas formulações anteriores, diria que o Estado, no caso capitalista, não deve ser considerado como uma entidade intrínseca, mas, como, aliás, é o caso do ‘capital’, como uma relação, mais exatamente como uma condensação

MENDONÇA, Sonia Regina de. Estado Ampliado como ferramenta metodológica. *Revista: Marx e Marxismo*, v.2, n.2, p. 27-43, 2014. p. 34.

¹⁰ MENDONÇA, Sonia. Estado Ampliado... *op. cit.* p. 35.

¹¹ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã (Feuerbach)*. 5 ed. São Paulo: Hucitec, 1986 [1946]. p. 48.

material de uma relação de forças entre classes e frações de classe, tal como ele expressa, de maneira sempre específica, no seio do Estado.¹²

Com isso, Poulantzas pretende evitar, por um lado, uma noção herdada da matriz liberal que concebe o Estado como sujeito e, por outro, uma visão desenvolvida dentro do próprio marxismo que concebe o Estado como coisa ou, caso prefira, objeto da história. No primeiro caso, o Estado detém autonomia absoluta, é visto como um ente que paira sobre a sociedade civil amorfa e passiva. Já no segundo, pelo contrário, o Estado é visto como neutro, manipulável, um instrumento de uma classe ou fração de uma única classe, ou seja, a burguesia. Essas concepções desconsideram completamente a heterogeneidade existente no interior da classe burguesa e seus múltiplos interesses em disputa.

Também consideramos nesta pesquisa a existência de um capitalismo avançado no Brasil, com alto grau de complexidade, com profundas desigualdades sociais e com um padrão de acumulação de porte monopolista. Essa sociedade complexa e este padrão de acumulação monopolista tiveram suas bases consolidadas desde a segunda metade do século XX com os processos de expansão experimentados pela economia brasileira durante o governo de Juscelino Kubitschek e, depois, com o chamado ‘milagre econômico’, já no período da ditadura civil militar.

Essa hipótese encontra apoio nos escritos de Guido Mantega e Maria Moraes, particularmente, na obra intitulada ‘Acumulação monopolista e crises no Brasil’. Para os autores, o Brasil entrava no “rol dos países de acumulação monopolista”¹³ já em meados da década de 50, período de grande expansão capitalista da economia brasileira e intensificação do processo de industrialização sob o comando do governo Juscelino Kubitschek. Segundo os mesmos, “o governo Kubitschek percorria o primeiro grande ciclo da acumulação monopolista (de 1956 a 61), contornando as contradições sociais e viabilizando a arrancada do grande capital”¹⁴.

Um segundo momento decisivo, por assim dizer, para a transição da sociedade brasileira para uma sociedade mais madura, complexa e desigual – enfim, para um capitalismo monopolista – foi o ano de 1968, com o chamado ‘milagre econômico’.

Foram seis anos (1969/73) de lucros fabulosos e de concentração da riqueza nacional nas mãos de uns poucos. E o capitalismo brasileiro foi adquirindo feições mais maduras. As principais etapas do processo de acumulação passaram a ser,

¹² POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o Poder e o Socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1980 [1978]. p. 130.

¹³ MANTEGA, Guido; MORAES, Maria. *Acumulação Monopolista e Crises no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991 [1ª ed. de 1980]. p. 13.

¹⁴ MANTEGA, Guido; MORAES, Maria. *Acumulação Monopolista ... op. cit.* p. 14.

gradativamente, realizadas dentro das fronteiras nacionais e os monopólios estrangeiros se incrustaram solidamente no parque fabril brasileiro.¹⁵

Assim, como fica evidente nessa passagem, a economia brasileira transitava para uma nova etapa de acumulação capitalista, a monopolista.

Essas alterações na estrutura do capitalismo brasileiro foram bem perceptivas, por exemplo, em relação às empresas brasileiras de construção civil. Ao se referir às firmas desse setor, assunto tão presente nesta pesquisa, Pedro Campos afirma:

Se foi durante o período JK que as empresas brasileiras de construção pesada conseguiram atingir um patamar nacional, realizando obras em diversas regiões do país e consolidando o setor como um dos mais poderosos da indústria brasileira, foi ao longo da ditadura civil-militar, entre 1964 e 1988, que as companhias do setor se converteram em grupos monopolistas, líderes de conglomerados econômicos de atuação em todo território e em vários países do mundo. Beneficiadas pelas políticas de proteção e incentivo estatal, as empreiteiras brasileiras se firmaram durante a ditadura como alguns dos grupos privados nacionais mais poderosos da economia brasileira.¹⁶

Isso implica dizer que ocorreu não só um rearranjo das relações de força entre as mais diversas frações do capital, como também uma nova forma de inserção do Brasil no sistema internacional. Feitas as necessárias ressalvas, esse novo cenário possui desdobramentos até os dias atuais, mas com ‘renovações/restaurações’ como, por exemplo, no papel desempenhado pelo BNDES no desenvolvimento do capitalismo no Brasil recente. Esse estágio alcançado pela economia brasileira só foi possível nessas proporções devido ao incentivo de políticas públicas. Assim, a hipótese de que “o casamento do poder político com o capital privado foi decisivo na origem da modernidade e do sistema capitalista”¹⁷ fica ainda mais evidente quando inserida na dinâmica brasileira de acumulação no período estudado. Em outras palavras, o BNDES foi o principal fomentador do capital monopolista existente no Brasil.

O plano de redação da dissertação foi dividido em três capítulos. No primeiro deles discutimos alguns textos elaborados por autores que defendem a estratégia de desenvolvimento capitalista calcada na inserção internacional do Brasil via transnacionalização das empresas com base no país, bem como a centralidade do BNDES na condução da mesma. Em seguida, abordamos textos acadêmicos a fim de proporcionar análises mais autônomas e críticas sobre a atuação da agência estatal, bem como diferentes visões sobre o impacto disso na economia

¹⁵ MANTEGA, Guido; MORAES, Maria. *Acumulação Monopolista... op. cit.* p. 15.

¹⁶ CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988*. Rio de Janeiro: Editora da UFF, 2014. p. 113.

¹⁷ FIORI, José Luís. Sistema Mundial: império e pauperização para retomar o pensamento crítico latino-americano. In: FIORI, José Luís; MEDEIROS, Carlos (orgs.). *Polarização mundial e crescimento*. São Paulo: Vozes, 2001. p. 65.

brasileira e no padrão de inserção internacional do país. Destacamos, nesse sentido, eventuais consensos, polêmicas e questões em aberto. Enfim, fazemos um balanço das discussões apresentadas ao longo da sessão, do legado das pesquisas realizadas no período e ressaltamos a nossa contribuição para o preenchimento das lacunas existentes no tocante aos estudos sobre a temática.

No segundo capítulo abordamos a atuação do BNDES no período 1990 a 2010, tendo como objetivo entender as características do banco, como papel desempenhado por ele na economia e na política brasileiras em momentos-chave no decorrer dessas duas décadas. Também buscamos analisar as continuidades e rupturas no papel desempenhado pela agência estatal na estratégia de desenvolvimento realizada no período. Demonstraremos, nesse sentido, que depois de ter passado por uma reorientação de suas prioridades a partir do final dos anos 1980, progressivamente a instituição voltou a fomentar as atividades produtivas, bem como a internacionalização das mesmas ainda nos anos 1990. Durante os anos 2000, no contexto de expansão da economia internacional e doméstica, esse papel foi aprofundado com a elevação de seus desembolsos e expansão dos mecanismos de apoio à transnacionalização das empresas brasileiras. Por fim, além de uma análise qualitativa de fontes secundárias, teses, dissertações, artigos etc., contou-se, por exemplo, com informações disponíveis no portal eletrônico do BNDES, discursos oficiais, notícias de jornais de grande circulação e outros.

Após termos analisado a trajetória do BNDES ao longo do período 1990 a 2010, passamos ao exame da atuação do banco no fomento à transnacionalização das empresas que atuam no Brasil. Acompanhamos, dessa maneira, a evolução da política de financiamento às exportações da agência estatal durante esses anos. Analisamos o Finamex no período 1990 a 1996 e, depois, o BNDES-Exim dos anos 1997 a 2010. Empreendemos, ainda, uma análise quantitativa dos desembolsos e dos contratos firmados no âmbito da linha de financiamento pós-embarque do BNDES-Exim, com o objetivo de mapear os valores, os destinos, setores e empresas beneficiados nessa linha de fomento. E, para a sua confecção, nos detivemos principalmente na análise quantitativa dos dados referentes aos desembolsos e contratos disponíveis nos relatórios anuais do banco, bem como em outras pastas no portal eletrônico da instituição.

Na conclusão retomamos alguns argumentos e conclusões parciais de cada capítulo com o objetivo de refletir sobre o papel do BNDES como um banco das multinacionais e do capital monopolista brasileiro, que, ao contrário do que se pode pensar, mantém considerável presença nos países centrais e, em boa medida, tem seus financiamentos direcionados para grupos com composição de capital estrangeiro.

Capítulo 1

O debate acadêmico sobre a atuação do BNDES no período de 1990 a 2010

O papel de destaque que o BNDES desempenhou na economia brasileira ao longo do período que vai de 1990 até o ano de 2010 chamou a atenção de pesquisadores de distintas áreas de conhecimento, das mais diversas matrizes teóricas e de análises que enfocam aspectos variados de seu amplo escopo de atuação. Além de teses, dissertações e artigos científicos produzidos no âmbito acadêmico das muitas universidades brasileiras, viu-se um considerável crescimento, sobretudo a partir dos anos 2000, de formulações provenientes da própria instituição, de diversas organizações sociais, de inúmeros centros de pesquisa, e um enorme destaque por parte da grande mídia à atuação do banco. Esses trabalhos, de acordo com Bugiato, examinam

a atuação do BNDES em alguns ramos da economia brasileira, relação com governos municipais, financiamento de longo prazo, papel na industrialização, financiamento de exportações, privatizações, internacionalização de empresas, integração regional sul-americana, mecanismo anticíclico, o banco como um *think-tank*.¹⁸

É importante destacar que, apesar de haver distintas áreas de produção do saber, bem como focos de estudo, de objetos e objetivos específicos em cada pesquisa sobre a atuação do BNDES durante esses anos, as análises das questões nas quais o banco está inserido estão completamente imbricadas umas às outras. Ou seja, não há uma divisão rígida entre as várias áreas de conhecimento, sendo transversais os assuntos abordados nos estudos sobre o tema. Isso não nos impossibilita de destacar que, através do mapeamento dos trabalhos produzidos nos últimos anos sobre o banco, percebemos que os mesmos se concentram principalmente nos seguintes campos: Economia, Ciência Política, Relações Internacionais e, de forma secundária,

¹⁸ BUGIATO, Caio Martins. *A política de financiamento do BNDES e a burguesia brasileira*. Tese de Doutorado em Ciência Política. Campinas: Unicamp, 2016. p. 15.

na Geografia, Administração, Desenvolvimento Econômico, Planejamento Urbano, Direito Econômico etc. e, raras vezes, na História.

Nesse sentido dividimos o presente capítulo em dois tópicos e um breve balanço das discussões apresentadas. No primeiro, abordamos algumas das principais análises existentes, parte produzida no âmbito do próprio BNDES, por meio das quais os especialistas buscam legitimar a estratégia de inserção internacional do Brasil via internacionalização de grandes empresas brasileiras e o papel do BNDES como principal condutor desse processo. No segundo, selecionamos alguns trabalhos acadêmicos que versam sobre a atuação do banco no período, destacando as análises empreendidas, as críticas estabelecidas, bem como as conclusões referentes ao papel desempenhado pela agência estatal no período. Por fim, retomamos os argumentos arrolados ao longo do texto, apresentando as principais contribuições legadas por essa bibliografia, bem como as lacunas ainda não preenchidas pela mesma.

– Os especialistas a serviço do Estado e do BNDES:

Desde o início dos anos 2000, houve um considerável aumento dos estudos referentes ao papel do BNDES no desenvolvimento econômico capitalista do país, tendo em vista o novo contexto de “globalização” dos mercados mundo afora. Tais análises buscaram enfatizar a necessidade da implementação, por parte do Estado e do banco, particularmente, de políticas públicas mais assertivas no sentido de promover a inserção da economia brasileira nos fluxos de comércio mundial, conformando empresas mais competitivas, com capacidade de enfrentar a acirrada concorrência imposta pelas multinacionais dos países centrais.

A produção científica desse período parte do pressuposto de que, em razão da abertura comercial ocorrida a partir dos anos de 1970 nos países centrais e, nas décadas de 1980 e 1990, principalmente nos países da periferia, a inserção das empresas brasileiras no comércio internacional deixou de ser uma opção e passou a ser uma necessidade para a manutenção da própria competitividade dessas firmas no ambiente doméstico e externo.¹⁹ Adicionado a isso, destaca-se a noção de que a internacionalização das empresas é fundamental para uma inserção internacional mais competitiva do próprio país, pois tem como consequência a expansão das exportações, geração de saldos na balança comercial, a aquisição de tecnologias não disponíveis

¹⁹ Ver em IGLESIAS, Roberto Magno; VEIGA, Pedro da Motta. Promoção de exportações via internacionalização das firmas de capital brasileiro. *In*: PINHEIRO, Armando Castelar; MARKWALD, Ricardo; PEREIRA, Lia Vall (org.). *O desafio das exportações*. Rio de Janeiro: BNDES, 2002.

no ambiente doméstico, criação de empregos mais qualificados e, enfim, redução da vulnerabilidade externa do Brasil.²⁰

Nesse sentido, já em 2002, Roberto Magno Iglesias, secretário-adjunto de Política Econômica do Ministério da Fazenda, e Pedro da Motta Veiga, sócio-diretor da EcoStrat Consultores, consultor da Fundação Centro de Estudos de Comércio Exterior (Funcex) e da Confederação Nacional da Indústria (CNI) escreveram um artigo intitulado ‘Promoção de exportações via internacionalização das firmas de capital brasileiro’²¹. Partindo da percepção de que as firmas brasileiras investem pouco no exterior e de que as exportações representam parcela pequena do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, por um lado, e de que a internacionalização tornou-se uma necessidade para os países de renda média, como o Brasil, os autores buscam entender o porquê de o nível desse tipo investimento das empresas brasileiras ser baixo e definir diretrizes para a atuação do Estado em estímulo à internacionalização via investimento no exterior. Em outras palavras, os mesmos buscam saber se é necessária uma política de apoio ao investimento no exterior e que tipo de política deve ser.

Tendo como base a ‘teoria eclética da internacionalização da firma’, elaborada por John Harry Dunning²², os autores advogam que “a existência de vantagens de propriedade (ativos específicos) da firma é crucial para a internacionalização da produção”²³. Ou seja, a existência de vantagens tem um papel crucial na decisão das empresas de instalar escritórios comerciais e montar uma infraestrutura de logística e distribuição, instalações e serviço de assistência pós-venda, bem como investir no acompanhamento das tendências de mercado e em laboratórios e oficinas fora do país.

Apesar de os autores afirmarem a necessidade da criação de políticas estatais com o objetivo de estimular o investimento das firmas brasileiras no exterior, destacam que isso não é consensual entre a literatura que estuda a temática. Segundo eles, há muitos questionamentos sobre as reais consequências da internacionalização de empresas para a economia doméstica, sobretudo no que tange aos impactos na expansão das exportações do país emissor dos investimentos e na geração de empregos no próprio país. Verificando a existência de dilemas e

²⁰ ARBIX, Glauco; SALERNO, Mário Sérgio; NEGRI, João Alberto. *Inovação via internacionalização, faz bem para as exportações brasileiras* (Texto para discussão, n. 1023). Brasília: IPEA, 2004.

²¹ O artigo constituiu o livro: PINHEIRO, Armando Castelar; MARKWALD, Ricardo; PEREIRA, Lia Valls (Org). *O desafio das exportações*. Rio de Janeiro: BNDES, 2002. Os organizadores do livro são: Armando Castelar Pinheiro, chefe do Departamento Econômico do BNDES e professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Ricardo Markwald, Diretor da Funcex; e Lia Valls Pereira, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas e da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

²² Para saber mais sobre as proposições desse autor ver: DUNNING, J. H. Toward an eclectic theory of international production: some empirical tests. *Journal of International Business Studies*, v. 11, n. 1, p. 9-31, 1980.

²³ IGLESIAS, Roberto Magno; VEIGA, Pedro da Motta. Promoção de exportações... *op. cit.* p. 380.

contradições no que se refere ao debate sobre as consequências do investimento externo, os autores buscam justificá-lo por outros meios. Assim, argumentam que talvez seja preciso perceber que muitas vezes tais políticas estatais sejam necessárias para a manutenção da competitividade das firmas que já competem em nível global. Nesse sentido,

[a] internacionalização via investimento externo pode ser a única alternativa para as firmas que competem em forma globalizada e que enfrentam transformações no plano tecnológico e produtivo. O investimento externo é vitalmente necessário para poder continuar competindo nos mercados externos e desenvolvendo a linha de produtos da firma.²³

Portanto, as políticas estatais a serem implementadas com o fito de fomentar o processo de internacionalização devem ter como objetivo atender às necessidades das firmas de se manterem competitivas em um cenário mundial muito mais competitivo.

No caso brasileiro, o desenho da política adequada deve partir do diagnóstico das restrições e problemas que afetam a predisposição de investir no exterior das firmas de capital nacional. Os elementos-chave do diagnóstico esboçado, baixa capacidade de diferenciação e pouco peso do negócio de exportação para a maioria das firmas, indicam que a mudança *significativa* da situação de investimento no exterior das firmas brasileiras tem como pré-requisitos: *a*) a consolidação das exportações como parcela significativa das receitas dos produtores domésticos; e *b*) maior geração e desenvolvimento de ativos proprietários, o que permitiria criar condições para maior inovação e diferenciação dos produtos domésticos.²⁴

Como se pode perceber, Iglesias e Veiga partem inicialmente do pressuposto de que a inserção internacional das empresas brasileiras tornou-se uma necessidade dos países de renda média como o Brasil e, particularmente, condição *sine qua non* para que as empresas que já competem no mercado internacional possam manter-se competitivas. Ainda que as empresas tenham enfrentado um cenário externo e doméstico mais competitivo, principalmente a partir de meados dos anos 1990, “[...] quando em nome da estabilização monetária o governo brasileiro adotou – em geral, sem a necessária preparação –, um conjunto de políticas nos campos cambial, financeiro e comercial, que submeteram a economia nacional de forma repentina à competição internacional”²⁵, faz-se necessário realizar alguns apontamentos. Em primeiro lugar, os próprios autores concordam com o fato de que não há consenso no que se refere aos impactos da transnacionalização das empresas para a economia brasileira como, por exemplo, na geração de empregos mais qualificados. Em segundo lugar, os argumentos apresentados por eles buscam legitimar um processo de inserção internacional restrito ao grande capital já internacionalizado.

²³ IGLESIAS, Roberto Magno; VEIGA, Pedro da Motta. Promoção de exportações... *op. cit.* p. 429.

²⁴ IGLESIAS, Roberto Magno; VEIGA, Pedro da Motta. Promoção de exportações... *op. cit.* p. 442.

²⁵ BATISTA JR, Paulo Nogueira. Mitos da “globalização”. Estudos Avançados 12 (32), 1998. p. 128.

Como veremos no capítulo três deste trabalho, essa fração da burguesia já se beneficiava do apoio estatal há décadas e, a partir de 1990, pôde contar com suporte específico do BNDES para atuar no exterior.

Por fim, o enfoque microeconômico apresentado por Iglesias e Veiga, ou seja, do ponto de vista apenas das supostas necessidades empresariais, obscurece diversos outros elementos fundamentais para um exame do processo de internacionalização fomentado até aquele momento, bem como nos anos posteriores. Nesse sentido, destaca-se a crítica realizada por Ana Saggiaro Garcia no tocante a isso:

Nessa fase de um capitalismo "desenfreado", sem outro sistema concorrente que fizesse frente aos processos de expropriações contínuas, a segurança jurídica e a proteção desses atores corporativos, que assumiram papel de promotores do "desenvolvimento", deveriam ser preservadas, mesmo que à custa dos direitos das populações aos seus bens comuns e públicos, como água, serviços básicos, previdência, saúde, entre outros, colocados (com apoio público) nas mãos de corporações privadas. Questões trabalhistas ou proteção ambiental e social mais rígidas podem representar fatores de "custo", gerando "riscos" aos investimentos.²⁶

Logo se percebe a diversidade de questões que devem ser levadas em consideração para a análise dos impactos da consolidação das multinacionais, bem como da necessidade de políticas estatais com esse objetivo. Enfim, questões como direitos trabalhistas, expropriações de povos, questões ambientais etc., ausentes na análise desses autores, devem ocupar uma posição central nas discussões sobre o assunto.

Em 2005, Glauco Arbix, Mario Sérgio Salerno e João Alberto De Negri, respectivamente, presidente, diretor de Estudos Setoriais e diretor Adjunto de Estudos Setoriais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), publicaram o artigo 'A inovação via internacionalização, faz bem para as exportações brasileiras'. Neste texto, os autores discutem os efeitos da internacionalização de firmas brasileiras, particularmente o tipo internacionalização que tem como objetivo auferir ganhos em inovação tecnológica, sobre as exportações. Além disso, também buscam definir parâmetros para a atuação governamental nesse processo.

Esses autores destacam que a temática da internacionalização de empresas brasileiras não é recente, mas ganhou enorme centralidade durante o governo Lula, sobretudo a partir da formulação da 'Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior' (PITCE), em 2004. Segundo os mesmos também ganhou força a noção de que há uma estreita relação entre a expansão da exportação e a instalação de bases empresariais no exterior. Passou-se a defender,

²⁶ GARCIA, Ana E. Saggiaro. *A internacionalização das empresas brasileiras durante o governo Lula: uma análise crítica da relação entre capital e Estado no Brasil contemporâneo*. Tese de Doutorado e Relações Internacionais. Rio de Janeiro: PUC, 2012. p. 74.

então, que a construção de bases produtivas fora do país permite à firma brasileira “acessar canais de comercialização, adaptar os produtos à demanda de mercados específicos, criar mercados, acessar recursos financeiros mais baratos e apropriar tecnologias não-disponíveis no mercado doméstico”²⁷.

Partindo do pressuposto de que há, na literatura e nas políticas estatais, algumas lacunas referentes ao entendimento dos reais impactos da internacionalização das firmas na exportação brasileira, o artigo analisa um conjunto de informações contido nas principais bases de dados sobre a atividade industrial no Brasil ²⁸. Os resultados obtidos pelos autores endossam a necessidade de incentivar o investimento das firmas brasileiras no exterior, principalmente a internacionalização daquelas empresas que têm como objetivo os ganhos em inovação tecnológica. Segundo eles, as empresas que se internacionalizam com essa meta conseguem aproveitar mais os rendimentos ocasionados pelos seus ganhos de escala, adquirindo capacidade competitiva e exportando mais do que outras firmas concorrentes.

De maneira geral, observou-se que as firmas de capital nacional ou misto que realizam processos de internacionalização com foco na inovação tecnológica são mais competitivas que a grande maioria presente na indústria brasileira, e suas características assemelham-se às das empresas estrangeiras, que são reconhecidamente mais competitivas.²⁹

Além disso, os autores advogam que esse tipo de internacionalização constitui um importante instrumento para a inserção internacional do Brasil, sendo necessária a promoção de políticas que visem estimular esse processo.

Num outro artigo intitulado ‘Internacionalização gera emprego de qualidade e melhora a competitividade das firmas brasileiras’³⁰, publicado no mesmo ano, Arbix, Salerno e De Negri complementam a análise apresentada anteriormente. Além de examinar os impactos da internacionalização das firmas brasileiras sobre as exportações, eles também buscam lançar luz sobre outras questões como, por exemplo, os efeitos desse processo sobre a geração de empregos no âmbito doméstico. Com relação a isso, contrapõem-se à ideia de que a internacionalização

²⁷ ARBIX, Glauco; SALERNO, Mario Sérgio; DE NEGRI, João Alberto. *Inovação via internacionalização... op. cit.* p. 7.

²⁸ Pesquisa Industrial Anual (PIA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério de Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior (Mdic); e da Pesquisa Industrial de Inovação Tecnológica (Pintec), também do IBGE. Ver ARBIX, Glauco; SALERNO, Mario Sérgio; DE NEGRI, João Alberto. A. *Inovação via internacionalização... op. cit.* p. 7.

²⁹ ARBIX, Glauco; SALERNO, Mario Sérgio; DE NEGRI, João Alberto. *Inovação via internacionalização... op. cit.* p. 26.

³⁰ ARBIX, Glauco; SALERNO, Mario Sergio; DE NEGRI, João Alberto. Internacionalização gera emprego de qualidade e melhora a competitividade das firmas brasileiras. In: DE NEGRI, J.A; SALERNO, M. S (Orgs.). *Inovações, padrões tecnológicos e desempenho das firmas industriais brasileiras*. Brasília: Ipea, 2005.

deixa de gerar empregos no ambiente doméstico para gerá-los no país receptor dos investimentos das empresas internacionalizadas. Os mesmos afirmam que:

De maneira geral, as características do pessoal ocupado demonstram que as firmas brasileiras que fazem investimentos no exterior demandam mão-de-obra mais qualificada e, portanto, têm capacidade de criar postos de trabalho de melhor qualidade. Nesse sentido, o receio de que os investimentos no exterior das firmas brasileiras pudessem estar gerando empregos em outros países é contraposto com a evidência de que essas firmas geram empregos mais estáveis e de melhor qualidade.³¹

Por fim, após discutir os impactos da internacionalização das firmas nacionais, dando considerável ênfase ao tipo de internacionalização com foco na inovação tecnológica, no aumento e agregação de valor às exportações, e discutir os efeitos positivos na geração de empregos mais qualificados no âmbito doméstico, os autores assinalam o espaço existente para a atuação do Estado na implementação de “políticas públicas”. Este ponto tem particular importância, visto que tais políticas foram realizadas durante os anos 2000, sobretudo via BNDES, por um lado, e pelo enorme foco às grandes empresas com sede no país (que são as que têm capacidade de realizar investimentos no exterior ou já o faziam anteriormente).

Dessa maneira, ficaria evidente que a ação pública deve levar em conta exemplos de êxitos empresariais nacionais que poderiam ser seguidos por outras firmas de capital nacional, principalmente aquelas que já fazem esforço inovador significativo. Deve ser ressaltado que os incentivos à internacionalização com foco na inovação tecnológica devem estar também associados a mecanismos que incentivem o aumento dos gastos privados em atividades inovativas no Brasil. Por fim, há espaço para o poder público atuar na promoção de ações que procurem no exterior informações sobre oportunidades de negócio, inclusive através de apoio a aquisições de empresas de base tecnológica, e que podem ser realizadas de forma compartilhada entre as diversas instituições públicas que têm por finalidade a promoção do desenvolvimento industrial e grupos empresariais interessados em internacionalizar-se com foco na inovação.³²

Com o exposto até agora, já é possível perceber o grande foco dado pelos pesquisadores à internacionalização das empresas brasileiras, através da ampliação de seus investimentos no exterior e do aumento das exportações. Todavia, conforme argumentamos anteriormente, essa discussão tem sido feita basicamente sob uma ótica liberal que se limita em boa medida “a elementos econômicos, como a competitividade das empresas, a entrada de divisas, aumento das exportações ou a questão do emprego desde o ponto de vista dos postos mais altos de trabalho”³³.

³¹ ARBIX, Glauco; SALERNO, Mario Sergio; DE NEGRI, João Alberto. *Internacionalização... op. cit.* p. 182.

³² ARBIX, Glauco; SALERNO, Mario Sergio; DE NEGRI, João Alberto. *Internacionalização... op. cit.* p. 190.

³³ GARCIA, Ana E. Saggiaro. *A internacionalização das empresas... op. cit.* p. 76.

Alguns autores têm destacado como primeiro trabalho-chave para entender o papel que o Estado/BNDES teria, a partir de 2003, seria o artigo intitulado ‘Marcos e desafios de uma política industrial contemporânea’³⁴, escrito por Luciano G. Coutinho. O texto de 2002, sugerido pelos organizadores dos seminários comemorativos dos 50 anos do BNDES, constituiu parte do livro ‘Desenvolvimento em Debate, v. 2’, organizado por Ana Célia Castro. Nele, além de discutir uma série de questões referentes à implementação de uma política industrial no Brasil, o autor sugere, à luz das experiências internacionais, medidas, reformas e diretrizes a serem seguidas para um “desenvolvimento sustentado da economia brasileira”³⁵.

Coutinho destaca, já de início, a transição do paradigma industrial vigente no mundo entre o período pós-II Guerra Mundial e a década de 1980 para outro que vigorou a partir dos anos 1980 e 1990. Segundo ele, ao contrário daquele momento, em que instrumentos de proteção tarifária, subsídios fiscais e financeiros e oferta de infraestrutura eram a marca da política industrial, a partir da década de 90, sob a égide da “globalização”, destaca-se o surgimento de novas concepções e instrumentos baseados na noção da existência de “falhas de mercado”. Contudo, apesar do surgimento dessa nova concepção de política industrial e da inserção de vários outros elementos em sua agenda, a mesma se restringiu, até o fim dos anos 80, à realidade dos países centrais e de suas transnacionais. No Brasil, segundo o autor, o que se percebe é uma realidade um pouco mais complexa, de certo atraso em relação à utilização desses novos instrumentos, por um lado, e a dificuldade de utilização dos “velhos” instrumentos em razão de uma política macroeconômica calcada nos juros altos e em um sistema tributário problemático. Nesse sentido é que, para o mesmo, faz-se necessária e urgente a construção de uma “política industrial contemporânea”³⁶.

Tal política industrial contemporânea prescrita por Coutinho tem como traço distintivo a sua articulação e compatibilidade com a política macroeconômica, bem como com as políticas de comércio exterior, política tecnológica e, ainda, com uma política fiscal ajustada e fomentadora de investimentos em infraestrutura. Isso porque, de acordo com ele, no período de “globalização”, a posição externa do país passou a ser elemento essencial para a promoção de um crescimento estável na economia do país. Nesse sentido, as condições macroeconômicas são responsáveis por condicionarem decisões microeconômicas, definindo, assim, os “padrões

³⁴ COUTINHO, Luciano G. Marcos e desafios de uma política industrial contemporânea. In: CASTRO, Ana Célia (Org.). *Desenvolvimento em debate: painéis de desenvolvimento I. V. 2*. Rio de Janeiro: Mauad BNDES, 2002.

³⁵ COUTINHO, Luciano G. Marcos e desafios... *op. cit.* p. 191.

³⁶ COUTINHO, Luciano G. Marcos e desafios... *op. cit.* p. 193.

de financiamento e de governança corporativa, de comércio exterior, de concorrência e de mudança técnica”³⁷.

Desse modo, o autor advoga que as condições específicas necessárias para a construção de uma política industrial no século XXI podem ser encontradas nos regimes macroeconômicos de tipo ‘benigno’. No caso do Brasil, um país de renda média e que não tem uma posição externa sólida (posição credora e superavitária em conta corrente), a combinação perfeita para a conformação desse regime deve ser baseada na compatibilidade entre taxas de juros baixas e taxas de câmbio subapreciadas.³⁸

A combinação específica de taxa de câmbio com a taxa de juros determina, assim, condições fundamentais de cálculo do retorno/risco para o sistema empresarial. Os regimes macroeconômicos, portanto, comportam implicitamente macro condições de competição mais ou menos favoráveis para o conjunto de empresas e, assim, incidem decisivamente sobre a eficácia possível das políticas industriais.³⁹

Mantidas essas condições, Coutinho defende uma política industrial orientada principalmente para o fomento das exportações, pois a criação de uma situação superavitária na balança comercial é considerada por ele como fundamental para a redução das vulnerabilidades externas e, conseqüentemente, para um crescimento sustentado do Brasil.

Assim, é tremendo o desafio de obtenção de superávits comerciais expressivos e sustentáveis. É imprescindível que haja foco, prioridade e persistência no fomento às exportações. Todas as cadeias setoriais devem ser mobilizadas. O crédito à produção (pré-embarque) precisa ser expandido e ter seus ‘custos’ de juros e burocracia aliviados, o tratamento tributário precisa mudar, os investimentos em infraestrutura e em logística não podem deixar de acontecer. A diplomacia e a promoção comercial terão que ser organizadas para a conquista de mercados.⁴⁰

Nesse sentido, o autor argumenta que expansão das exportações brasileiras, a fim de reduzir as vulnerabilidades externas do país e promover um crescimento da economia brasileira nos anos seguintes, deve ser considerada como sendo o principal desafio e, portanto, o principal objetivo macroeconômico do Estado brasileiro. Para tanto, prescreve como necessária a constituição de uma política industrial fortemente articulada à política de comércio exterior. Essa deveria “[...] concentrar as ações de abertura e acesso a mercados, promoção e expansão das vendas nos mercados externos”⁴¹. Já aquela, deveria “dar suporte à capitalização e à

³⁷ COUTINHO, Luciano G. Marcos e desafios... *op. cit.* p. 193.

³⁸ COUTINHO, Luciano G. Marcos e desafios... *op. cit.* p. 194.

³⁹ COUTINHO, Luciano G. Marcos e desafios... *op. cit.* p. 194.

⁴⁰ COUTINHO, Luciano G. Marcos e desafios... *op. cit.* p. 198.

⁴¹ COUTINHO, Luciano G. Marcos e desafios... *op. cit.* p. 200.

internacionalização das empresas brasileiras, especialmente nos setores em que o investimento direto é indispensável à expansão das exportações”⁴².

Portanto, em 2002, Luciano Coutinho já vislumbrava o BNDES como o principal instrumento que levaria a cabo tal estratégia de inserção internacional da economia brasileira. Com relação a isso, destacamos outro trecho em que o autor ressalta a necessidade de fortalecer a estrutura de poder decisório do banco, entre outras prescrições a serem realizadas no âmbito do Estado, com o objetivo de dinamizar essa relação entre a política de comércio exterior e a política industrial.

Neste sentido, é recomendável reforçar a estrutura de poder decisório e robustecer os instrumentos da política de comércio exterior. A definição da tarefa de operação eficaz e ágil do crédito ao comércio exterior, centralizada no Banco do Brasil e/ou no BNDES, e a criação de uma Secretaria de Comércio Exterior, vinculada à Presidência da República ou a um Ministério de Comércio Exterior, devem ser matéria de atenta reflexão. Se a opção for por uma Secretaria na Presidência, com delegação de poderes para coordenar, a função de fomento industrial pode permanecer em um Ministério específico (MDIC).⁴³

O BNDES teria, a partir de então, a importante tarefa de consolidar grupos empresariais nacionais no mercado internacional, elevando assim, não só a competitividade das empresas brasileiras, mas também do próprio país através da constituição de marcas nacionais, da criação e expansão dos mercados, do aumento das exportações, da instalação de bases empresariais no exterior, bem como da geração de empregos de melhor qualidade no ambiente doméstico. Nas palavras do próprio autor,

[é], portanto, urgente uma estratégia de formação de “campeões nacionais competitivos” que, a partir do Mercosul, se projetem como atores globais. A formação de “campeões competitivos” não implica a escolha burocrática e discricionária de “vencedores”. Na quase totalidade dos setores existem empresas líderes, diferenciadas, mas competitivas e capazes – muitas vezes em áreas de negócio inóspitas, onde a maioria das empresas enfrenta problemas. Estas empresas líderes competitivas merecem, porém, atenção especial. Seu desempenho em inovação, excelência de gestão e outros pontos fortes deve ser estimulado, tendo em vista a conveniência de robustecê-las.⁴⁴

Por fim, é pertinente destacar que além de formular essa política industrial com viés exportador, cinco anos depois, ao assumir o cargo de Presidente do BNDES (ocupou o posto de 2007 a 2016), Coutinho seria o principal responsável por implementar uma contundente política de transnacionalização das empresas que atuam no Brasil. E se é patente que a agência

⁴² COUTINHO, Luciano G. Marcos e desafios... *op. cit.* p. 200.

⁴³ COUTINHO, Luciano G. Marcos e desafios... *op. cit.* p. 199-200.

⁴⁴ COUTINHO, Luciano G. Marcos e desafios... *op. cit.* p. 204.

estatal foi fundamental para a expansão internacional do grande capital no período em que ele esteve à frente da mesma, no entanto, numerosos foram os questionamentos quanto aos reais impactos de tal política na economia brasileira, bem como no padrão de inserção do Brasil no cenário internacional. Por enquanto, cabe ressaltar apenas que a publicação desse artigo foi um marco importante, pois, a partir dele, vários outros trabalhos se apresentaram em defesa da estratégia de desenvolvimento nele prescrito, bem como do papel central do BNDES na sua condução.

Já no ano de 2005, por exemplo, Ana Claudia Além e Carlos Eduardo Cavalcanti, respectivamente, economista e engenheiro do BNDES, publicaram na Revista do BNDES um pequeno artigo em que propuseram uma atualização do debate sobre a internacionalização das empresas brasileiras. O artigo intitulado ‘O BNDES e o apoio à internacionalização das empresas brasileiras: algumas reflexões’⁴⁵ também discutiu, à luz das experiências internacionais, quais políticas governamentais e, em particular, da agência estatal, seriam importantes para a constituição de empresas multinacionais brasileiras.

Ao refletir sobre as principais políticas a serem adotadas pelo governo brasileiro para incentivar a criação dessas multinacionais no Brasil, Além e Cavalcanti advogam uma postura mais ativa com relação ao papel desempenhado pelo BNDES no sentido de fomentar o processo de internacionalização das empresas brasileiras. Segundo eles, mesmo diante do fato de a estrutura econômica mundial ter sido crescentemente moldada pela expansão das empresas transnacionais, principalmente, a partir dos anos 1990, na América Latina a elaboração de políticas públicas de incentivo à internacionalização das firmas de capital nacional ainda são muito incipientes. No Brasil, até recentemente, os casos bem-sucedidos de internacionalização resultam da iniciativa das próprias empresas, não sendo decorrentes de uma política deliberada do governo federal. Assim, os autores propõem que a internacionalização deve ser considerada um instrumento essencial para a sobrevivência das firmas no próprio ambiente doméstico e não apenas como busca de novos mercados no exterior. Além disso, indicam que os benefícios não se restringem somente às firmas, mas também gera ganhos para o país como um todo através do aumento das exportações, da geração de divisas e acesso a novas tecnologias.⁴⁶

Como se pode notar, a linha argumentativa seguida por Além e Cavalcanti se assemelha bastante à dos autores abordados anteriormente. Os mesmos buscam justificar o

⁴⁵ ALÉM, Ana Claudia; CAVALCANTI, Carlos Eduardo. O BNDES e o apoio à internacionalização das empresas brasileiras: algumas reflexões. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 24, p.43-76, 2005.

⁴⁶ ALÉM, Ana Claudia; CAVALCANTI, Carlos Eduardo. O BNDES e o apoio à internacionalização... *op. cit.* p. 72.

apoio do BNDES à consolidação das multinacionais brasileiras com o argumento de que isso gera benefícios para todo o país, pois, expande as exportações, gera divisas no país exportador e possibilita o acesso a novas tecnologias. Por outro lado, reafirmam o argumento já discutido anteriormente de que a transnacionalização das firmas em um ambiente nacional e internacional mais competitivo na última década do século XX passou a ser uma necessidade.

Conforme já discutido anteriormente, há uma considerável carência de estudos que comprovem os impactos do processo de internacionalização das empresas para a economia brasileira. Contudo, outra questão merece destaque no tocante à leitura desse processo empreendida por esses autores. Segundo os mesmos, até recentemente as empresas bem sucedidas no exterior haviam se internacionalizado por suas próprias iniciativas, não existindo até então políticas estatais com esse objetivo. Contudo, com uma análise histórica um pouco mais cuidadosa é possível perceber que a inserção internacional de grandes empresas com sede no Brasil não é um fenômeno tão recente. Campos demonstra, por exemplo, que as empresas de construção pesada já atuam no exterior desde o final da década de 1960⁴⁷ e que esse processo não era desvinculado de um contundente suporte estatal desde aquele período. Na década de 1990, dentre outros mecanismos, o BNDES já figurava como um importante instrumento de apoio à expansão de empresas para o exterior através do Finamex e, principalmente, do BNDES-Exim.⁴⁸

Outro autor que também atua na defesa dessa estratégia adotada pelo BNDES, de expansão do processo de internacionalização das empresas com sede no Brasil é o economista do banco, Fabrício Catermol. Na mesma linha de Além e Cavalcanti, o mesmo publicou, em 2008, o artigo intitulado ‘Agências de crédito à exportação: o papel de instituições oficiais no apoio à inserção internacional de empresas’⁴⁹, em que analisa a importância de tais agências para o “desenvolvimento econômico”.

Catermol afirma que as agências de crédito à exportação são as principais responsáveis pela inserção internacional das empresas de um país. Segundo ele, a existência de instrumentos oficiais de apoio às exportações é um fator fundamental para que as empresas sejam bem sucedidas no exterior. Dentre os instrumentos pelos quais as agências de crédito podem apoiar

⁴⁷ Ver em CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988*. Rio de Janeiro: Editora da UFF. 2014; _____ “A transnacionalização das empreiteiras e o pensamento de Ruy Mauro Marini”. In: *Revista Contra a Corrente*: revista marxista de teoria, política e história contemporânea. Ano 2, n. 3, 2010; _____ O processo de transnacionalização das empreiteiras brasileiras, 1969-2010: uma abordagem quantitativa. In: *VII Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 5 Conferência Internacional de História Econômica*, Niterói, p. 1-19, 2014.

⁴⁸ Esse assunto será abordado com mais detalhes no capítulo 3 deste trabalho.

⁴⁹ CATERMOL, Fabrício. Agências de crédito à exportação: o papel de instituições oficiais no apoio à inserção internacional de empresas. *Revista do BNDES*, v.15, n. 30, p.5-38, 2008.

essas empresas destacam-se: financiamentos à produção e à comercialização, linhas de crédito, seguros, garantias de crédito, participação acionista, capital de risco, financiamento a estudos de viabilidade de projetos, serviços de inteligência de mercado entre outros⁵⁰.

No caso do Brasil, por exemplo, o autor confere grande relevância ao BNDES como fonte de financiamento de longo prazo, dando considerável destaque às suas linhas BNDES-Exim como importante programa de financiamento no mundo. Segundo ele:

No Brasil, a principal fonte de financiamento a longo prazo para as exportações brasileiras é o BNDES. Os desembolsos anuais entre US\$ 4 e 6 bilhões colocam as linhas *BNDES-Exim* como um dos principais programas de financiamento à exportação do mundo. Os principais setores apoiados são exportadores de bens de capital e de serviços de engenharia e construção para países da América Latina e África, respondendo anualmente por cerca de 80% do total desembolsado.⁵¹

E isso, segundo o autor, contribui fortemente para a economia brasileira, pois gera emprego, renda e divisas para o país.

Por fim, em 2010, Ana Cláudia Além e Rodrigo Madeira, ambos assessores da presidência do BNDES, escreveram um dos artigos do livro ‘O BNDES em um Brasil em transição’, organizado por Fábio Giambiagi e por Ana Cláudia Além. O título do texto é ‘Internacionalização e competitividade: a importância da criação de empresas multinacionais brasileiras’⁵². Nele, os autores apresentam o debate sobre as principais questões referentes à internacionalização e, tendo em vista o acirramento da concorrência internacional nos últimos anos, destacam esse processo como essencial para o fortalecimento das empresas e para a competitividade dos países. Além disso, apontam para a necessidade de adoção de políticas estatais em apoio à expansão das firmas para o exterior.

Além e Madeira também questionam o enfoque que estabelece a existência um de *trade off* entre o mercado interno e o externo, já que, segundo eles, fica nítido que, com a abertura econômica dos anos 1990, as empresas necessitaram se tornar mais competitivas no mercado internacional para salvaguardarem seus negócios no mercado interno e expandir seus negócios no exterior. Além disso, retomando alguns elementos do texto assinalado anteriormente, escrito por Cavalcanti e Além, destacam que a competitividade das empresas nos mercados estrangeiros passa a ser condição fundamental para uma *performance* consistente dos países. Em síntese, “a internacionalização deve ser vista como um meio essencial para o

⁵⁰ CATERMOL, Fabricio. Agências de crédito à exportação... *op. cit.* p. 7.

⁵¹ CATERMOL, Fabricio. Agências de crédito à exportação... *op. cit.* p. 7.

⁵² ALÉM, Ana Claudia; MADEIRA, Rodrigo. “Internacionalização e competitividade: a importância da criação de empresas multinacionais brasileiras”. In: ALÉM, Ana Claudia; GIAMBIAGI, Fábio. *O BNDES em um Brasil em transição*. Rio de Janeiro: BNDES, p. 39-58. 2010.

aumento da competitividade internacional das empresas, promovendo o desenvolvimento dos países e facilitando a reestruturação econômica e o acesso a recursos e mercados”⁵³.

Com isso, percebe-se que o papel do BNDES vai muito além do aspecto financeiro, de provedor de recursos de longo prazo na economia brasileira, de suporte à inserção internacional das multinacionais sediadas no país. O banco também foi, por assim dizer, um ator intelectual e legitimador da estratégia de desenvolvimento capitalista levada a cabo no período analisado neste trabalho. Dispondo de todo um arcabouço teórico-econômico seus especialistas buscaram difundir determinadas ideologias, fazendo com que os interesses específicos de determinados grupos econômicos brasileiros fossem vistos como interesses de toda a nação. Mais do que isso, fazendo com que a inserção internacional de grandes empresas brasileiras já consolidadas fosse vista como uma necessidade de primeira ordem não só para essas empresas, individualmente, mas para um crescimento mais autônomo e sustentado do país no presente século.

Faz-se necessário destacar, ainda, que a literatura abordada anteriormente, em particular a que analisa o papel do BNDES na estratégia de desenvolvimento no período 1990-2010 possui uma dupla natureza. Ela constitui parte da bibliografia especializada no assunto e, ao mesmo tempo, se apresenta como importante fonte dos dados e informações utilizadas neste trabalho. Isso exige uma análise ainda mais cuidadosa, visto que tal literatura é composta por especialistas que também são representantes diretos da agência estatal, ou melhor, constituem a própria burocracia da mesma.

Através do exame dos editais dos concursos realizados pela BNDES durante o período que vai de 1952 a 2012, Elisa Klüger⁵⁴ verificou que os processos seletivos e o perfil dos profissionais que constituíram a burocracia do BNDES sofreram consideráveis inflexões ao longo do tempo. Segundo a autora, essas mudanças ocorreram em consonância com os objetivos e prioridades, bem como com o grau de prestígio da agência estatal frente aos demais organismos do Estado, em determinados momentos históricos específicos. Essas inflexões percebidas pela autora referem-se, por exemplo, ao conteúdo exigido dos candidatos nos editais e tiveram como objetivo selecionar profissionais mais afinados com a estratégia de desenvolvimento encampada pelo banco.

Essa análise nos ajuda a entender parcialmente a existência não só de um quadro de profissionais bastante qualificado conformando a burocracia do BNDES, mas também a justeza

⁵³ ALÉM, Ana Cláudia; MADEIRA, Rodrigo. Internacionalização e competitividade... *op. cit.* p. 42.

⁵⁴ Ver inflexões no perfil da burocracia do BNDES no período 1992-2012 em: KLÜGER, Elisa. Construindo uma burocracia econômica de excelência: concursos de seleção para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), de 1955 a 2012. *Plural: Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo*, v. 22.2, p. 81-111. 2015.

de suas publicações com a estratégia de desenvolvimento realizada, grosso modo, a partir de 1990. No entanto, há que se levar em consideração que esse estudo abarca somente a parcela dos profissionais recrutados pela instituição que ingressa via concurso público. Os quadros de primeiro e segundo escalão do banco, ou seja, os cargos de presidência e diretoria são indicados “a dedo” pelo presidente da República, no primeiro caso, e pelo próprio presidente do banco no segundo. De acordo com Klüger, os diretores escolhidos para estar à frente da instituição são:

[...] especialistas em Economia com uma produção acadêmica reconhecida e/ou com uma atuação de destaque em órgãos econômicos e grupos privados. Eles são escolhidos de acordo com o conhecimento e a legitimidade que têm para desempenhar a função de conduzir a economia nacional, pela afinidade que têm com o projeto político desenvolvido pelo governo, bem como pela amplitude de suas conexões com os setores financeiro e produtivo, essenciais para aproximar o Banco dos agentes econômicos.⁵⁵

Não obstante a existência no BNDES de uma burocracia altamente especializada e com capacidade de formular políticas públicas para o desenvolvimento econômico capitalista do país, isso não é suficiente para explicar a orientação do banco ao longo de sua história e, particularmente, no período enfocado nesta pesquisa. Nesse sentido, há que se ter em mente que, como qualquer outra agência estatal, o mesmo é atravessado por disputas entre classes e frações de classe. Assim, a necessidade de se levar em conta os interesses organizados em torno da instituição se torna ainda mais latente quando se percebe a existência de um considerável hiato entre o processo de formulação e o de operacionalização de suas políticas. Como concluiu Garzon em sua tese, o processo decisório oficial do BNDES se encontra subtraído por espaços decisórios informais criados por grupos econômicos dentro da própria instituição, mas também na sociedade civil e nas demais agências estatais⁵⁶.

– Distintas leituras sobre o papel do BNDES:

Vimos no tópico anterior que o discurso da necessidade de consolidar grandes multinacionais brasileiras deu a tônica das pesquisas de inúmeros especialistas brasileiros nesses primeiros anos do século XXI. A construção de grandes companhias competidoras globais realmente ocorreu, ainda que reduzida a poucas empresas de alguns setores já consolidados, tanto no âmbito doméstico quanto no internacional. Após alguns anos de

⁵⁵ KLÜGER, Elisa. Construindo uma burocracia econômica de excelência... *op. cit.* p. 83.

⁵⁶ GARZON, Luis Fernando Nova. *BNDES: Processos decisórios e articulação Estado-capital de 2003-2013*. Tese de Doutorado em Planejamento Urbano e Regional. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

contundente atuação do BNDES nesse processo, é possível analisar com mais distanciamento o papel do banco e os impactos dessa política na economia brasileira, bem como no padrão de inserção internacional do Brasil. A seguir, apresentamos algumas leituras elaboradas recentemente em teses, dissertações e artigos, com o objetivo de proporcionar visões mais autônomas e críticas sobre as políticas implementadas pela agência estatal no período estudado.

Mansueto de Almeida⁵⁷, por exemplo, escreveu, em 2009, um interessante texto intitulado ‘Desafios da real política industrial brasileira do século XXI’⁵⁸. A partir de um corte liberal, o texto apresenta alguns elementos importantes sobre o papel do BNDES na consolidação das multinacionais brasileiras. Nele, o autor destaca que o início dos anos 2000 foi marcado pela retomada de políticas industriais pelos governos no Brasil e na América Latina, de forma geral. No Brasil, especificamente, a política industrial “supostamente” teria como principal objetivo o fomento em inovação, distinguindo-se, assim, das políticas implementadas no pós-II Guerra Mundial nos países centrais, e a partir da década de 1970 no Brasil, de escolha de empresas e setores estratégicos. Contudo, Mansueto busca mostrar que apesar do discurso de uma política industrial moderna, com foco em inovação e pesquisa e desenvolvimento (P&D), a mesma ainda carrega fortes traços da “velha” política industrial, como, por exemplo, o da já assinalada escolha de empresas vencedoras.⁵⁹

Mais do que isso, Mansueto constata que, baseado na ideia de se criar vantagens comparativas ou de mitigar os déficits na balança comercial em alguns setores, a política industrial dos governos Lula (2003-2010) buscaram construir grandes empresas líderes globais, priorizando, no entanto, setores já consolidados da indústria brasileira desde a década anterior. Segundo ele, não houve alterações significativas na estrutura produtiva nacional durante o período de 1996 a 2008, mantendo-se assim, as vantagens comparativas existentes em setores já competitivos, ou seja, aqueles em que predominam produtos de baixa intensidade tecnológica e *commodities*. E o BNDES foi o principal responsável pela consolidação desse padrão de competitividade da indústria e impulsionador da inserção internacional das multinacionais

⁵⁷ O autor é formado em economia pela Universidade Federal do Ceará, mestre em Economia pela Universidade de São Paulo (USP) e cursou doutorado em Políticas Públicas no MIT, Cambridge (USA). Ele também é técnico de Planejamento e Pesquisa do IPEA e tem passagens por cargos como o de coordenador-geral de Política Monetária e Financeira na Secretaria de Política Econômica no Ministério da Fazenda (1995-1997), de assessor da Comissão de Desenvolvimento Regional e de Turismo do Senado Federal (2005-2006), de assessor econômico do senador Tasso Jereissati e de secretário da Secretaria de Acompanhamento Econômico (SEAE) do Ministério da Fazenda (2016). Ver em: blog do Mansueto de Almeida. Disponível em: <<https://mansueto.wordpress.com/about/>>. Acesso em 09 de abr. de 2018.

⁵⁸ ALMEIDA, Mansueto. *Desafios da real política industrial brasileira do século XXI*. (Texto para discussão, n. 1452). Brasília: IPEA, 2004.

⁵⁹ ALMEIDA, Mansueto. *Desafios da real política industrial... op. cit.* p. 7.

brasileiras. Isso fica evidente ao observar, por exemplo, que das “oito entre as dez maiores aplicações diretas do BNDES na indústria em 2008 foram em setores de baixa e média tecnologia, com uma clara predominância dos empréstimos para promover a internacionalização, por exemplo, das empresas de alimentos”⁶⁰.

Em 2010, Lucina Badin, João Roberto Lopes Pinto, Felipe Siston e Carlos Tautz analisaram de forma bastante crítica o papel desempenhado pelo BNDES durante o governo Lula. Partindo de uma perspectiva de mais longo prazo os autores buscaram mostrar que a agência estatal atuou no sentido de aprofundar o padrão de acumulação capitalista iniciado com a abertura comercial e com as privatizações da década de 1990. Esse padrão, de acordo com eles, era “baseado na formação e no fortalecimento de conglomerados privados (nacionais e estrangeiros), fomentados pelos fundos públicos, via capital estatal e paraestatal (empresas estatais e fundos de pensão)”⁶¹ e, sobretudo, pelos fundos do próprio BNDES.

Para os autores, o governo Lula se diferencia do período anterior, da administração FHC, apenas no que tange ao papel do Estado que, supostamente, atuou na defesa e consolidação de grupos econômicos nacionais ⁶². Ademais, afirmam que a atuação estatal representou, de fato, o seu alinhamento junto às demandas e interesses de grupos empresariais com sólida posição no mercado desde a década anterior, sobretudo as do setor de *commodities*. Citam, por exemplo, empresas do setor de mineração, de metalurgia, etanol, papel e celulose, petróleo e gás, hidrelétrico e agropecuário como as empresas escolhidas para terem seus negócios ampliados pelos vultosos aportes do BNDES. Nesse sentido, para eles, há que se considerar dois elementos para compreender o aprofundamento do padrão de acumulação verificado nesse governo:

Vale dizer que o aprofundamento do referido padrão respondeu, igualmente, a uma conjuntura de intenso crescimento do comércio exterior a partir de 2002, puxado pela valorização das *commodities*, na esteira do vigoroso e continuado crescimento chinês. A recente crise financeira foi, por sua vez, reconhecida como mais uma oportunidade de se “escapar para frente”, ou seja, aprofunda ainda mais o referido padrão, via o patrocínio, pelo BNDES, de fusões e aquisições (a exemplo dos casos JBS e Bertim, OI e Brasil Telecom, Perdigão e Sadia, Votorantim e Aracruz, Itaú e Unibanco).⁶⁴

Os autores traçam, ainda, comentários a respeito da política internacional realizada no período Lula que, segundo eles, também esteve voltada para os interesses das multinacionais

⁶⁰ ALMEIDA, Mansueto. *Desafios da real política industrial... op. cit.* p. 25.

⁶¹ BADIN, Lucina *et al.* “O BNDES e a reorganização do capitalismo brasileiro: um debate necessário”. In: *Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico (2003-2010)*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 249.

⁶² BADIN, Lucina *et al.* “O BNDES e a reorganização... op. cit.” p. 250. ⁶⁴ BADIN, Lucina *et al.* “O BNDES e a reorganização... op. cit.” p. 250.

brasileiras dos setores de *commodities* e de infraestrutura, na América do Sul e África. Dessa forma, o papel do BNDES é central nesse processo, pois, além de alavancar os negócios dessas empresas, atuou de forma decisiva na internacionalização delas para essas regiões. Com isso, além da “[...] transferência massiva de recursos públicos, de forma não transparente e sem o devido debate na sociedade brasileira”, reproduziu um “[...] modelo de especialização produtiva e de expropriação [de suas] populações e territórios”⁶³.

Por fim, faz-se necessário ressaltar que, de acordo com os autores, a atuação mais incisiva do Estado não significou, porém, maior autonomia do mesmo frente os interesses oligopolistas dos grupos econômicos sediados no país, durante o governo Lula ⁶⁴. Além da transferência de vultosos aportes de recursos majoritariamente públicos, e da flexibilização da ‘coisa pública’ em detrimento de interesses privados, por meio do BNDES, aprofundou-se um padrão de acumulação sustentado em bases significativamente frágeis, seja do ponto de vista econômico, político, social, ambiental e trabalhista⁶⁵. Na mesma linha de Almeida, eles afirmam que a constituição das “campeãs nacionais” se deu em setores centrados no uso intensivo de mão-de-obra e de recursos naturais que, do ponto de vista econômico, coloca a economia brasileira em situação de vulnerabilidade frente ao mercado internacional e reproduz um padrão de inserção subordinado na divisão internacional do trabalho. Isso se dá em razão de o setor de *commodities* ser extremamente volátil, marcado por alterações nos preços e por crises de especulação, por um lado, e pela comercialização de produtos de baixo valor agregado⁶⁶.

Os autores também destacam outros elementos que evidenciam a insustentabilidade desse padrão fomentado pelo BNDES. Citam, por exemplo, o baixo desempenho do setor de *commodities* na geração de empregos, a manutenção de condições precárias de trabalho e a situação de dependência que a concentração econômica no interior de determinadas cadeias produtivas causa nos fornecedores da ponta dessas cadeias⁶⁷. Além disso, ressaltam os diversos impactos ambientais e na vida das populações, ocasionados pelos grandes projetos que caracterizam os investimentos para esse setor. Como exemplo disso, citam a apropriação desenfreada de recursos naturais públicos por grupos econômicos privados e deslocamentos populacionais ocasionados pela remoção das famílias em locais onde há empreendimentos sendo executados.⁶⁸ Por fim, na dimensão política, assinalam a falta de transparência nos

⁶³ BADIN, Lucina *et al.* “O BNDES e a reorganização... *op. cit.* p. 252.

⁶⁴ BADIN, Lucina *et al.* “O BNDES e a reorganização... *op. cit.* p. 254.

⁶⁵ BADIN, Lucina *et al.* “O BNDES e a reorganização... *op. cit.* p. 256.

⁶⁶ BADIN, Lucina *et al.* “O BNDES e a reorganização... *op. cit.* p. 257

⁶⁷ BADIN, Lucina *et al.* “O BNDES e a reorganização... *op. cit.* p. 257.

⁶⁸ BADIN, Lucina *et al.* “O BNDES e a reorganização... *op. cit.* p. 258.

financiamentos concedidos pelo BNDES, que abrem brechas ainda maiores para a ocorrência de irregularidades do sistema político.⁶⁹

Em 2011, Robson Valdez defendeu sua dissertação de mestrado em Relações Internacionais, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O texto intitulado ‘A internacionalização do BNDES no governo Lula’⁷⁰ traz uma análise do processo de internacionalização do banco que, de acordo com ele, está estreitamente vinculado ao fato de a estratégia de desenvolvimento nacional via inserção comercial do Brasil, ter sido o vetor principal da política externa brasileira; de a América do Sul ter se tornado prioridade da política externa do país no período; e, por fim, às mudanças na legislação nacional do comércio exterior do Brasil. Para o autor, esses elementos constituíram o impulso necessário para a internacionalização da instituição⁷¹.

Para os objetivos deste texto, é pertinente ressaltar, o autor identifica profundos traços de continuidade entre o governo Lula e Fernando Henrique, no que se refere às iniciativas adotadas pelo governo federal e, em particular pelo BNDES, no sentido de fomentar a inserção internacional do país. Para ele, desde o final do governo FHC já se constituía um aparato institucional propício à implementação de políticas de comércio exterior, visto que esta já se figurava como fundamental para a estratégia de desenvolvimento do Brasil. Associado a isso, destaca-se que “ao final do governo FHC e início do Lula o cenário internacional tornava-se mais propício ao comércio internacional, em decorrência de manutenção de crescimento da liquidez externa”⁷². Percebendo este ambiente positivo e

com o propósito de adaptar o banco à sua necessidade de ação internacional, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, em outubro de 2002, aprovou, por decreto, o novo estatuto do Banco dando à instituição mais autonomia e agilidade para operar no exterior. O Presidente Lula, com o mesmo intuito de seu antecessor, a partir de 2003, prosseguiu com as mesmas mudanças no estatuto do Banco. O BNDES ficou então sujeito à supervisão do Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, podendo instalar e manter, no país e no exterior, escritórios, representações ou agências. O BNDES passou, dessa forma, a ser o principal instrumento financiador da política de investimento do governo federal no exterior.⁷³

⁶⁹ BADIN, Lucina *et al.* “O BNDES e a reorganização... *op. cit.* p. 259.

⁷⁰ VALDEZ, Robson Coelho Cardoch. *A internacionalização do BNDES no Governo Lula*. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais. Rio Grande do Sul: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

⁷¹ VALDEZ, Robson Coelho Cardoch. *A internacionalização do BNDES... op. cit.* p.18.

⁷² VALDEZ, Robson Coelho Cardoch. *A internacionalização do BNDES... op. cit.* p. 52.

⁷³ VALDEZ, Robson Coelho Cardoch. *A internacionalização do BNDES... op. cit.* p. 47.

Dentre as principais mudanças se destacam aquelas relacionadas à possibilidade de financiar, de forma direta, aquisições e investimentos de empresas brasileiras no exterior, de fomentar as exportações de produtos e serviços de instalação fora do país⁷⁴.

Com relação à suposta centralidade concedida à América do Sul pela política externa brasileira, o autor também identifica como continuidade do governo Lula em relação ao FHC, o aprofundamento das iniciativas de integração sul-americana, que alçaram a região à posição de prioridade para inserção econômica do país.

Nesse sentido, constata-se que a administração Lula deu continuidade a duas ações que haviam sido trabalhadas em governos anteriores e que se tornaram fundamentais para a política externa brasileira na América do Sul, quais sejam, o convite do governo FHC aos países sul-americanos para o diálogo e a promoção da futura Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA).⁷⁵

Tal convite se materializou em Brasília através da Primeira Reunião de Chefes de Estado e de Governo da América do Sul (2000), ocasião em que foram discutidos temas relacionados à democracia, comércio e infraestrutura. Esse último tema teve destaque, sendo consagrado com o lançamento da Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA).

Em síntese, o autor analisa a internacionalização do BNDES, bem como a inserção das empresas brasileiras no âmbito internacional, sobretudo na América do Sul, dando especial ênfase à existência de profundos traços de continuidade. Nesse sentido, a inserção internacional da agência estatal é, em grande medida, consequência de uma política externa voltada para uma maior integração da região iniciada pelo governo FHC e aprofundada pela administração Lula. Assim, o papel central do BNDES no processo de integração da infraestrutura regional, via expansão dos negócios das empresas brasileiras é fruto de uma política externa que, desde os anos anteriores, vem colocando o continente sul-americano no centro de suas ações.

Por fim, faz-se necessário salientar que Valdez entende a atuação do BNDES a partir do conceito de “Estado Logístico”⁷⁶, elaborado por Amado Cervo. Nesse sentido, o autor destaca como uma das principais conclusões dessa tese que a internacionalização do BNDES tornou-se uma estratégia de Estado. Desse modo,

[o] volume de recursos financeiros desembolsados pelo BNDES para que empresas nacionais expandam seus investimentos e realizem obras de infra-estrutura na região tem consolidado a estreita relação que se estabeleceu entre Estado e grandes empresas nacionais. A todos interessam esse tipo de relacionamento: ao Estado se garante um

⁷⁴ VALDEZ, Robson Coelho Cardoch. *A internacionalização do BNDES... op. cit.* p.47.

⁷⁵ VALDEZ, Robson Coelho Cardoch. *A internacionalização do BNDES... op. cit.* p. 61.

⁷⁶ Para mais detalhes ver em: CERVO, Amado Luiz. *Inserção internacional: formação de conceitos brasileiros*. São Paulo: Saraiva, 2007; CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

modelo de promoção de desenvolvimento nacional de projeção política e econômica; às grandes empresas nacionais abrem-se oportunidades de expansão de mercados para seus produtos e serviços a partir de mecanismos estatais de apoio aos seus investimentos no exterior.⁷⁷

Já Clarissa de Carvalho defendeu, em 2011, sua dissertação de mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco. No texto, intitulado ‘A atuação do BNDES na integração da América do Sul’⁷⁸, a autora dedica-se a analisar os impactos da definição da integração da América do Sul como prioridade da política externa do governo Lula, e se o posicionamento do banco no interior desse governo fez com que a instituição influenciasse nos objetivos de integração do continente.⁷⁹

Três questões principais são abordadas pela autora ao longo do texto. A primeira refere-se às mudanças no processo de internacionalização econômica ocorridas na virada da década de 1990 para os anos 2000, que proporcionou um ambiente favorável para a atuação do BNDES tanto no âmbito doméstico quanto no âmbito regional. A segunda diz respeito à existência de traços de continuidade entre as políticas macroeconômicas dos governos FHC e Lula, por um lado, e alterações significativas ocasionadas pelo reposicionamento do BNDES neste governo, nos termos do que se denominou de neodesenvolvimentismo. E a terceira está relacionada à ampliação dos temas tratados pelo regionalismo nos anos 2000, que traz como questão central a integração da infraestrutura.⁸⁰

Segundo Carvalho, ocorreram alterações significativas no que tange à forma e ao papel do Estado na economia brasileira, aos objetivos da política industrial do período e à estratégia de inserção internacional do país durante o governo Lula. Nesse sentido, indica que há traços de continuidade no que se refere ao objetivo de perpetuar o modelo de liberalização da década anterior, por um lado, mas com a ressalva de o Estado ter tido uma atuação mais incisiva na economia, por outro. E essas mudanças também puderam ser percebidas no âmbito do BNDES, sobretudo no que diz respeito ao crescimento do banco, de seus desembolsos e de seu importante papel nos objetivos da política externa, de integração da região sul-americana.⁸¹

Carvalho segue a linha de análise semelhante à de Valdez, no sentido de corroborar com os desdobramentos da atuação do BNDES para a integração da América do Sul.⁸² Tais

⁷⁷ VALDEZ, Robson Coelho Cardoch. *A internacionalização do BNDES... op. cit.* p. 111.

⁷⁸ CARVALHO, Clarissa Barbosa Ramos Prudêncio de. *A atuação do BNDES na integração da América do Sul*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Pernambuco: Universidade Federal de Pernambuco, 2011.

⁷⁹ CARVALHO, Clarissa Barbosa Ramos Prudêncio de. *A atuação do BNDES... op. cit.* p. 13-14.

⁸⁰ CARVALHO, Clarissa Barbosa Ramos Prudêncio de. *A atuação do BNDES... op. cit.* p. 15.

⁸¹ CARVALHO, Clarissa Barbosa Ramos Prudêncio de. *A atuação do BNDES... op. cit.* p. 71-72.

⁸² Essa perspectiva pode ser encontrada em: SARAIVA, Miriam Gomes. *Política externa brasileira para os países sulamericanos durante o governo Lula: entre a América do Sul e o Mercosul*. Recife: ABCP, 2010.

desdobramentos são interpretados, para ambos os autores, como parte da estratégia da política externa levada a cabo pelo governo, para a qual a cooperação Sul-Sul teve prioridade, e dentro dela a integração do continente sul-americano. Assim, o direcionamento do BNDES para a região é proposital e responde, simultaneamente, ao propósito de internacionalização das empresas brasileiras e à demanda por infraestrutura na região. Sua hipótese é, nesse sentido, a de que o BNDES, apesar de certa autonomia, segue as diretrizes do governo em curso e, durante o governo Lula, passa a ser agente da política externa, articulando o projeto de desenvolvimento nacional aos objetivos específicos da política externa.⁸³

Tais análises também são corroboradas em artigo da autora⁸⁴. Nele, Carvalho busca evidenciar que o BNDES se tornou um agente da política externa brasileira e contribuiu para aprofundar o processo de integração sul-americano, durante o governo Lula. Desse modo, define dois eixos prioritários de atuação da instituição: de apoio à internacionalização de empresas, em especial financiando obras de infraestrutura na América do Sul; e na integração regional, compondo órgãos regionais e grupos interministeriais. Dentro desses eixos, ela identifica três frentes de atuação do banco: financiando projetos da carteira da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA); em parceria com a Corporação Andina de Fomento (CAF); e na concessão de financiamento direto para empresas brasileiras atuarem nos países do subcontinente. Por fim, destaca as empresas de engenharia e construção como as que mais se beneficiaram com os financiamentos do BNDES nos últimos anos, em especial, a Odebrecht, a Andrade Gutierrez e a Camargo Corrêa. Os recursos do banco, segundo a autora, lhes proporcionaram melhores condições de produção e comercialização para concorrerem internacionalmente.⁸⁵

Já em 2014, Daniela Franco Cerqueira concluiu sua tese ‘A integração com os países da América do Sul (2003-2010): o IED brasileiro, a IIRSA e a consolidação da dependência’⁸⁶. Esta teve como objetivo central analisar os resultados do processo de integração do Brasil com os países da América do Sul e saber se ele proporcionou as condições necessárias para a superação da sua condição de dependência. Além disso, a tese buscou traçar o perfil do IED brasileiro para a região, tendo em vista a IIRSA e os financiamentos do BNDES para a área de

⁸³ CARVALHO, Clarissa Barbosa Ramos Prudêncio de. *A atuação do BNDES... op. cit.* p. 14-15.

⁸⁴ CARVALHO, Clarissa Barbosa Ramos Prudêncio de. O protagonismo do BNDES no financiamento da infraestrutura Sul-Americana durante o governo Lula: interface entre interesses domésticos e a política externa. *In: I Seminário Nacional de Pós-Graduação de Relações Internacionais*. Brasília: ABRI, 2012.

⁸⁵ CARVALHO, Clarissa Barbosa Ramos Prudêncio de. O protagonismo do BNDES... *op. cit.* p. 3-4.

⁸⁶ CERQUEIRA, Daniela Franco. *A Integração com os países da América do Sul (2003-2010): o IED brasileiro, a IIRSA e consolidação da dependência*. Tese de Doutorado em Economia. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2014.

infraestrutura e energia que, baseado em dados do Ministério de Relações Exteriores (MRE), afirma ter sido as áreas que mais avançaram no período. E de forma secundária, contribuir para a caracterização do tipo de integração implementada pelo Brasil e analisar criticamente a estratégia de desenvolvimento brasileiro.⁸⁷

A autora toma como base para as análises realizadas ao longo da tese um aporte teórico crítico latino-americano, nos parâmetros definidos pela Teoria Marxista da Dependência (TMD), em particular pelo teórico marxista Ruy Mauro Marini.

Nessa abordagem, a dependência é entendida como a posição subordinada de algumas economias (chamadas periféricas) no processo de acumulação do capital. A condição dependente deriva da inserção das antigas colônias latino-americanas no sistema capitalista a partir da lógica e da necessidade de expansão do capital e, portanto, de modo hierarquizado, configurando-se uma divisão internacional do trabalho que conformou, de um lado, sistemas produtivos diversificados, dotados de capacidade de gerar um crescimento autônomo e, de outro, economias caracterizadas pela fragilidade financeira e tecnológica, cuja expansão é dependente, porque está condicionada pelas modificações e pelo padrão de reprodução do capital que emana dos centros capitalistas.⁸⁸

Nesse sentido, Cerqueira entende que o Brasil se encontra em uma posição na divisão internacional do trabalho, de dependência e subdesenvolvimento. Isso fica evidente logo no início da introdução de sua tese, em que a autora afirma:

A economia brasileira, na primeira década dos anos 2000, apresenta dois movimentos interligados que poderiam resultar numa alteração no seu padrão de inserção internacional, no sentido de diminuir sua condição de país dependente e subdesenvolvido: i) a retomada da internacionalização produtiva via investimento de empresas brasileiras, especialmente para a América do Sul e ii) a consecução de acordos e implementação de políticas para promover uma maior integração com os países da América do Sul, tendo em vista o desenvolvimento do continente.⁸⁹

Apesar de não ser nossa intenção destrinchar cada uma das hipóteses levantadas por Cerqueira, é pertinente destacar pelo menos duas delas que, de certo modo, estão estreitamente relacionadas ao processo de inserção internacional do Brasil no período 2003-2010, bem como à atuação do BNDES no apoio aos investimentos das empresas brasileiras no exterior. A primeira é a de que o IED brasileiro na América do Sul está vinculado ao processo de internacionalização de companhias sediadas no país e tem como objetivo central o aumento dos lucros das mesmas. Nesse sentido, o Estado não se baseia na definição de diretrizes prioritárias para a integração como, por exemplo, a definição de setores estratégicos e de metas de inovação

⁸⁷ CERQUEIRA, Daniela Franco. *A Integração com os países... op. cit.* p. 13-14.

⁸⁸ CERQUEIRA, Daniela Franco. *A Integração com os países... op. cit.* p. 17.

⁸⁹ CERQUEIRA, Daniela Franco. *A Integração com os países... op. cit.* p. 13.

que visem à redução da dependência dos países da região. E a segunda é a de que os investimentos em infraestrutura física têm como fito reforçar o padrão de comércio exterior realizado entre o Brasil e a região, reafirmando a posição do Brasil como exportador de bens manufaturados e de importador de matérias-primas. Assim, o BNDES ao financiar um conjunto de inversões que reproduz a debilidade produtiva dos países da região, não contribui para que o Brasil e a região superem sua posição dependente na economia internacional.⁹⁰

Com relação à participação do Estado, a autora destaca o papel desempenhado pelo BNDES como “um dos principais instrumentos utilizados pelo governo para viabilizar as diretrizes do PDP e a reestruturação do capitalismo brasileiro tendo em vista a maior integração física e produtiva da América do Sul”⁹¹. Segundo ela, durante o governo Lula, a atuação do banco se materializou “através do fortalecimento dos grupos empresariais, apoiando-os na inserção internacional por meio do estímulo à exportação e [d]o Investimento Externo Direto”⁹².

A principal conclusão retirada é a de que o processo de integração do Brasil com os países da América do Sul, cujo papel central se concentrou no Estado/BNDES durante o governo Lula, não representa um estratégia para superar a condição de dependência do país, nem de seus vizinhos regionais.

Os princípios balizadores da política de promoção do IED brasileiro para a região (sustentação do modelo liberal periférico)⁹³ e dos projetos da IIRSA (regionalismo aberto) propõem não apenas fortalecer e sancionar as opções de mercado, como também, deixam a cargo da iniciativa privada a definição da trajetória da economia brasileira.⁹⁴

Com essa estratégia não há, segundo Cerqueira, o questionamento da inserção subordinada do Brasil no cenário internacional, reproduzindo assim o seu papel de exportador de bens de menor valor agregado e conteúdo tecnológico, ou seja, a sua posição na divisão internacional do trabalho. Além disso, a autora conclui:

Esse perfil produtivo do IED mostra que não existe incompatibilidade entre dependência e inversões no exterior. A exportação brasileira de capitais expressa o maior grau de oligopolização de setores da economia que, dada à saturação do mercado interno, buscam alternativas de expansão. De maneira nenhuma se pode apreender desse processo uma equiparação do Brasil com as economias desenvolvidas. Reflete, apenas, o resultado do processo de concentração e centralização do capital e do aumento da produtividade da economia. Tais

⁹⁰ CERQUEIRA, Daniela Franco. *A Integração com os países... op. cit.* p. 18-19.

⁹¹ CERQUEIRA, Daniela Franco. *A Integração com os países... op. cit.* p. 189.

⁹² CERQUEIRA, Daniela Franco. *A Integração com os países... op. cit.* p. 189

⁹³ Ver em: FILGUEIRAS, Luiz; GONÇALVES, Reinaldo. *A Economia Política do Governo Lula*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

⁹⁴ CERQUEIRA, Daniela Franco. *A Integração com os países... op. cit.* p. 206.

movimentos impõem a busca por novas frentes de expansão, sejam elas novos mercados ou áreas geográficas.⁹⁵

No ano seguinte, em 2015, Jorge Braga defendeu a tese intitulada ‘O papel do BNDES na política externa do governo Lula da Silva: internacionalização e integração regional na América do Sul’⁹⁶. O objetivo dessa tese é o de contribuir com a reflexão de análise geográfica sob a ótica da política externa brasileira e sua articulação no âmbito das propostas de integração da região sul-americana, com destaque para a IIRSA. O autor se pauta nas estratégias do governo Lula a fim de promover a inserção internacional do Brasil através da liderança sul-americana que, para isso, “elencou o BNDES como agente financiador de projetos transnacionais que favoreceram os interesses da burguesia interna que ascendeu no interior do aparelho do Estado”⁹⁷.

Braga operacionaliza conceitos do autor Nicos Poulantzas como, por exemplo, frações de classe e bloco no poder para dar destaque à ascensão da ‘grande burguesia interna brasileira’, fração burguesa que teria emergido durante o governo Lula no interior do Estado brasileiro e, conseqüentemente, teve prioridade nos aportes do BNDES. Tal grande burguesia interna, na qual ele foca sua investigação reúne, por conseguinte, vários setores como:

[...] o agronegócio, a mineração, a construção civil, o comércio, os serviços, os bancos, as comunicações, o de energia elétrica e as indústrias. Essa fração é formada predominantemente por empresas majoritariamente de capital nacional, todavia isso não exclui empresas internacionais presentes no espaço nacional.⁹⁸

De forma geral, Braga busca encontrar respostas em sua tese para as seguintes questões:

i) como se caracterizou a política externa brasileira nos anos 2000? ii) Qual o contexto da emergência do governo Lula da Silva à presidência brasileira? iii) Como a burguesia interna no interior do bloco no poder articulou o seu projeto à política externa do governo Lula da Silva? iv) Quais as condições em que os processos de integração regional se realizaram? v) Como o BNDES privilegiou os projetos da burguesia no interior do bloco no poder e no processo de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA)? vi) Quais os efeitos da política externa do governo Lula sobre o ordenamento territorial na América do Sul, principalmente dentro do projeto de integração regional idealizado na IIRSA/COSIPLAN? vii) Como as forças sociais se articulam em defesa do território frente às investidas do Estado e do capital, utilizando como caso paradigmático a construção de hidrelétricas no Peru?⁹⁹

⁹⁵ CERQUEIRA, Daniela Franco. *A Integração com os países... op. cit.* p. 207.

⁹⁶ BRAGA, JORGE Luiz Raposo. *O papel do BNDES na política externa do governo Lula da Silva: internacionalização e integração regional na América do Sul.* Tese de Doutorado em Geografia. Campinas: Unicamp, 2015.

⁹⁷ BRAGA, JORGE Luiz Raposo. *O papel do BNDES... op. cit.* p. 29.

⁹⁸ BRAGA, JORGE Luiz Raposo. *O papel do BNDES... op. cit.* p. 127.

⁹⁹ BRAGA, JORGE Luiz Raposo. *O papel do BNDES... op. cit.* p. 32.

E com relação ao BNDES, especificamente, o autor busca saber qual foi sua relevância no processo de integração regional. Assim, discute a relação entre a política externa brasileira para a região e os interesses da burguesia interna brasileira.

Além disso, Braga também estuda, particularmente, a relação BNDES-JBS-Friboi para lançar luz à relação Estado-empresas no período. Para o autor, a agência estatal foi a “[...] principal fonte de recursos para grupos econômicos incorporarem empresas sul-americanas, mas também, por intermédio de compadrio, adquiriu ativos em processos de aquisição, tornando-se sócio de ‘corporações nacionais’”¹⁰⁰. E, com o objetivo de demonstrar os conflitos existentes na política de integração da infraestrutura regional, bem como os agentes que se emergiram em contrapondo a esse projeto, o autor analisou, ainda, o caso do acordo hidrelétrico Peru-Brasil, assinado entre os presidentes Alan Garcia e Lula, em 2010. Tudo isso, é preciso lembrar, se deu através da análise qualitativa da bibliografia sobre a temática e de documentos referentes a pronunciamentos presidenciais.

Dentre as evidências obtidas na tese, Braga destaca que durante o governo do presidente Lula, o BNDES protagonizou o fortalecimento de grandes grupos econômicos, nacionais e estrangeiros, dotando-os de grandes aportes de capital. Citando Cervo, afirma que o banco dá “(...) apoio logístico aos empreendimentos, o público e o privado, de preferência o privado, com o fim de robustecê-los em termos comparativos internacionais”¹⁰¹. Contudo, para o autor, o papel da instituição vai além de sua importância como agência de fomento:

Assim ocorre o empoderamento do BNDES que não se restringe o seu papel apenas a esfera econômica, mas do ponto de vista político, funciona como ator importante na condução da política externa brasileira, principalmente na liberação de IED Sul-Sul e nos arranjos daí instituídos. No âmbito espacial, o BNDES é o provedor de vários megaprojetos desenvolvidos ou em desenvolvimento no seio da IIRSA/COSIPLAN que tem produzido um reordenamento territorial na América do Sul, com rastros de conflitos sociais e ambientais.¹⁰²

Em consequência disso, segundo Braga, houve um aumento considerável de mobilizações contrárias à lógica de desenvolvimento implementada na região e à atuação das transnacionais brasileiras na América do Sul, particularmente, nos empreendimentos no âmbito da carteira de projetos da IIRSA. Por fim, de acordo com ele:

Muitas dessas tensões territoriais estão associadas às transnacionais brasileiras financiadas pelo BNDES. Os protestos e as denúncias se referem à imposição de

¹⁰⁰ BRAGA, JORGE Luiz Raposo. *O papel do BNDES... op. cit.* p. 34.

¹⁰¹ CERVO, Amado L. *Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros*, São Paulo: Saraiva, 2008 [sic]. p. 87 *apud* BRAGA, JORGE Luiz Raposo. *O papel do BNDES... op. cit.* p. 171.

¹⁰² BRAGA, JORGE Luiz Raposo. *O papel do BNDES... op. cit.* p. 171-172.

estratégias do ponto de vista hegemônica sobre a biodiversidade, os recursos hídricos e a energia em áreas de importância para a humanidade. O saque ameaça desestruturar os territórios das comunidades indígenas, dos camponeses, dos afro-americanos e de outras múltiplas identidades e denominações, geralmente afetados por empreendimentos como rodovias, hidrelétricas, mineração, agronegócio, entre outros. Por conseguinte, esses sujeitos sociais politizam o território e instituem novas formas de luta pautadas nos movimentos étnicos e ambientais.¹⁰³

Destaca-se, ainda, a tese de doutoramento de Caio Martins Bugiato¹⁰⁴, fruto da pesquisa realizada no âmbito do Centro de Estudos Marxistas (Cemarx) da Unicamp, intitulada ‘Política e classes sociais no capitalismo neoliberal’, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). Nesse sentido, autor se insere numa tradição de pesquisa da referida universidade que têm como instrumental teórico os escritos de Poulantzas, particularmente o conceito de bloco no poder, para compreender o desenvolvimento do capitalismo e a luta de classes no Brasil.

A partir disso, é necessário ressaltar as questões que norteiam este trabalho. Para tanto replicamos aqui algumas indagações colocadas pelo próprio autor na introdução de sua tese como:

Qual o papel histórico do BNDES no desenvolvimento do capitalismo brasileiro? Sua atuação sofreu modificações ao longo de sua experiência? Por que sofreu? Qual o papel do banco na conjuntura do governo de Luiz Inácio Lula da Silva? Quais as classes sociais são beneficiadas pela política de financiamento deste governo durante o governo Lula? Quais não são? Qual papel do BNDES nas relações exteriores deste governo?¹⁰⁵

Em síntese, o objeto de sua pesquisa foi a política de financiamento do BNDES para as empresas brasileiras e suas implicações no Brasil e no exterior. E a tese defendida pelo autor é a de que, durante o governo Lula, a ‘grande burguesia interna’ foi a fração da burguesia privilegiada pela política neodesenvolvimentista executada pelo governo federal. Segundo ele, essa fração da burguesia teve suas atividades ampliadas e seus negócios protegidos, em relação às suas disputas com o capital internacional.¹⁰⁶

Bugiato define o que ele quer dizer com a expressão ‘grande burguesia interna brasileira’, foco principal das análises contidas em seu trabalho. Sua hipótese é a mesma do projeto temático que deu origem à tese, que afirma que ‘a grande burguesia interna brasileira’

¹⁰³ BRAGA, JORGE Luiz Raposo. *O papel do BNDES... op. cit.* p. 253.

¹⁰⁴ BUGIATO, Caio Martins. *A política de financiamento do BNDES e a burguesia brasileira*. Tese de Doutorado em Ciência Política. Campinas: Unicamp, 2016.

¹⁰⁵ BUGIATO, Caio Martins. *A política de financiamento do BNDES... op. cit.* p. 15.

¹⁰⁶ BUGIATO, Caio Martins. *A política de financiamento do BNDES... op. cit.* p. 16.

[...] é composta pelo grande capital nacional, por empresas estatais e, ocasionalmente, por empresas multinacionais. É uma fração heterogênea que reúne diversos setores, como a indústria de manufaturados, empresas de construção civil, empresas do agronegócio, empresas estatais, mineradoras entre outros. E necessita da ação estatal em seus pontos de divergência com o imperialismo.¹⁰⁷

E o que garante a unidade entre setores tão heterogêneos em uma mesma fração da classe burguesa “[...] é a disputa com o capital internacional no Brasil e no exterior. Para isso, conta com a ação ativa e protetora do Estado brasileiro, com a finalidade de preservar e ampliar suas posições na conjuntura econômica nacional e internacional”¹⁰⁸. E o Estado, durante o governo Lula, foi o grande aliado dessa fração burguesa, pois incentivou a criação e o fortalecimento de grupos econômicos nacionais pelo BNDES. Assim, as empresas tiveram suas participações aumentadas em vários setores da economia, puderam ter sob seu controle uma grande massa de capitais e intensificaram o processo de internacionalização de suas atividades.

Por fim, destacamos as contribuições recentes de Luis Garzon para os estudos sobre o BNDES, contidas em sua tese de doutorado em Planejamento Urbano e Regional, defendida em 2015¹⁰⁹. Na tese, o autor busca investigar o ‘processo decisório’ da instituição, com o objetivo de melhor compreender as relações entre Estado e capital no capitalismo contemporâneo. Para tanto, “a metodologia utilizada prioriza vetores históricos, discursivos e analíticos para interpretar esta ampliação do papel do BNDES, com máxima explicitação entre 2008 e 2012, considerando seus desdobramentos políticos de longo prazo”¹¹⁰. Assim, pôde perceber que o BNDES constitui-se em um espaço de articulação de estratégias de dominação, bem como de estruturação de arranjos monopolistas.

Segundo o autor, “[a] inquirição do papel e do lugar do BNDES no capitalismo brasileiro requer acesso perene às trajetórias, alianças, impasses e lutas entre frações e segmentos de classes, nas instâncias burocráticas e societárias em que se digladiam”¹¹¹. Há, nesse sentido, uma questão teórica que se constitui em base para outras indagações dessa pesquisa: como se apresenta a relação entre capital e Estado, no plano teórico e na dimensão histórica no Brasil. E, de forma secundária, se o BNDES atuou baseado em alguma estratégia específica. Segundo o autor, “havendo ou não presciência, fato é que se aprofundou um modo de

¹⁰⁷ BUGIATO, Caio Martins. *A política de financiamento do BNDES... op. cit.* p. 16.

¹⁰⁸ BUGIATO, Caio Martins. *A política de financiamento do BNDES... op. cit.* p. 161.

¹⁰⁹ GARZON, Luis Fernando Novoa. *BNDES: Processos decisórios e articulação Estado-capital de 2003-2013*. Tese de Doutorado em Planejamento Urbano e Regional. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

¹¹⁰ GARZON, Luis Fernando Novoa. *BNDES: Processos decisórios... op. cit.* p. 19.

¹¹¹ GARZON, Luis Fernando Novoa. *BNDES: Processos decisórios... op. cit.* p. 20.

acumulação com uso intensivo de território e trabalho e um processo de internacionalização de capitais correspondentes a estas especializações”¹¹².

Garzon parte da ideia de que as formas e funções adquiridas pelo Estado/BNDES caminham juntas com a dinâmica da acumulação capitalista, ou seja, não é mera consequência de tal dinâmica. Assim, “o processo decisório do banco nem é único, muito menos autônomo”, ou seja, “muito mais relevante que identificar os tomadores de decisão e seus procedimentos é compreender a gênese e o endereçamento das decisões”. Para o autor, existem três espaços decisórios no BNDES entrelaçados: “o primeiro trata do processo interno e formal propriamente dito, o segundo trata de espaços semiformais forjados no BNDES por capitais e blocos de capital, e o terceiro refere-se a agendas construídas fora do Banco e para ele”¹¹³.

Retomando a ideia de que existem no processo decisório do BNDES três círculos decisórios distintos e entrelaçados entre si o autor descreve cada um desses círculos.

No primeiro círculo (da decisão formal), o último agente ou instância no Banco que formalmente toma a decisão está muito distante dos que primeiro delimitam o horizonte em que suas decisões são tomadas. No segundo círculo, o processo decisório do BNDES atravessa e é atravessado pelo processo decisório da política econômica e setorial do Estado brasileiro, por sua vez penetrado por pautas dos grandes grupos econômicos. No BNDES, e a partir dele, torna-se perceptível a forma atualizada de organização do Estado frente às classes: como as recebe, por quais canais institucionaliza e legitima a interação público privada. Em um terceiro círculo, já situado no âmbito empresarial estatalizado, há um governo do capital com pretensões autolegitimadoras, mas que negocia transferências e parcerias com a esfera estatal. A partir da arena formal tripartite constituída, CNDI (Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial), FIESP e as principais associações empresariais setoriais, criaram uma instância particular que centralizou a decisão do Sistema MDIC, incluindo o BNDES.¹¹⁴

A partir da análise da narrativa dos gestores de algumas diretorias e áreas, particularmente, das gerências setoriais de infraestrutura e de insumos básicos, Garzon apreende que o circuito formal de decisões do BNDES é influenciado por dois fatores. Primeiro “a) pelo circuito das decisões de política setorial, por meio de arranjos privado-públicos promovidos no âmbito do MDIC e [segundo] b) pelo circuito de decisão do investimento”¹¹⁵.

A primeira percepção do autor referente ao circuito de poder formal do BNDES é a de que a atuação dos gerentes setoriais, nos diversos departamentos da agência estatal, é bastante restrita. Característica semelhante foi identificada pelo autor no que tange às funções de pesquisa e acompanhamento econômico do banco, concentradas na Área de Pesquisa e

¹¹² GARZON, Luis Fernando Novoa. *BNDES: Processos decisórios...* *op. cit.* p. 20.

¹¹³ GARZON, Luis Fernando Novoa. *BNDES: Processos decisórios...* *op. cit.* p. 21.

¹¹⁴ GARZON, Luis Fernando Novoa. *BNDES: Processos decisórios...* *op. cit.* p. 29.

¹¹⁵ GARZON, Luis Fernando Novoa. *BNDES: Processos decisórios...* *op. cit.* p. 31.

Acompanhamento Econômica (APE). De acordo com ele, apesar de terem sido criadas em 1993, pelo economista Fábio Erber, as gerências setoriais não seguiram os marcos prescritos originalmente.

Décadas depois, o BNDES continuou sendo determinante na viabilização de setores igualmente nominados como “estratégicos”, porém não mais necessariamente vinculados à indústria de transformação. A indústria extrativa, com uso intensivo em recursos naturais e os setores de energia e transportes, não contam, por isso, com gerências setoriais com o perfil originalmente proposto, ainda que a capacidade de formulação e articulação de alguns desses gerentes seja notória. O Banco confere aos gerentes setoriais enorme responsabilidade no diagnóstico, filtragem e viabilização técnico-legal dos projetos, mas praticamente veda a participação deles na análise, modelagem e acompanhamento dos mesmos. Trata-se de uma “muralla da China”, como denominou um dos entrevistados, erguida regulamentar e informalmente entre as gerências setoriais e as respectivas áreas operacionais.¹¹⁶

De acordo com Garzon, apesar de oficialmente a APE do BNDES deter um papel de suma importância no processo de planejamento e de decisão da agência estatal, o que fica evidente é que a “atual estrutura administrativa e a posição da Área de Pesquisa e Acompanhamento Econômico no fluxograma decisório do Banco expressam, no entanto, considerável distância entre o que foi estipulado e o que vem sendo consubstanciado”¹¹⁷. Em outras palavras, “[...] as iniciativas efetivamente atribuíveis à APE são elucidativas da ausência de planejamento com um mínimo de autonomia, centralidade e fundamentação teórico-empírica”¹¹⁸.

O BNDES, com toda sua capacidade de intermediação financeira de longo prazo e de formatação de mercados, teve momentos de maior politização (de disputa de seu comando) e de maior assepsia e disciplinamento - como no presente momento. Nosso traçado de pesquisa demonstrou um esvaziamento paulatino do papel de formulação por parte do Banco em troca de maior capacidade de execução e articulação na ponta final da cadeia de comando. Na passagem da Política de Desenvolvimento Produtivo (2008-2011) para o Plano Brasil Maior (2011-2014), o BNDES demonstrou como sua autonomia se relativiza no direcionamento da sua capacidade institucional e financeira para a consolidação dos principais grupos de insumos básicos e de serviços de infraestrutura, em geral entrelaçados.¹¹⁹

Depois de analisar o fluxo decisório interno do BNDES, o autor busca examinar o lugar do banco no interior do Estado, mais precisamente, dentro do Sistema MDIC¹²⁰. Com

¹¹⁶ GARZON, Luis Fernando Nova. *BNDES: Processos decisórios...* *op. cit.* p. 44.

¹¹⁷ GARZON, Luis Fernando Nova. *BNDES: Processos decisórios...* *op. cit.* p. 55.

¹¹⁸ GARZON, Luis Fernando Nova. *BNDES: Processos decisórios...* *op. cit.* p. 55.

¹¹⁹ GARZON, Luis Fernando Nova. *BNDES: Processos decisórios...* *op. cit.* p. 150.

¹²⁰ Fazem parte do SMDIC, oficialmente, o BNDES, a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex), o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) e a Superintendência Zona Franca de Manaus (Suframa).

isso, o autor objetiva analisar a relação da agência com os capitais privados e suas associações representativas. Segundo ele,

[h]á basicamente dois tipos de relação do BNDES com as frações burguesas: direta e pontualmente ou indireta e reiterada em arranjos institucionais setoriais e intersetoriais, através de associações representativas. A relação direta, como já observado anteriormente, se dá com as empresas chamadas “clientes preferenciais” que têm acesso a corredores decisórios desimpedidos no interior do Banco. Da relação do Banco com as esferas corporativas representativas e da política industrial definida como “possível” do país, tratamos a seguir.¹²¹

De acordo com Garzon, a ascensão de Fernando Pimentel no comando do ministério representou um ponto de inflexão no *modus operandi* do Sistema MDIC. O mesmo possuía fortes conexões com a Confederação Nacional da Indústria - CNI (o autor se baseou em entrevistas com interlocutores da área de Planejamento do BNDES e assessores da presidência), principal elaboradora da “agenda política” desse ministério e outras representações empresariais. Dentre as conexões identificadas pelo autor, a secretaria de Produção do MDIC era dirigida pela ex-diretora da CNI, Heloisa Menezes e pelo seu adjunto, Alexandre Comin, ex-economista da entidade no período de 2008 a 2011. Nesse sentido, o autor chega à constatação de que o MDIC “ganhou aval para nuclear a intermediação das coalizões políticas e empresariais em torno de agendas mínimas consensuadas junto aos grandes conglomerados individualmente e as associações empresariais nucleadas pela CNI”¹²².

Por fim, em entrevista com o gerente do Conselho de Política Industrial (Copin) da CNI, o autor pôde identificar como se dá a inserção das demandas empresariais na pauta governamental, através dos principais espaços de construção da ‘agenda industrial brasileira’, ou seja, o MDIC, a ABDI e o BNDES. Não cabe destacar toda a entrevista aqui, mas convém sublinhar que ela evidencia a construção de espaços informais de articulação entre associações, empresários, com a participação de representantes da ABDI e do MDIC. Um desses espaços, o ‘Grupo de Coordenação Privada do Plano Brasil Maior’, passou a funcionar em 2012 e contou com a colaboração da secretária da Produção, Heloisa Menezes, e do presidente da ABDI, Mauro Borges.

Com isso, Garzon dá uma importante contribuição aos estudos sobre a atuação do BNDES na estratégia de desenvolvimento capitalista implementada no Brasil, no período por nós analisado. Ao mapear e investigar o processo decisório interno do banco buscou

¹²¹ GARZON, Luis Fernando Novoa. *BNDES: Processos decisórios... op. cit.* p. 149.

¹²² GARZON, Luis Fernando Novoa. *BNDES: Processos decisórios... op. cit.* p. 155.

[...] reconstituir a dinâmica efetiva do processo “negocial” dos grupos econômicos “customizados” pelo Banco para verificar compatibilidade e afinidade entre seus projetos e planos de negócios e as linhas de financiamento e programas disponibilizados pelo BNDES. Procurando o lugar formal do centro de decisão do Banco, [encontrou] um centro subtraído, posto à deriva, o que [o] conduzia a buscar fora do Banco aquilo que antes parecia ser-lhe inderrogável.¹²³

– Um balanço da bibliografia analítica:

Uma quantidade razoável de trabalhos que analisam o papel desempenhado pelo BNDES, sobretudo na primeira década dos anos 2000 foi produzida. Vimos que as análises realizadas no período têm como pano de fundo uma mesma questão-chave, qual seja, a estratégia de desenvolvimento capitalista implementada no Brasil, de inserção internacional de sua economia via consolidação de grandes empresas multinacionais.

Percebemos que alguns especialistas vinculados à burocracia estatal, a algum instituto de pesquisa ligado ao governo federal e, principalmente, ao BNDES já buscavam retomar a discussão sobre a estratégia de desenvolvimento via internacionalização da economia brasileira. Os argumentos utilizados para legitimar tal estratégia podem ser, grosso modo, assim divididos: a) entre aqueles que destacam a internacionalização das empresas como necessária, obrigatória, no contexto de ‘globalização’, para a própria sobrevivência delas num ambiente internacional e doméstico de competitividade acirrada. Assim, ressaltam que há espaço para a atuação estatal, com vistas a criar as condições necessárias para as firmas domésticas ampliarem seus negócios no exterior; b) e os que argumentam que a expansão internacional das companhias brasileiras se reverte em ganhos para o país como um todo. Dentre os benefícios destacam-se a expansão das exportações, ocasionados pelos ganhos de escala das firmas internacionalizadas, ganhos em inovação tecnológica e na geração de empregos mais qualificados no ambiente doméstico. Ou seja, elementos considerados fundamentais para a redução das vulnerabilidades externas e crescimento sustentado da economia nacional.

Ressaltamos também o papel-chave de Luciano Coutinho que, já em 2002, formulou as diretrizes de uma ‘política industrial contemporânea’ e coerente com essa estratégia de desenvolvimento. Tal política industrial deveria ser fortemente inclinada para a expansão das exportações, pois, segundo o autor, essa é uma condição necessária para uma inserção mais autônoma do país no cenário internacional. Para tanto, destaca que ela deveria estar articulada à política macroeconômica, bem como à política de comércio exterior e à política externa. Por fim, o Estado e o BNDES deveriam criar as condições necessárias para internacionalização da

¹²³ GARZON, Luis Fernando Novoa. *BNDES: Processos decisórios... op. cit.* p. 30.

economia e expansão dos investimentos internacionais das firmas sediadas no Brasil, consolidando o que ele mesmo chamou de ‘campeãs nacionais’.

Concomitantemente ao avanço das políticas de fomento à expansão internacional das empresas brasileiras, muitas pesquisas buscaram examinar o papel do BNDES e os reais impactos dessa política na economia brasileira, bem como no padrão de inserção internacional do Brasil. Abordamos algumas dissertações, teses e artigos que representam parcela das pesquisas realizadas nos últimos anos, das quais é possível extrair algumas constatações preliminares a respeito dos estudos sobre a questão.

Nota-se, primeiramente, que tais pesquisas foram desenvolvidas quase que simultaneamente aos acontecimentos por elas examinados, o que facilita o acesso do pesquisador a uma quantidade considerável de informações. Ao mesmo tempo pode se constituir em obstáculo, visto que exige que o mesmo seja bastante cuidadoso no tratamento das diversas fontes disponíveis (veículos de comunicação hegemônicos, institutos de pesquisa, o próprio BNDES, organizações sociais e pesquisas acadêmicas).

Em segundo lugar, percebe-se que os estudos relacionados à temática foram realizados por pesquisadores de diversas áreas do saber – mencionamos que os trabalhos em Economia são predominantes –, mas que essa questão é, ainda, pouco discutida na área da História.

A terceira verificação refere-se à existência de consenso entre a bibliografia especializada no tema, no que tange à percepção de que o BNDES foi central na estratégia de desenvolvimento capitalista empreendida no período. O banco atuou decisivamente na construção de mecanismos com o objetivo de promover a expansão das empresas brasileiras para o exterior, inserindo suas ações em um novo âmbito de atuação, o internacional. Contudo, nota-se que as análises existentes tem dado maior foco à atuação do banco no período Lula (2003-2010), atribuindo, assim, uma relevância secundária ao seu papel durante anos 1990, nesse processo.

Constatamos também a inexistência de uma visão homogênea a respeito das continuidades/rupturas na forma de agir e de operar do BNDES no período Lula. Uns preferem ressaltar em seus escritos a existência de um fio condutor que liga o *modus operandi* do banco a momentos anteriores, como o de Fernando Henrique Cardoso (FHC), quando algumas mudanças foram iniciadas na instituição. Além disso, destacam que já na década de 1990 a agência estatal empreendia esforços no sentido fomentar a transnacionalização das empresas sediadas no país e buscava, por exemplo, maior aproximação com a América do Sul. Nesse sentido, os fenômenos vistos no período posterior a 2003 consistiriam no aprofundamento dessas políticas ou do padrão de acumulação iniciado naquela década, calcado em setores e

empresas já consolidadas. Como exemplo, citam as ações promovidas no interior do BNDES, como as alterações no estatuto da instituição, ainda no governo FHC, em 2002, cujos impactos foram percebidos ao longo dos anos posteriores, já durante o governo Lula. Outros autores, no entanto, destacam em suas análises que a atuação do BNDES, nesta primeira década do século XXI, rompe com padrões anteriores. Destaca-se que o banco resgatou os princípios de uma instituição de fomento do desenvolvimento, objetivo para o qual teria sido criado. Essas perspectivas estão estreitamente relacionadas à forma como os autores enxergam o período Lula/Dilma, ora visto como um período neodesenvolvimentista, ora como neoliberalismo periférico, entre outras classificações.

Ficou evidente, ainda, a necessidade de pesquisas que investiguem o papel desempenhado pelo BNDES como ator intelectual. Apesar de a literatura que estuda o banco reconhecer que o mesmo adquiriu, ao longo de sua história, grande capacidade de formular políticas e estratégias de desenvolvimento no Brasil, esse aspecto tem sido tratado de forma secundária. Talvez isso se deva à percepção de que a agência estatal perdeu, ao longo das décadas neoliberais de 1980 e 1990, principalmente, sua autonomia na elaboração de tais políticas.¹²⁴ Atualmente tem-se defendido, por exemplo, que o banco atende às demandas endereçadas por grupos econômicos à instituição, o que faz com que o mesmo implemente políticas, muitas vezes, dissonantes de objetivos estratégicos antes definidos por ele.¹²⁵ A articulação e o endereçamento de demandas por parte dos grupos econômicos ao Estado não é algo novo¹²⁶, pensamos que em relação ao BNDES não seja diferente. Nesse sentido, acreditamos que o exame do papel intelectual dessa agência estatal possa evidenciar traços importantes de sua atuação nesse momento histórico específico, bem como de sua história em geral.

Por fim, identificamos o surgimento de interessantes análises sobre o BNDES no âmbito do marxismo. Destacamos que as principais contribuições referem-se ao Estado capitalista no Brasil, constantemente apresentado nos estudos sobre a temática como monolítico, homogêneo e a serviço de interesses ‘nacionais’. No entanto, ressaltamos a existência de importantes lacunas a serem preenchidas, sobretudo, por pesquisas que se baseiem nos escritos de Antonio Gramsci, particularmente no conceito por ele elaborado, de ‘Estado

¹²⁴ Ver em: CURRALERO, Cláudia Regina Baddini. *A atuação do sistema BNDES como instituição financeira de fomento no período 1952/1996*. Dissertação de Mestrado em Economia. Campinas: Unicamp, 1998.

¹²⁵ Essa ideia é defendida por Fernando Garzon em sua tese, já discutida ao longo deste capítulo.

¹²⁶ A organização e o endereçamento das demandas empresariais do ramo da construção pesada, no período da ditadura civil-militar (1964-1988), foram amplamente investigados em: CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988*. Rio de Janeiro: Editora da UFF, 2014.

Ampliado'¹²⁷. A pesquisa de Garzon, anteriormente assinalada, deu importantes passos nesse sentido ao identificar centros de poder decisório fora do BNDES, em espaços criados, por exemplo, por representantes empresariais no interior do Sistema MIDIC. Contudo, percebemos a necessidade de pesquisas que visem empreender uma ampla investigação junto à sociedade em geral, e 'sociedade civil' em particular, das formas organizativas dos empresários em 'aparelhos privados de hegemonia' e sua atuação junto ao BNDES.

Conforme assinalou Sonia Mendonça, a concepção de Estado Ampliado talvez seja a maior contribuição de Gramsci no âmbito da renovação do marxismo¹²⁸. Para a autora, a noção de Estado Ampliado não representa apenas um sofisticado conceito, mas uma importante ferramenta metodológica que nos informa, por assim dizer, qual caminho se deve traçar para analisar, por exemplo, a representação de interesses (dominantes e dominados) nas sociedades capitalistas e as políticas estatais mais diversas. Segue-se o roteiro de pesquisa informado pelo conceito gramsciano de Estado:

Sabendo que tais interesses só terão força política uma vez organizados e que tal organização – ou construção da vontade coletiva – tem como espaço os aparelhos privados de hegemonia localizados junto à sociedade civil, temos como primeiro passo para o estudo de qualquer agência ou política estatal, o rastreamento das entidades de classe existentes no momento histórico focalizado, suas principais demandas ou pressões setoriais, assim como sua busca pelo aparelhamento de seus quadros junto a este ou aquele organismo do Estado, mesmo que isso se traduza na necessidade de criação de um novo órgão. Logo, vê-se que, para chegarmos ao Estado em sentido estrito, é necessário partir do estudo da sociedade civil, e não o contrário, como comumente se tem feito.¹²⁹

Esse roteiro de pesquisa contido na noção gramsciana de Estado nos parece bastante adequado ao estudo da atuação do BNDES não somente no período enfocado nesta pesquisa, mas ao longo de toda a sua história

Enfim, faz-se necessário destacar que este trabalho visa o preenchimento de uma última lacuna existente no âmbito dos estudos sobre a temática. Apesar de haver, atualmente, inúmeros estudos que examinam as políticas do BNDES em apoio ao processo de transnacionalização das empresas brasileiras, nota-se que ainda são necessários trabalhos que

¹²⁷ Ver em: GRAMSCI, Antônio. “Caderno 13 (1932-4): Breves notas sobre a política de Maquiavel”. In: *Cadernos do Cárcere*. Vol. 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 11-111.

¹²⁸ MENDONÇA, Sonia Regina; FONTES, Virgínia. “História e teoria política” In: Cardoso, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (org.). *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 55-71. p. 62 *apud* MENDONÇA, Sonia Regina de. Estado Ampliado como ferramenta metodológica. *Revista: Marx e Marxismo*, v.2, n.2, p. 27-43, 2014. p. 34.

¹²⁹ MENDONÇA, Sonia Regina de. Capítulo 1 – Estado e sociedade. In: MATTOS, Marcelo Badaró (org.). *História: pensar & fazer*. Rio de Janeiro: Laboratório de Dimensões da História. 1998. p. 24.

busquem uma maior sistematização das mesmas. Nesse sentido, realizaremos uma análise quantitativa dos dados dos desembolsos, dos contratos, identificando setores, empresas regiões e países beneficiados pelo programa de apoio às exportações, no período 1990-2010. Concederemos foco particular ao BNDES-Exim, a partir de 1997, quando veio a se tornar o principal financiador das exportações brasileiras e um dos principais programas de fomento do mundo.¹³⁰

¹³⁰ CATERMOL, Fabricio. *Agências de crédito à exportação... op. cit.* p. 7.

Capítulo 2

O BNDES nas privatizações e internacionalização da economia brasileira nos anos de 1990 e 2000

O objetivo do presente capítulo é o de analisar de que modo o BNDES atuou durante o período que vai de 1990 até 2010. Veremos que já no final da década de 1980 a instituição vinha passando por uma reorientação na sua forma de agir e de operar e, progressivamente, passou a atuar de forma coesa com o governo federal, no sentido de levar a cabo um conjunto amplo de reformas no âmbito do Estado brasileiro, dentre as quais se destacam as privatizações. Não obstante a posição de centralidade das privatizações no tocante às políticas do banco a partir daquele momento, o mesmo também passou a empreender maiores esforços no sentido de promover a inserção dos negócios empresariais brasileiros no mercado internacional. Assim, será possível perceber que, calcado no discurso de promover uma inserção internacional competitiva da economia brasileira, o apoio da agência estatal à transnacionalização das empresas sediadas no país ganha ainda mais pujança com a criação do BNDES-Exim (1997). Por fim, essas políticas alcançaram um novo patamar a partir de 2003, quando além do incentivo às exportações, o BNDES expandiu consideravelmente seu apoio aos investimentos diretos, adquirindo participações acionárias em diversas empresas e patrocinando fusões e aquisições delas, no Brasil e no exterior.

Nesse sentido, abordaremos as continuidades e rupturas no padrão de atuação do BNDES no período. Partimos do pressuposto de que o papel desempenhado pelo banco durante o governo Lula não representa uma mera continuidade com a última década de 1990, por um lado, mas também não significou uma ruptura que viesse configurar uma nova razão de ser à agência estatal.

– Breves notas sobre a atuação do BNDES na reestruturação do capitalismo brasileiro (1990 a 2002):

Durante a década de 1990 tornaram-se hegemônicos não só na cena política brasileira, mas também em toda a América Latina, os ditames do ideário contido na agenda neoliberal. Esta, apesar de ter suas origens delineadas já no imediato pós-II Guerra Mundial, fazendo contundente contraposição ao chamado Estado de bem-estar social predominante na Europa e na América do Norte, não ganhou maior espaço fora do ambiente acadêmico em seus primeiros anos. Permaneceu, nesse sentido, por cerca de duas décadas como uma corrente teórica constituída por diversos intelectuais, sendo que o “[...] seu principal alvo era os supostos limites que a intervenção do Estado impunham aos mecanismos de mercado e, por conseguinte, à natural liberdade econômica e política dos agentes sociais”.¹³¹ Tal oportunidade de se consolidar como agenda política de vários programas de governos só seria lograda na década de 1970, “[...] quando todo o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação [...]”¹³².

Apesar de o neoliberalismo não ter cumprido a sua principal promessa para o capitalismo avançado nos anos posteriores a 1970, ou seja, de impulsionar o crescimento econômico mundial, ele ganha novo fôlego na década de 1990. Segundo Anderson, à exceção do caso vivenciado no Chile (1973), que constituiu um caso isolado de implementação do neoliberalismo, a experiência neoliberal na América Latina ganha força e passa a ditar a agenda de políticas públicas e, principalmente, configurar uma “nova” razão de ser do Estado, nas décadas de 1980 e 1990. No Brasil, a agenda neoliberal ganha enorme centralidade, durante os anos de 1990, nas administrações de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso (FHC).¹³³

A nova configuração que as políticas públicas irão assumir, desde então, toma como elementar ponto de referência as diretrizes elaboradas pelo economista John Williamson em reunião na cidade de Washington, no ano de 1989, onde foram traçados os caminhos que os países da América Latina deveriam trilhar: i) na esfera macroeconômica, requerer-se-ia um rigoroso esforço fiscal que passaria por um programa de reformas administrativas, previdenciárias e fiscais, além de um corte violento nos gastos públicos; ii) na esfera microeconômica passaria pela necessidade de desonerar fiscalmente o capital, flexibilizando os mercados de trabalho, diminuindo a carga social com trabalhadores e, principalmente, minorando os salários. Assim, esse “novo capital”, livre e desonerado, poderia aumentar sua competitividade

¹³¹ ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: *SADER, Emir; GENTILI, Pablo* (orgs.). *Pósneoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 1.

¹³² ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo... *op. cit.* p. 2.

¹³³ ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo... *op. cit.* p. 10.

no mercado internacional, desregulado e aberto; iii) na esfera estatal, um vigoroso, rápido, eficiente e radical desmonte do modelo intervencionista.¹³⁴

Tanto no governo de Collor quanto no de FHC, a privatização das principais empresas estatais foi colocada como a única alternativa para resolver o problema de insolvência das mesmas. Se do ponto de vista externo era perceptível o fortalecimento do programa neoliberal em vários países do mundo durante os anos de 1980 e 1990, internamente um conjunto de fatores foi decisivo para a consolidação de um amplo projeto privatista na última década do século XX. Segundo os idealizadores do Plano Nacional de Desestatização (PND), a “irracionalidade administrativa, gastos com pessoal desqualificado e administrativamente incapacitado, constantes desvios de dinheiro com corrupção e opções gerenciais equivocadas teriam conduzido ao quadro de crise das principais empresas estatais do país”¹³⁵. Contudo, Almeida nos mostra que esse quadro de crise das empresas estatais foi lentamente construído a partir das diretrizes emanadas das principais agências – entenda-se Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento, Banco Central, Banco do Brasil – responsáveis pela elaboração e condução da política econômica no período entre 1964-1985, da ditadura. Sendo assim, entre as principais ações realizadas pelos agentes condutores da política econômica brasileira, que levaram a um intenso quadro de crise das estatais durante os anos de 1980, destaca-se:

[a implementação] de políticas pouco realistas de preços dos produtos e da utilização dessas empresas estatais não só como captadoras de créditos externos, mas também como elementos fundamentais de contenção da inflação, desencadeou-se um intenso processo de descapitalização das empresas estatais. Soma-se a esse quadro as disputas entre os agentes condutores da política econômica que em muito contribuíram para acentuar a crise do Setor Produtivo Estatal promovendo a crise de hegemonia do bloco no poder.¹³⁶

Apesar de ter sido durante os anos de 1990, sobretudo a partir da segunda metade dessa década, com a ascensão de um novo bloco no poder no Estado brasileiro, que o discurso privatista se tornou hegemônico no Brasil¹³⁷, tais princípios já vinham sendo defendidos desde os anos anteriores no âmbito das agências estatais. Como já destacado anteriormente,

[a poderosa crise da dívida externa que eclodiu a partir da década de oitenta levou a um intenso processo de redefinição do papel das Empresas Estatais em diversos países. Diante da dificuldade de contrair empréstimos internos e externos, os governos passaram a implementar estratégias para transformar o setor produtivo estatal (SPE).¹³⁸

¹³⁴ ALMEIDA, Mônica Piccolo. *Reformas neoliberais no Brasil: a privatização nos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso*. Tese de Doutorado em História. Niterói: UFF, 2010. p. 25.

¹³⁵ ALMEIDA, Monica Piccolo. *Reformas neoliberais... op. cit.* p. 121.

¹³⁶ ALMEIDA, Monica Piccolo. *Reformas neoliberais... op. cit.* p. 178.

¹³⁷ ALMEIDA, Monica Piccolo. *Reformas neoliberais... op. cit.* p. 326.

¹³⁸ ALMEIDA, Monica Piccolo. *Reformas neoliberais... op. cit.* p. 225.

No Brasil, coube um papel de destaque à atuação do BNDES tanto na formulação quanto na condução do programa privatista. Já na década de 1970, o então presidente do banco Marcos Vianna (1970-1979)¹³⁹ formulou um projeto de privatização de algumas empresas controladas pela agência estatal, bem como sua transferência para os principais grupos nacionais: os bancos Bradesco, Itaú, Unibanco, e Bozzano; mineradoras Antunes e Ermírio; os grupos industriais Ultra, Klabin, Villares e Matarazzo; e as empreiteiras Camargo Corrêa, Odebrecht e Mendes Junior.¹⁴⁰ A partir dos anos 1980 já se ensaiavam os primeiros passos para um processo mais amplo de abertura econômica, de redefinição do papel do Estado e de transferência das empresas estatais ao setor privado nacional e estrangeiro. E o BNDES, que em 1982¹⁴¹, passou a desembolsar recursos objetivando o saneamento de empresas públicas e privadas em situação de vulnerabilidade financeira, colocando-as sob o controle de sua subsidiária, a BNDESPAR, agiu a partir de meados da mesma década, no sentido inverso, privatizando-as com vistas ao saneamento da própria instituição. Esse argumento fica explícito no depoimento do engenheiro Márcio João de Andrade Fortes, de 2002:

O BNDES estava envolvido financeiramente com o setor estatal da economia. O Banco possuía 23 empresas. Ele era dono de 35% da Eletrobrás, da Rede Ferroviária Federal, da Nuclebrás, da Chesf e de Furnas. Tinha emprestado dinheiro sob a forma de empréstimo a essas empresas. As empresas estatais não pagavam ao Banco, porque tudo é do mesmo patrão. Em 1987, o Banco não tinha dinheiro para pagar a própria folha de pagamento. Foi salvo pela privatização da Fábrica de Tecidos Nova América. A equipe de planejamento do Banco elaborou o cenário da economia brasileira, onde ficou clara uma série de coisas. Em 1987, o Planejamento Estratégico do Banco, resultado do cenário montado, mudou a postura do Banco, tornando-o operacional para a nova fase de desenvolvimento brasileiro. O Brasil precisava de uma inserção na economia internacional. Naquela época, chamamos de Integração Competitiva, na linguagem de hoje é a tal da globalização.¹⁴²

Nota-se que a justificativa de que a instituição precisava fazer o seu próprio saneamento financeiro foi determinante na reorientação do BNDES, no sentido de encapar o programa de privatizações. Essa ideia foi fortemente apoiada pelos setores do grande capital, que, nesse período, já havia alcançado porte suficiente para adquirir ativos nas empresas estatais.¹⁴³ Não

¹³⁹ VIANNA, Marcos Pereira. CPDOC. Verbetes. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/marcos-pereira-viana>>. Acesso em 10 de abr. de 2018.

¹⁴⁰ GASPARI, Elio. A Ditadura Encurralada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003 *apud* CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Estranhas Catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988*. Niterói: Editora da UFF, 2014.

¹⁴¹ Como afirmado na introdução (p. 2) deste trabalho, em 1982, o nome do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) é acrescido do 'S', passando a ser denominado de Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

¹⁴² PAIVA, Márcia de. *BNDES: um banco de história e do futuro*. São Paulo: Museu da Pessoa, 2012. p. 95.

¹⁴³ CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Estranhas Catedrais... op. cit.* p. 272.

nos parece que seja por acaso o fato de que Márcio Fortes, empresário do ramo de construção civil e herdeiro de grande construtora, era o presidente da agência estatal no período 1987 a 1989, período em que ocorreram as primeiras desestatizações no âmbito do banco.¹⁴⁴

Márcio Fortes teve relevante atuação no setor privado, em agências estatais, além de destacada carreira política. Já em 1973, ele assumiu a direção da Empreendimentos Hoteleiros S.A. e da BAP – Administradora de Bens Ltda., que pertencia ao grupo João Fortes. Depois disso, ocupou interinamente o cargo de secretário-geral do Ministério da Fazenda, na gestão de Carlos Rischbieter (1979-1980). A partir de 1980, ocupou a presidência da João Fortes Engenharia (JPE) e da Pedras de Maria Agropecuária S.A. e integrou o conselho de administração de várias empresas e instituições como, por exemplo, do Banco Francês e Brasileiro S.A. (*Crédit Lyonnais*), da Petrobras, do Metrô do Rio de Janeiro e da Brasilpar Comércio e Participações S.A. De 1984 até o momento de seu ingresso na presidência do BNDES, em 1987, presidiu o Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Rio de Janeiro (SINDUSCON-RJ). Indicado ao comando do BNDES pelo governador do Rio de Janeiro, à época Wellington Moreira Franco (1987-1991), conduziu as privatizações das empresas Nova-América, Aracruz Celulose e Usiba Fortes. A estreita relação de Fortes com Moreira Franco – ambos filiados ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) – garantiu ao primeiro, ainda, a indicação, em 1989, para a presidência do Banco do Estado do Rio de Janeiro (Banerj), onde permaneceu até o início de 1991. Em 1993, por indicação do prefeito da cidade do Rio de Janeiro, assumiu a Secretaria de Obras da Prefeitura. No ano seguinte, após se filiar ao Partido Social Democrata (PSDB), venceu as eleições para Câmara dos Deputados. Nesse período, integrou comissões importantes, dentre as quais se destacam: a comissão especial que aprovou o projeto de regulamentação do setor privado na concessão de serviços públicos; as comissões que analisaram a flexibilização do monopólio da Petrobras na exploração de petróleo e outras. Em 1996, Fortes foi convidado por Marcelo Alencar para comandar a Secretaria de Indústria e Comércio do Estado do Rio de Janeiro. Em 1998, foi eleito primeiro vice-presidência da federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), cargo que ocupou até 2001. Em setembro, foi eleito para o Conselho Superior de Política Econômica da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Por fim, cabe destacar, Fortes ocupou a presidência da Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário do Rio de Janeiro (ADEMI)

¹⁴⁴ KLÜGER, Elisa. Construindo uma burocracia... *op. cit.* p. 98.

no biênio 2003/2005. A partir desse momento, se dedicou também a presidência da empresa João Fortes Engenharia e atividades vinculadas ao PSDB¹⁴⁵.

Se por um lado as privatizações não haviam ganhado centralidade na agenda governamental até o final dos anos de 1980, os processos desencadeados no período foram importantes por pelo menos dois motivos. Em primeiro lugar, ainda que as transferências das empresas controladas pela BNDESPAR, ao setor privado, tenham sido pouco vultosas, as mesmas proporcionaram considerável conhecimento à agência estatal, dotando-a de capacidade técnica e operacional para que pudesse, no decênio seguinte, conduzir um dos maiores programas de privatizações do mundo. Ressalta-se que

[...] ao final do governo Sarney, 17 processos de desestatização tinham sido concluídos, gerando uma arrecadação equivalente a 549 milhões de dólares e uma transferência de dívidas ao setor privado da ordem de 620 milhões de dólares (dívidas constantes no último balancete das empresas, antes da venda). No entanto, a maior parte das privatizações ligava-se à esfera do BNDES. Tratava-se de empresas inadimplentes com o Banco, que tinham sido incorporadas à instituição devido ao processo de endividamento.¹⁴⁶

Em segundo lugar, apesar de o BNDES estar progressivamente se descaracterizando das funções de uma instituição de fomento ¹⁴⁷, o mesmo continuou desempenhando o seu histórico papel como um importante ator intelectual. Nesse sentido, nota-se que a agência estatal esteve no centro da formulação da estratégia de desenvolvimento que viria a se consolidar, a partir dos anos 1990, sob a égide do neoliberalismo. Já em 1987, a partir do lançamento do Plano Estratégico que norteou a atuação do banco no período 1988-1990, fica evidente no discurso de agentes da instituição a intenção de promover a inserção internacional da economia brasileira. Intitulada por seus formuladores de “Integração Competitiva”¹⁴⁸, a tese defendida pelo banco almejava promover a expansão da produtividade das empresas a fim de que elas pudessem competir no mercado internacional. Ou seja, já evidenciava a crença de que era preciso inserir o Brasil no mercado mundial por meio de uma inserção competitiva de grandes empresas sediadas no país. A diferença é que agora a mola propulsora do desenvolvimento era o mercado “globalizado”, o setor privado, e não mais o Estado.

¹⁴⁵ FORTES, Marcio João de Andrade Fortes. CPDOC. Verbetes. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/marcio-joao-de-andrade-fortes>>. Acesso em 02 de mai. de 2018.

¹⁴⁶ PAIVA, Márcia de. *BNDES: um banco de história...* op. cit. p. 89.

¹⁴⁷ CURRALERO, Cláudia Regina Baddini. *A atuação do sistema BNDES...* op. cit. p. 7.

¹⁴⁸ PAIVA, Márcia de. *BNDES: um banco de história...* op. cit. p. 93.

O banco das privatizações

Durante o governo Collor, partindo-se do diagnóstico do esgotamento financeiro do Estado e da necessidade de redução do déficit público, foi iniciado um conjunto de reformas ainda no início da gestão. Um dos pontos dessa reforma foi o programa de privatização das empresas estatais, cujas bases tinham sido lançadas já nos anos anteriores. Nesse contexto, o Programa Nacional de Desestatização (PND) constituiu uma peça-chave para a redefinição do papel do Estado e para a suposta redução do déficit público.

É necessário destacar que o BNDES desempenhou um papel protagonista na criação do PND. Isso fica patente no depoimento da advogada Fátima Regina França Farah, de 2012:

A Lei 8.031, de 12 de abril de 1990, que criou o Programa Nacional de Desestatização, no governo Collor, foi gestada no gabinete do Nildemar Secches e foi por meio dela que o BNDES assumiu a privatização. Essa lei estabelecia serviço A, serviço B e contratação de consultoria. No serviço A, você tinha a precificação e, no serviço B, havia toda a modelagem de venda. Antes disso, quem fazia tudo era o BNDES: definia como precificar, se venderia em pedaço, qual seria o fluxo, operacional ou o fluxo de caixa, enfim, como ia ser. O Nildemar Secches era diretor superintendente da BNDESPAR, ou vice-presidente, e a gente “micrava” no seu gabinete, porque as informações não podiam vazarem. Antes disso, houve a venda das nossas participações em algumas empresas.¹⁴⁹

Mais do que a centralidade do BNDES na gestão do PND, o depoimento acima parece evidenciar a proximidade dos agentes envolvidos nas políticas de privatização e o setor privado. Como ressaltado por Farah, um dos elaboradores daquele programa foi Nildemar Secches. Este, por sua vez, possui larga atuação em empresas que, a partir da década de 1990, foram beneficiadas pelas privatizações ou contaram com forte apoio financeiro da agência estatal. Formado em Engenharia Mecânica pela Universidade de São Paulo (USP), com mestrado em Finanças pela PUC-RJ e doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), o mesmo foi diretor do BNDES no período de 1972 a 1990. No âmbito do setor privado, o mesmo teve passagens pelo Grupo Iochpe-Macion de 1990 a 1994 e, depois de 2004, como diretor e vice-presidente; atuou como diretor da WEG S/A desde 1997 e como vice-presidente da mesma empresa a partir de 2010; como diretor presidente da BRF SA (mesmo BRF - Brasil Foods SA) de 1995 a 2008 e presidente de 2007 a 2013; foi diretor da Quattor Petroquímica S.A (2002); da Ultrapar Participações S.A (2002); da Braskem Petroquímica S.A (2008); do Itaú Unibanco Holding SA (2012); além de ter atuado como como diretor presidente da Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frango (ABEF) e Vice-Presidente

¹⁴⁹ PAIVA, Márcia de. *BNDES: um banco de história... op. cit.* p. 100.

da Associação Brasileira das Indústrias Produtoras e Exportadoras de Carne Suína (ABIPECS).¹⁵⁰

Não obstante os objetivos da presente pesquisa, o destaque de alguns agentes envolvidos nas políticas encampadas pelo BNDES no período estudado se faz necessário, pois demonstra o caráter classista das mesmas. Além disso, parece indicar que a atuação do banco durante o governo Lula traz fortes marcas desse período, sobretudo no que tange aos benefícios concedidos ao grande capital sediado no país que, em boa medida, são expressão de arranjos constituídos no âmbito da sociedade civil e do aparelhamento desta ao BNDES.

Com relação ainda à estrutura geral do PND, sublinha-se que a mesma foi montada a partir da atuação de três agentes principais: a Comissão Diretora do Programa, o órgão gestor do Fundo Nacional de Desestatização, BNDES, e uma equipe de consultores privados e auditores independentes. A Comissão Diretora, criada pelo art. 5 da lei 8.031 de abril de 1990, era diretamente subordinada ao presidente da República e responsável por nomear seus membros, que em seguida deveriam ser aprovados pelo Congresso Nacional. Entre 8 e 12 membros compunham essa comissão, sendo que 4 eram integrantes do governo. Dentre os integrantes do governo, estava o presidente da comissão, que também era o presidente do BNDES – encarregado de implementar as diretrizes estabelecidas por aquela comissão. Dentre as funções da comissão diretora estão:

[...] apresentar ao Presidente da República as empresas a serem incluídas no PND; aprovar o modelo de privatização e as condições de venda das empresas e definir o preço mínimo das ações a serem alienadas; divulgar o cronograma de execução do PND; apreciar as prestações de contas do BNDES – instituição gestora do Fundo Nacional de Desestatização.¹⁵¹

Já o BNDES, órgão responsável por gerir o Fundo Nacional de Desestatização, tinha atribuições de cunho administrativo e operacional do programa. Assim, era responsável, por exemplo, por “(...) submeter à Comissão Diretora as condições gerais da venda dos ativos, inclusive o preço mínimo das ações, realizar as tarefas encaminhadas pela Comissão e coordenar e supervisionar o trabalho dos auditores e consultores que trabalharem nas privatizações”¹⁵².

Por fim, os consultores e auditores independentes eram o terceiro pilar de sustentação da estrutura do PND. Os mesmos eram responsáveis por atividades como avaliação econômica

¹⁵⁰ BLOOMBERG. Nildemar Secches. Disponível em: <<https://www.bloomberg.com/research/stocks/people/person.asp?personId=684996&privcapId=683718>>. Acesso em 10 de abr. de 2018.

¹⁵¹ ALMEIDA, Monica Piccolo. *Reformas neoliberais... op. cit.* p. 274.

¹⁵² ALMEIDA, Monica Piccolo. *Reformas neoliberais... op. cit.* p. 277.

da empresa e a indicação do preço mínimo de venda; avaliação patrimonial da empresa – aqui se inclui o levantamento de pendências jurídicas e financeiras; montagem e execução do processo de desestatização e outros.¹⁵³

Com a eleição de Fernando Henrique Cardoso, em 1994, o BNDES ganhou ainda centralidade na ação governamental, sendo incumbido de ajudar a implementar um conjunto de reformas no aparelho estatal. Para tanto, o governo empreendeu

[...] uma série de medidas, das quais são destacadas: o Plano Real, a negociação da dívida interna e externa, o sistema de controle dos gastos público, a racionalização da gestão através da flexibilização dos monopólios, *da concessão de serviços públicos à iniciativa privada e, principalmente, as privatizações* [grifo nosso].¹⁵⁴

Com isso, nota-se que o BNDES desempenhou um papel central no processo arrolado até aqui, ou seja, de reestruturação da economia, de liberalização comercial e financeira e de redefinição do papel do Estado. Na condução do PND e gestão do Fundo Nacional de Desestatização o banco levou a cabo um amplo processo de privatizações, que se acentuou durante a administração do presidente FHC. Assim, “de 1991 até abril de 2002, as privatizações tinham alcançado o valor de US\$ 105,3 bilhões, sendo US\$ 87,2 bilhões com a receita de vendas e US\$ 18,1 bilhões com a transferência de dívidas”¹⁵⁵. Esse processo foi descrito por Miranda e Tavares da seguinte forma:

Pela primeira vez o Estado tentaria articular ‘por dentro’ (do processo de privatizações) a associação orgânica entre o grande capital nacional, empresas e bancos estrangeiros. (...) Nessa grande operação de consolidação do grande capital nacional, participaram, a princípio, os grandes empresários da indústria, da construção civil e das finanças, que teria o Estado por intermédio da organização dos leilões de privatização pelo BNDES, como árbitro desse novo processo de escolha de vencedores.¹⁵⁶

Essa nova estratégia de conglomeração, descrita anteriormente como um processo de escolha de vencedores, não só é continuada como também aprofundada durante o governo Lula. O BNDES constituiu peça-chave até então e “aprofundou um padrão de acumulação do capitalismo brasileiro inaugurado com as privatizações e a liberalização comercial da década de 1990, baseado na formação e fortalecimento de conglomerados privados nacionais e

¹⁵³ ALMEIDA, Monica Piccolo. *Reformas neoliberais... op. cit.* p. 279.

¹⁵⁴ ALMEIDA, Monica Piccolo. *Reformas neoliberais... op. cit.* p. 306.

¹⁵⁵ BATISTA, Jorge Chami. O BNDES e o desenvolvimento brasileiro. *op. cit.* p. 24.

¹⁵⁶ MIRANDA, José Carlos; TAVARES, Maria da Conceição. Brasil: estratégias de conglomeração. In: FIORI, José Luís (org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 339.

estrangeiros”¹⁵⁷. O período parece ter construído condições bastante favoráveis para a expansão internacional do grande capital nacional e estrangeiro que atua no país. Assim, ao longo dos anos posteriores “[...] emergiram redes de proprietários, altamente conectados entre si, configurando, na prática, verdadeiros oligopólios”¹⁵⁸. Em outras palavras, o BNDES como um importante locus de poder do Estado brasileiro foi o principal fomentador do capital monopolista existente no Brasil.

No tópico seguinte abordaremos as continuidades e rupturas no tocante à atuação do BNDES, em um momento de grande expansão do processo de inserção internacional dos capitais sediados no país, sobretudo via expansão dos negócios de grandes empresas.

– Continuidades e rupturas: arquitetura institucional e a ampliação do escopo de atuação do BNDES

Durante a última década do século XX, o BNDES atuou prioritariamente no sentido de levar a cabo um conjunto de reformas estruturais na esfera administrativa, fiscal e patrimonial do Estado com o fito de alcançar a chamada “modernização” da estrutura produtiva brasileira, julgadas necessárias para uma inserção competitiva do Brasil no cenário mundial. Essa reorganização do Estado brasileiro, ou redução, como muitos enfatizam, seria realizada por meio da abertura da economia, desregulamentação e, principalmente, das privatizações das empresas estatais. Esse, segundo o mesmo discurso, seria o caminho para tornar o Brasil um país mais eficiente.

Não obstante, esse contexto foi marcado por alterações nas relações econômicas, dotadas agora de maior rapidez dos fluxos de capital, das trocas comerciais e das transações financeiras em âmbito mundial; ao mesmo tempo em que “grandes corporações – americanas, japonesas, alemãs, francesas e outras – formaram redes de fornecimento internacionalizadas, instalando-se em países com mão de obra mais barata, como Vietnã, Indonésia e Guatemala”¹⁵⁹. Esses fatores colocaram em voga, como vimos no capítulo um deste trabalho, pelos menos duas percepções principais que nortearam as políticas governamentais nos anos posteriores: i) a adequação das empresas a esse novo ambiente interno e externo extremamente competitivo é condição *sine qua non* para a própria sobrevivência delas e para a inserção do próprio país no

¹⁵⁷ TAUTZ, Carlos *et al.* *O BNDES e a reorganização do capitalismo brasileiro: um debate necessário*. Disponível em: <www.ibase.br/bndes/o-bndes-e-a-reorganizacao-do-capitalismo-brasileiro-um-debate-necessario/>. Acesso em: 8 de nov. 2015. p. 1.

¹⁵⁸ TAUTZ, Carlos *et al.* *O BNDES e a reorganização... op. cit.* p. 2.

¹⁵⁹ PAIVA, Márcia de. *BNDES: um banco de história... op. cit.* p. 122.

sistema internacional; ii) a expansão das exportações está estreitamente relacionada ao desenvolvimento social e econômico dos países, portanto, fazem-se necessárias políticas públicas com esse intuito.

Nesse sentido, Paiva destaca que o BNDES teve a ampliação de seus desembolsos e, conseqüentemente, expansão de suas ações a partir de 1995¹⁶⁰. Áreas como a de exportação e de pequenas e médias empresas ganharam maior importância no período. Dentre os setores que passaram a ser priorizados estão os industriais, particularmente o automobilístico e o de bens de capitais, que se beneficiaram do crescimento dos investimentos estrangeiros no período. Houve ainda, uma considerável expansão do agronegócio. A partir daquele ano, “[...] a produção de grãos, de vegetais e de óleos de sementes vegetais bateu recordes históricos: foram oitenta milhões de toneladas produzidas”¹⁶¹.

A noção de um ambiente interno e externo mais competitivo para as empresas brasileiras, por um lado, e o considerável desequilíbrio na balança comercial, já que “o câmbio apreciado e a abertura econômica induziram um aumento expressivo das importações”¹⁶², também promoveram atualizações na agenda governamental. A principal atualização foi percebida na expansão dos incentivos às exportações.

Novas linhas de crédito foram abertas no Banco do Brasil (Proex) e na Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação para auxiliar as vendas de companhias nacionais no mercado internacional. Entre 1999 e 2001, o Proex desembolsou 2,4 bilhões de dólares, e o BNDES, por meio da Finamex, cerca de 10 bilhões de dólares. O movimento para reforçar as exportações prosseguiu nos anos seguintes. Em 1997, foi criado, por meio de medida provisória, o Fundo de Garantia à Exportação (FGE). Após várias alterações, o fundo foi convertido em lei [9.818, de 23 de agosto de 1999]. As ações vinculadas ao FGE deveriam ser depositadas no BNDES, designado gestor do fundo.¹⁶³

Em 1997, o Programa de Financiamento às Exportações de Máquinas e Equipamentos (Finamex), criado em 1990, foi convertido em um dos principais instrumentos de apoio à exportação, o BNDES-Exim¹⁶⁴. Este possibilitou a exportação de bens e serviços de engenharia (que durante o governo Lula responderia por parcela considerável das exportações financiadas pelo banco), além de outros produtos como, por exemplo, químicos, têxteis, eletrônicos,

¹⁶⁰ PAIVA, Márcia de. *BNDES: um banco de história...* *op. cit.* p.118, 109.

¹⁶¹ PAIVA, Márcia de. *BNDES: um banco de história...* *op. cit.* p. 118.

¹⁶² Em 1995, as importações haviam crescido 51%, enquanto as exportações apenas 6,8%. Investir em exportação era entendido como crucial nesse momento. PAIVA, Márcia de. *BNDES: um banco de história...* *op. cit.* p. 123.

¹⁶³ PAIVA, Márcia de. *BNDES: um banco de história...* *op. cit.* p. 122.

¹⁶⁴ Esses dois mecanismos de apoio às exportações serão abordados detalhadamente no capítulo 3.

calçados, couro e alimentos.¹⁶⁵ Os financiamentos às exportações são ampliados em 1998, alcançando variados setores incluindo também produtos de maior valor agregado.

Com isso, os desembolsos do BNDES Exim apresentaram aumento expressivo em 1998, atingindo cerca de 2,4 bilhões de reais, 73% acima do valor registrado em 1997. As liberações saltam de uma média anual de 100 milhões de dólares, na primeira metade da década de 1990, para 4 bilhões, no início deste século.¹⁶⁶

De forma geral, pode-se dizer que o apoio do BNDES às exportações brasileiras ganha cada vez mais prioridade na agenda do banco. Com isso, nota-se um considerável crescimento dos desembolsos do BNDES-Exim a partir do final dos anos de 1990, passando, no período 1996-2000, de uma participação de 0,8% para 5,6% no valor total das exportações brasileiras. No ano 2000, as liberações com essa finalidade já representavam 25% do total liberado pelo banco.¹⁶⁷

Durante os anos 2000, além da guinada considerável nos valores dos desembolsos¹⁶⁸ do BNDES e da elevação de sua participação na economia brasileira como um todo, percebeu-se uma série de mudanças no *modus operandi* do banco a fim de promover a inserção da economia brasileira na ordem mundial via expansão das empresas brasileiras para o exterior. O BNDES expandiu consideravelmente seu escopo de atuação e tomou diversas iniciativas visando esse objetivo como, por exemplo, a ampliação do acesso às linhas de crédito, do apoio informacional e técnico. Além disso, alterou seu estatuto com o objetivo de autorizar o financiamento de projetos direto no exterior. E, com o fito de diversificar suas fontes de recursos e buscar novas possibilidades de negócios para a expansão internacional das companhias sediadas no país, promoveu sua própria internacionalização.

A expansão das atividades do BNDES nos anos 2000 não deve ser entendida sem que se leve em consideração a forte expansão da economia em âmbito mundial, bem como no Brasil. Segundo Perry Anderson,

Lula pôde contar com duas reservas de emergência que não apenas salvaram sua posição, mas a transformaram. O primeiro [sic] foi a volta do crescimento econômico sustentado. Depois de um período considerado como a pior estagnação do século – um crescimento médio anual de 1,6% na década de 1990, aproximando-se de não mais de 2,3% em oito anos de FHC –, o PIB chegou ao patamar de 4,3% de 2004 até 2006. O salto se deveu essencialmente à boa sorte no exterior. Esses foram os anos em que a

¹⁶⁵ PAIVA, Márcia de. *BNDES: um banco de história...* *op. cit.* p. 124.

¹⁶⁶ PAIVA, Márcia de. *BNDES: um banco de história...* *op. cit.* p. 125.

¹⁶⁷ PAIVA, Márcia de. *BNDES: um banco de história...* *op. cit.* p. 127.

¹⁶⁸ A evolução dos desembolsos do BNDES será tratada com mais detalhes no tópico seguinte deste capítulo.

demanda chinesa por duas das exportações mais valiosas do Brasil, soja e minério de ferro, decolaram, em meio a um aumento exorbitante no preço das commodities.¹⁶⁹

Dessa forma, a ampliação das atividades empresariais para o exterior está estreitamente relacionada ao aquecimento da economia brasileira concomitantemente ao crescimento econômico mundial observado no período. Nesse sentido, as companhias que atuam no Brasil, tiveram um ambiente muito favorável para a expansão internacional de seus negócios. Isso se deu em sentido inverso do que se percebeu durante o governo FHC, marcado, grosso modo, por uma intensa recessão econômica. Assim, percebe-se que “fatores de ordem internacional e doméstica” condicionaram a atuação empresarial nos últimos anos, e que “o suporte estatal e diplomático deve ser levado em conta para explicar o número de contratos e acordos firmados no exterior, assim como as condições conjunturais do mercado e do sistema internacional”¹⁷⁰.

As empresas brasileiras alcançaram um estágio de internacionalização bastante avançado, principalmente a partir de 2003, quando a expansão de suas atividades ganhou espaço privilegiado nas políticas estatais. Nesse sentido, destaca-se o papel-chave desempenhado pelo BNDES. O apoio do banco a esse processo, até meados de 2002, consistia basicamente no financiamento das exportações. A partir desse momento, a diretoria do BNDES aprovou diretrizes para o financiamento de investimentos de firmas brasileiras direto no exterior. Também foram feitas alterações no estatuto da instituição, que passou a permitir o apoio a empreendimentos fora do Brasil, desde que os mesmos resultassem no estímulo à exportação de produtos domésticos.¹⁷¹

Dentre as alterações que o Decreto nº 4.418 prescreveu no estatuto do BNDES, faz-se necessário destacar as ocorridas o artigo 9º, que ficou assim:

Art. 9º O BNDES poderá também:

- I – contratar operações, no país ou no exterior, com entidades estrangeiras ou internacionais, sendo lícita a aceitação da forma e das cláusulas usualmente adotadas nos contratos externos, inclusive o compromisso de dirimir por arbitramento as dúvidas e controvérsias;
- II – financiar investimentos realizados por empresas de capital nacional no exterior, sempre que contribuam para promover exportações;
- III – financiar e fomentar a exportação de produtos e de serviços, inclusive serviços de instalação, compreendidas as despesas realizadas no exterior, associadas à exportação.¹⁷²

¹⁶⁹ ANDERSON, Perry. O Brasil de Lula. Cebrap: *Novos Estudos*, 2011, p. 28.

¹⁷⁰ CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. O processo de transnacionalização das empreiteiras brasi... *op. cit.* p. 13.

¹⁷¹ ALEM, Ana Claudia; CAVALCANTI, Carlos Eduardo. O BNDES e o apoio à internacionalização das empresas brasileiras: algumas reflexões. *Revista do BNDES*, v. 12, n. 24, p. 43-76, 2005.

¹⁷² BRASIL, Decreto nº 4.418, de 11 de outubro de 2002. Aprova novo Estatuto Social da empresa pública Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Brasília, 14 de outubro de 2003.

Outro elemento importante é o fato de que na administração Lula, a América do Sul ganhou maior centralidade na agenda da política externa brasileira e o BNDES foi designado, pelo menos no discurso oficial, como o principal instrumento do governo federal para apoiar a integração sul-americana. Isso fica evidente nas falas vindas da presidência da República, do Ministério das Relações Exteriores brasileiro e da administração do próprio banco, na figura de seu presidente. Assim, já no discurso de posse, em 1º de janeiro de 2003, o Presidente Lula enfatizou as bases em que estariam assentadas as diretrizes da política externa durante seu governo:

A grande prioridade da política externa durante o meu governo será a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, com base em ideais democráticos e de justiça social. [...] O Mercosul, assim como a integração da América do Sul em seu conjunto, é, sobretudo um projeto político. Mas esse projeto repousa em alicerces econômico-comerciais que precisam ser urgentemente reparados e reforçados. [...] Estimularemos empreendimentos conjuntos e fomentaremos um vivo intercâmbio intelectual e artístico entre os países sul-americanos.¹⁷³

De semelhante modo, Celso Amorim (à época Ministro das Relações Exteriores) afirmou em discurso proferido, em 2004, na XIII Reunião do Conselho de Ministro da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi):

O Brasil está comprometido em contribuir para a crescente integração entre nossos países. O presidente Lula atribui mais alta prioridade à integração regional. [...] Destaco, especialmente, o apoio que vem sendo dado a esses projetos pelo nosso banco de desenvolvimento, o BNDES, cada vez mais integrado como instrumento de promoção do nosso desenvolvimento regional.¹⁷⁴

Por fim, seguindo a mesma linha dos pronunciamentos anteriores, Guido Mantega, então presidente do BNDES, declarou: “o BNDES incorporou à sua missão esse objetivo estratégico, atuando como órgão financiador da integração da América do Sul”¹⁷⁵.

Contudo, não se deve perder de vista que, já em 2000, a região sul-americana figurava como um importante espaço de atuação do Brasil e, da mesma forma, fica evidente nos discursos oficiais a justificativa de se formar a um só tempo um espaço de paz, democracia e prosperidade para os países da região. Essa tendência fica ainda mais patente após a Primeira Reunião de Presidentes da América do Sul, realizada em Brasília, em setembro daquele ano, com a

¹⁷³ SILVA, Luiz Inácio Lula. Discurso do presidente da república. Brasília-DF: 01 de jan. 2003. Pronunciamento de posse do presidente Lula no Congresso Nacional.

¹⁷⁴ AMORIM, Celso Luiz Nunes. Discurso do Ministro na XIII Reunião do Conselho de Ministros da ALADI. Brasília-DF: Aladi, 2004.

¹⁷⁵ MANTEGA, Guido. Integração da infraestrutura na América do Sul. Rio de Janeiro: BNDES, 23 de nov. 2005. Palestra concedida na primeira rodada de consultas para a construção da Visão estratégica sul-americana no Brasil.

participação dos chefes de Estado dos 12 países da região. Chegou-se ao entendimento da criação de eixos de desenvolvimento, semelhante aos executados no Brasil através do programa “Avança Brasil”, com o objetivo de promover a integração nas áreas de energia, transporte e comunicações. Com isso, buscava-se criar um espaço econômico ampliado na América do Sul. Além disso,

(...) fica explícito que a construção desse espaço se daria pelas negociações de preferências comerciais e pelo desenvolvimento da integração física transfronteiriça, consubstanciado na iniciativa de ‘Integração da Infraestrutura Regional da América do Sul’ (IIRSA).¹⁷⁶

Ainda que as iniciativas de integração não sejam uma novidade no Brasil, a integração sul-americana foi fomentada pelo Estado historicamente ao menos desde o Mercosul¹⁷⁷. Há que se destacar, no entanto, que a partir de 2003, a mesma ganha ainda maior destaque do que a levada a cabo nos anos anteriores por três aspectos principais: pela centralidade que a mesma passa a ter nos discursos da política externa brasileira; pela ênfase na construção da infraestrutura física de conexão entre os países da região; e pela importância que o BNDES passou a ter como ator financeiro dos empreendimentos executados nos diferentes países. Com relação a este último ponto, vale destacar, o BNDES foi o principal provedor de crédito para as atividades realizadas, em sua maioria, por empresas brasileiras. Em síntese, o banco atuou prioritariamente em dois eixos: apoiando a internacionalização de empresas, em especial financiando obras de infraestrutura na América do Sul; e na integração regional, compondo órgãos regionais e grupos interministeriais. Dentro desses eixos, há três frentes de atuação do banco: financiando projetos da carteira da IIRSA; em parceria com a Corporação Andina de Fomento – CAF; e na concessão de financiamento direto às empresas brasileiras.¹⁷⁸

O BNDES aumentou os fundos destinados à CAF, e isso, associado à sua participação na IIRSA, incrementaram consideravelmente as fontes de financiamentos de longo prazo destinadas ao provimento de infraestrutura na região. Mesmo sendo um banco nacional, seus desembolsos se equiparam (às vezes superam) aos dos bancos regionais de desenvolvimento. No ano de 2007, por exemplo, o BNDES desembolsou aproximadamente US\$ 4,2 bilhões para a região, enquanto que a CAF liberou US\$ 5,85 bilhões e o *Fondo Financiero para el Desarrollo*

¹⁷⁶ SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. *A América do Sul no discurso diplomático brasileiro*. Brasília: FUNAG, 2014. p. 140.

¹⁷⁷ VALDEZ, Robson Coelho Cardoch. *A internacionalização do BNDES... op. cit.* p. 25-31.

¹⁷⁸ CARVALHO, Clarissa Barbosa Ramos Prudêncio de. O protagonismo do BNDES no financiamento da infraestrutura Sul-Americana durante o governo Lula: interface entre interesses domésticos e a política externa. *In: I Seminário Nacional de Pós-Graduação de Relações Internacionais*, Brasília-DF, p. 1-20, 2012.

de la Cuenca del Plata (Fonplata) – que é um fundo, mas cumpre diversas funções de banco de desenvolvimento, US\$ 49,5 milhões. Se comparados com os US\$ 8 bilhões do Banco Latino Americano de exportações (Bladex) – banco que financia importação e exportação para toda a América Latina – em 2007, o BNDES desembolsou metade desse valor. Em 2010, foi destinado US\$ 1,1 bilhão na linha pós-embarque do BNDES-Exim para apoiar exportação de bens e serviços para a região, frente a US\$ 184 milhões liberados em 2001.¹⁷⁹

Por conta desse cenário, a atuação do BNDES como ator financeiro dos negócios empresariais brasileiros no bojo dos empreendimentos da integração regional, sobretudo no âmbito da IIRSA, tem sido alvo de contundentes críticas. Estas estão voltadas à noção de que o banco, ao financiar os empreendimentos na região, estaria servindo estritamente aos interesses empresariais brasileiros, sobretudo das construtoras, principais beneficiadas pelos recursos provenientes da instituição. Além disso, para alguns estudiosos os empreendimentos estariam servindo para a construção de verdadeiros oligopólios na região, sem qualquer preocupação em integrar os países, mas sim de criar corredores de escoamento das riquezas exploradas no subcontinente.¹⁸⁰ Por último, destaca-se a crítica de que o Brasil seria o principal beneficiado pelos empreendimentos no âmbito da IIRSA, visto que o território brasileiro está envolvido diretamente em grande parte deles. Esses apontamentos estão sintetizados na afirmativa abaixo:

São grandes projetos viários, energéticos e de comunicações associados a medidas de “convergência regulatória”, que favorecem a desregulação, viabilizando a consolidação de oligopólios privados na região. Os eixos e projetos da IIRSA são voltados para a competitividade externa da região e não para gerar interdependência entre os países sul-americanos. Dos 31 projetos prioritários até 2010, oito projetos encontram-se em execução e todos envolvem o Brasil como contraparte, deixando claro também o papel de liderança do país na implantação desta infraestrutura regional de exportação.

Os financiamentos do banco [BNDES] na região já superam os do BID. Estão voltados a viabilizar, de um lado, a estruturação de corredores de exportação e, de outro, a expansão da base territorial do país para a exploração de recursos naturais, contando para isso com investimentos de empresas brasileiras que atuam nos países vizinhos, muitas vezes em parceria com empresas locais, como exploradoras de recursos naturais e humanos.¹⁸¹

Em razão da centralidade que a internacionalização das empresas brasileiras ganhou nas ações do BNDES, durante o governo Lula, a instituição continuou desenvolvendo mecanismos com o fito de dar suporte a esse processo. Com a alteração do estatuto, em 2002,

¹⁷⁹ CARVALHO, Clarissa Barbosa Ramos Prudêncio de. O protagonismo do BNDES... *op. cit.* p. 14.

¹⁸⁰ NOVOA, Luís Fernando. O Brasil e seu “desbordamento”: o papel central do BNDES na expansão das empresas transnacionais brasileiras na América do Sul. *In: Instituto Rosa Luxemburgo Stiftung (org.). Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário.* São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 187-205.

¹⁸¹ TAUTZ, Carlos *et al.* *O BNDES e a reorganização.... op. cit.* p. 3.

“[o] BNDES ficou então sujeito à supervisão do Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, podendo instalar e manter, no país e no exterior, escritórios, representações ou agências”¹⁸². Além disso, houve a criação de uma linha específica para o fomento à inserção internacional das firmas sediadas no país, que passou a operar a partir de 2003¹⁸³, e a inauguração da Área Internacional (AINT) do BNDES, em 2008. Dentre seus objetivos estariam os de criar novas possibilidades de captação de recursos e de negócios no exterior, com vistas à expansão dos recursos destinados ao suporte dessa estratégia de desenvolvimento capitalista. Assim, a AINT do BNDES estabeleceu uma representação no Mercosul, com a abertura de um escritório em Montevidéu, no Uruguai em 2009. Pouco tempo depois, no mesmo ano, foi constituída uma subsidiária em Londres, a *BNDES Limited* na forma de empresa de participações sem atividades financeiras e, mais recentemente, outra subsidiária em Johannesburg, África do Sul.¹⁸⁴

Com relação à *BNDES Limited*, Garcia destaca que até o ano de 2011 a mesma não estava operacional. Essa e outras informações sobre os motivos dos avanços rumos à internacionalização do BNDES, com a abertura de escritórios e subsidiárias no exterior, são destacadas a seguir:

Segundo o vice-presidente do BNDES, João Carlos Ferraz, o processo de internacionalização do próprio banco é um movimento político por um lado, e econômico-financeiro por outro. Do ponto de vista financeiro, o banco teria vantagens em construir uma curva de juros de longo prazo para lançar ativos. Segundo Ferraz, é preciso estar presente permanentemente no mercado internacional para ser avaliado e ter um *rating*, aumentando assim o preço dos títulos do BNDES. A subsidiária de Londres é, desse modo, necessária para captação e também para oferecer melhores condições de relacionamento com outros atores financeiros. Do ponto de vista político, segundo Ferraz, interessa ao governo projetar as vantagens de os países terem um banco de desenvolvimento forte. O BNDES serviria como um modelo de banco desse tipo para outros países. Apesar desses objetivos, a filial em Londres não está, até o momento, operacional.¹⁸⁵

O BNDES passou a ter uma importância ainda maior quando o ciclo de expansão da economia brasileira iniciado em 2004 foi interrompido, em 2008, com a crise financeira

¹⁸² VALDEZ, Robson Coelho Cardoch. *A internacionalização do BNDES... op. cit.* p. 47.

¹⁸³ O primeiro grande empréstimo através desse programa só veio a ocorrer em 2005, com a concessão, pela BNDESPAR, de um empréstimo de US\$ 80 milhões ao frigorífico Friboi, para a compra de 85% da principal empresa de carne bovina na Argentina, a americana Swift Armour. Ver em, GARCIA, Ana E. Saggiaro. *A internacionalização das empresas... op. cit.* p. 116.

¹⁸⁴ PAIVA, Márcia de. *BNDES: um banco de história e do futuro... op. cit.* p. 183; OLIVEIRA, Alexandre Lourenço de. O BNDES como ator das relações exteriores durante o governo Lula (2003-2010). *Revista: Espaço e Economia*, ano IV, n. 8, p. 2.

¹⁸⁵ GARCIA, Ana E. Saggiaro. *A internacionalização das empresas... op. cit.* p. 114. Entrevista com o vice-presidente do BNDES, João Carlos Ferraz, em 2011.

internacional. A relevância da agência estatal é evidenciada no depoimento do presidente à época, Luciano Coutinho:

Quando veio a quebra do Lehman Brothers e a crise internacional, em 15 de setembro de 2008, o mundo parou, o sistema mundial de crédito parou. Eu fui aos Estados Unidos, para ouvir por dentro, estive em uma reunião de banqueiros e fiquei, realmente, estupefato pela gravidade da crise. Compreendi que, se não conseguíssemos no Brasil contrabalançar a grande contração de crédito por dentro do sistema, nós iríamos levar a economia brasileira para uma longa e grave recessão. Ao voltar comecei a tomar, junto com a minha Diretoria, algumas medidas imediatas: ampliar a linha de crédito da exportação, ampliar linhas de crédito a giro, mas tinha um problema de falta de recursos. Terminamos 2008 com caixa mínimo.¹⁸⁶

No depoimento de Coutinho, fica claro o papel anticíclico das políticas do BNDES naquela conjuntura. Não é por acaso que criação da AINT, anteriormente referida, data desse período. A mesma faz parte de um conjunto de medidas que o BNDES implementou, no sentido de atenuar os efeitos da crise. Para isso, o BNDES precisava a um só tempo continuar expandindo sua capacidade de prover crédito subsidiado e informações sobre oportunidades de negócios para as grandes empresas brasileiras no Brasil e no exterior.

No tópico não abordamos exaustivamente as políticas de fomento às exportações do BNDES ao longo dos anos, pois esse será o assunto do último capítulo desta dissertação. A seguir, discutiremos sobre como a agência estatal têm angariado recursos para o desenvolvimento de suas atividades. Além disso, faremos uma breve análise sobre a evolução dos seus desembolsos a partir de 2003. Essas são duas alterações importantes no modo de operar do banco, nesse contexto de expansão de seu papel como agência financeira estatal.

– Alterações na composição do *funding* e evolução dos desembolsos na história recente do BNDES

Historicamente a maior parte do *funding* do BNDES advém de recursos públicos, seja destinado pelo Tesouro Nacional, de impostos cobrados junto à população ou de contribuições também públicas. Contudo, esse padrão na estrutura dos seus recursos tem sofrido alterações, contando com captações externas e com um aumento considerável da importância do retorno de suas próprias operações.¹⁸⁷

¹⁸⁶ PAIVA, Márcia de. *BNDES: um banco de história...* op. cit. p. 179.

¹⁸⁷ GIAMBIAGI, Fábio; RIECHE, Fernando; AMORIM, Manoel. As finanças do BNDES: evolução recente e tendências. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, p. 3-40, 2009.

Já na década de 1950, o BNDES se tornou gestor dos fundos de poupança compulsória e fundos formados a partir de recursos fiscais e parafiscais já existentes no país, e responsável por direcionar esses recursos para projetos de investimento. Assim, o banco concedia o financiamento de longo prazo aos setores definidos como prioritários para o desenvolvimento econômico capitalista, geralmente aqueles em que a iniciativa privada não tinha interesse em investir.¹⁸⁸ Durante os anos de 1960, ocorreram algumas mudanças referentes às fontes dos recursos mobilizados pela instituição. Dentre elas, a destinação de uma cota fixa de 20% do montante arrecadado pelo Imposto de Renda. Em 1967, esta cota reduziu para 10% e, finalmente, em 1968, foi extinta a parcela do Imposto de Renda destinada ao banco.¹⁸⁹ Até então esta tinha sido a principal fonte de recursos da agência estatal.

A partir dos anos de 1970, durante o governo do ditador Ernesto Geisel, o BNDES passou a contar com recursos provenientes do Programa de Integração Social e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep). Isso possibilitou que o banco diminuísse consideravelmente sua dependência em relação ao Tesouro Nacional e que o mesmo superasse um problema presente em vários momentos de sua história, o da ausência de *funding*, ou seja, escassez de recursos. No primeiro ano em que os recursos do PIS/Pasep foram destinados à agência estatal, em 1975, ele foi responsável por 46% dos recursos totais disponíveis na instituição¹⁹⁰.

No final dos anos de 1980, novas mudanças foram percebidas no que tange à composição orçamentária do BNDES. Em 1982, o banco passou a administrar o Fundo de Investimento Social (Finsocial), criado pelo Decreto-Lei 1.940, de 25 do mesmo ano. No ano seguinte, através do Decreto-Lei 88.420 de 21 de junho de 1983, a instituição se tornou administradora do Fundo da Marinha Mercante (FMM).¹⁹¹ E através do artigo 239 da Constituição de 1988 foram estabelecidas novas funções aos recursos disponíveis no PIS-Pasep. Dessa forma, decidiu-se que um percentual de 40% dos fundos daquele programa seria direcionado para as aplicações do BNDES em atividades produtivas¹⁹².

Dois anos depois, em 1990, foi criado o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)¹⁹³, composto por recursos do PIS-Pasep e vinculado ao Ministério do Trabalho. O BNDES passaria a contar com uma fonte de recursos regular e segura, de extrema importância para as suas

¹⁸⁸ CURRALERO, Cláudia Regina Baddini. *A atuação do sistema BNDES como instituição financeira de fomento no período 1952/1996*. Dissertação de Mestrado em Economia. Campinas: Unicamp, 1998.

¹⁸⁹ CURRALERO, Cláudia Regina Baddini. *A atuação do sistema BNDES... op. cit.* p. 23.

¹⁹⁰ CARVALHO, Clarissa Barbosa Ramos Prudêncio de. *A atuação do BNDES... op. cit.* p. 32-33.

¹⁹¹ BUGIATO, Caio Martins. *A política de financiamento do BNDES... op. cit.* p. 72. (Nota de rodapé n. 39).

¹⁹² PAIVA, Márcia de. *BNDES: um banco de história... op. cit.* p. 95.

¹⁹³ O fundo foi regulamentado pela Lei 7.998, de 11 de janeiro de 1990.

aplicações em atividades produtivas no país. As contribuições provenientes do FAT se tornaram o principal componente do caixa da agência estatal, representando 90% do orçamento banco.¹⁹⁴

A partir de 2003, quando o BNDES passou a desempenhar um papel ainda mais destacado na estratégia de desenvolvimento capitalista levada a cabo pelo Estado brasileiro, mudanças importantes na composição do *funding* da instituição puderam ser percebidas. Além de considerável expansão do orçamento disponível para suas aplicações, o banco também diversificou bastante as suas fontes de recursos que, progressivamente, tiveram novas formas de captação ocupando o espaço cedido por fontes tradicionais, como o FAT (historicamente o principal componente do *funding* da instituição). Segundo Bugiato, atualmente

o BNDES utiliza recursos próprios, nacionais e internacionais. O banco possui seu próprio patrimônio, que lhe proporciona retornos de operações financeiras, emite debêntures da BNDESPar, capta de fontes nacionais, como o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), o Fundo de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS-PASEP), o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FI-FGTS), o Tesouro Nacional e de fundos de menor porte como o Fundo da Marinha Mercante e o Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND). No exterior, capta de agências governamentais e instituições multilaterais, como o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Banco Alemão de Desenvolvimento, o Banco de Investimento Nórdico, o Banco Japonês para Cooperação Internacional e o Banco de Desenvolvimento da China, além de fundos de mercado, empréstimos e repasses no exterior.¹⁹⁵

Além da diversificação das fontes de recursos acessadas pelo BNDES para realização de suas atividades de fomento, outras tendências puderam ser percebidas a partir de 2003. Uma das tendências mais importantes por nós verificada é o papel cada vez mais importante do Tesouro Nacional na transferência de recursos para o banco¹⁹⁶, sobretudo a partir 2008 (Tabela 2.1). A participação do Tesouro Nacional aumentou de 7% para 40% no período 2007-2009, enquanto a do FAT caiu de 62% para 34%, e a do PIS-Pasep reduziu de 16% para 8% no mesmo período. No entanto, é importante perceber que exceto a categoria “Outros”, que teve sua participação aumentada de 2007 para 2008 e sofreu uma pequena redução no ano seguinte, houve expansão da captação pelo BNDES em todas as suas fontes internas. Com relação às fontes externas, percebeu-se o crescimento da fonte “Mercado” no período, mas sua participação no montante total dos recursos do banco não sofreu grandes variações. Por fim, o BNDES

¹⁹⁴ PAIVA, Márcia de. *BNDES: um banco de história e do futuro...* op. cit. p. 95

¹⁹⁵ BUGIATO, Caio Martins. *A política de financiamento do BNDES...* op. cit. p.173.

¹⁹⁶ Garcia afirma que o Tesouro Nacional transferiu, no período entre 2008 e 2010, R\$ 180 bilhões para o BNDES. O objetivo era que o banco ajudasse a estimular a economia e evitar uma recessão e retração do crescimento, devido à grave crise econômica mundial. Ver GARCIA, Ana E. Saggiaro. *A internacionalização das empresas...* op. cit. p. 123.

expandiu sua captação em organismos internacionais, entre 2007 e 2008, mas diminuiu no ano seguinte em função da crise internacional.

Tabela 2.1 – Composição do passivo do BNDES, 2007-2009 (em R\$ bilhões):

Tipos de recursos	2007	%	2008	%	2009	%
Recursos internos	165,6	93	234,3	93	342	95
FAT	105,9	62	116,6	38	122,5	34
PIS-Pasep	27,9	16	29,5	10	30,0	8
Tesouro Nacional	15,1	7	43,6	14	144,2	40
Outros	16,7	8	44,6	14	45,9	13
Recursos externos	12,1	7	17,7	7	16,4	5
Mercado	2,7	2	3,8	1	4,4	2
Organismos internacionais	9,4	5	13,9	5	12,0	3
Total	177,7	100	252,0	100	359,0	100

Fonte: Tabela extraída de ARONOVICH, Selmo; RIGOLON, Francisco. Cenários comparados da disponibilidade de recursos e alternativas de políticas para o futuro. *In:* ALÉM, Ana Claudia; GIABIAGI, FÁBIO (orgs.). *BNDES em um Brasil em transição*. Rio de Janeiro: BNDES, 2010. p. 109.

Como indicado anteriormente, durante o governo do presidente Lula, o BNDES foi central na estratégia de desenvolvimento realizada pelo Estado brasileiro e a expansão de suas fontes de recursos (tanto interna quanto externa) e, principalmente, das captações junto ao Tesouro Nacional é uma importante evidência disso. Nesse sentido, chama a atenção o tamanho adquirido pelo banco na primeira década do século XXI, que não encontra precedentes em sua história de mais de 60 anos de existência. Já em 2005, por exemplo, os desembolsos do banco foram de aproximadamente US\$ 4 bilhões a mais que os desembolsos do BID e do Banco Mundial juntos. Em 2009, mesmo com o crescimento de liberações em todas as instituições, os desembolsos da agência excederam em cerca de US\$ 40 bilhões os desembolsos dos dois bancos.¹⁹⁷

De acordo com Coutinho, esse contínuo e expressivo crescimento apresentado pelo BNDES na primeira década dos anos 2000 é expressão da

¹⁹⁷ CARVALHO, Clarissa Barbosa Ramos Prudêncio de. *A atuação do BNDES... op. cit.* p. 79.

[...] firme tendência de crescimento da demanda por financiamentos de longo prazo observada nos últimos anos, como resultado da retomada do crescimento da economia brasileira (a partir de 2004), o que, por sua vez, ampliou significativamente a escala das necessidades urgentes de inversões em infraestrutura. Em segundo lugar, em 2009 a política anticíclica implicou um papel contrabalanceador por parte dos bancos públicos, de modo a evitar que a contração do crédito privado arrastasse o sistema empresarial para uma séria crise debilitadora de sua solvência. Com efeito, entre setembro de 2008 e dezembro de 2009, os bancos públicos foram responsáveis por 73% da expansão do crédito. Isoladamente o BNDES contribuiu com 37% da oferta adicional de financiamento à economia.¹⁹⁸

Grosso modo, houve uma considerável expansão nos valores desembolsados pelo BNDES às empresas brasileiras durante a primeira década dos anos 2000. Só para se ter uma noção do que isso significa, apresentamos, a seguir, uma tabela demonstrativa dos montantes liberados pela instituição de 2004, segundo ano da administração Lula, até 2013, já no penúltimo ano do primeiro governo da presidente Dilma Rousseff. Os valores contidos na tabela estão distribuídos de acordo com o porte das empresas receptoras dos desembolsos realizados anualmente pelo banco (Tabela 2.2).

Tabela 2.2 – Desembolsos anuais do BNDES por porte de empresa, 2004-2013 (em R\$ bilhões):

Ano	Porte da empresa					Total
	Micro	Pequena	Média	Média-Grande	Grande	
2004	7.842,90	1.742,00	2.993,40	-	27.255,50	39.833,90
2005	5.687,20	2.207,00	3.767,70	-	35.318	46.980,20
2006	4.761,10	2.269,70	4.086,50	-	40.200,60	51.318,00
2007	6.531,10	3.456,80	6.078,70	-	48.825,30	64.891,80
2008	8.139,90	5.200,90	8.505,30	-	69.031,70	90.877,90
2009	10.854,50	5.817,70	7.246,70	-	112.437,40	136.356,40
2010	21.627,80	10.266,30	13.684,30	4.683,30	118.161,20	168.422,70
2011	23.295,50	11.997,90	14.366,80	9.065,70	80.147,50	138.873,40
2012	23.888,50	12.507,60	13.725,80	8.159,20	97.711,10	155.992,30
2013	30.686,10	16.703,50	16.153,80	10.575,80	116.299,70	190.419,00

Fonte: Elaboração própria com base nos dados: BNDES. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/>>. Acesso em 11 de set.de 2014.

Como se pode perceber na bela acima os desembolsos para todos os setores apoiados pelo BNDES sofreram uma drástica expansão ao longo desses anos. Contudo cabe destacar que as empresas de grande porte se destacaram como as principais beneficiadas pela agência estatal.

¹⁹⁸ COUTINHO, Luciano Galvão. A construção de fundamentos para o crescimento sustentável da economia brasileira. In: ALÉM, Ana Claudia; GIAMBIAGI, Fábio (orgs.). *BNDES em um Brasil em transição*. Rio de Janeiro: BNDES, 2010. p. 31.

As microempresas foram, em seguida, as que mais receberam desembolsos, com a exceção do ano de 2008, em que as liberações para média empresas foram maiores do que os destinados àquelas. As empresas de médio porte constituíram o terceiro principal destino dos desembolsos do banco e, por último, as empresas de médio/grande porte. Estas só foram assim classificadas em 2010.

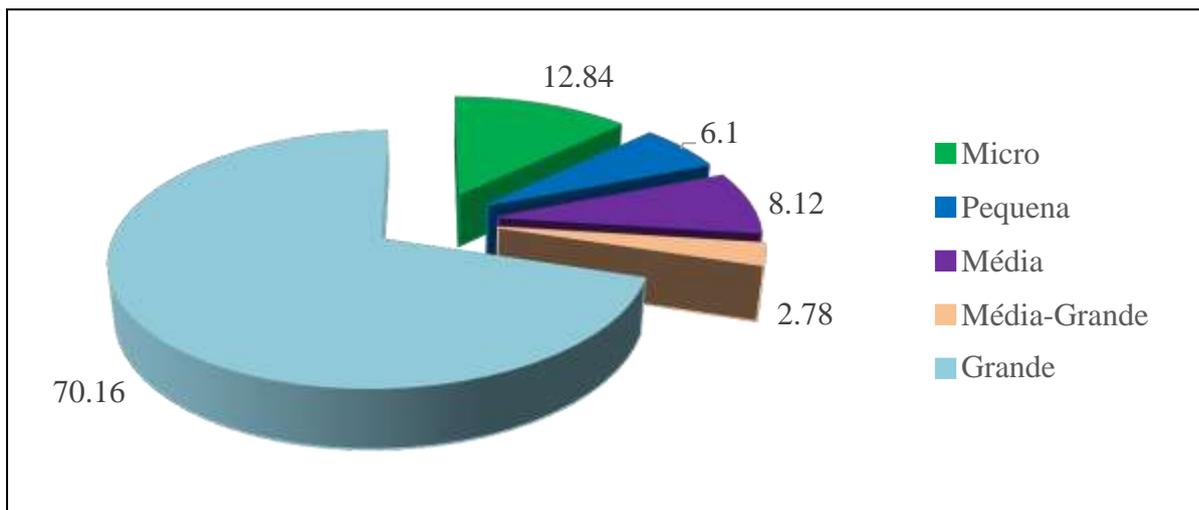
Faz-se necessário sublinhar que ao longo do período em destaque, passou a ser cada vez mais comum nos discursos oficiais a ideia de que o banco estava democratizando o acesso ao crédito do BNDES. Isso fica evidente, por exemplo, na seguinte fala do Presidente Lula:

No começo do nosso governo, tivemos certa dificuldade para trabalhar com um banco de desenvolvimento dessa magnitude, porque tínhamos poucos recursos e pouca experiência. Foi quando veio a crise de 2008 que nós demos um grande salto, colocando 180 bilhões de reais para alavancar definitivamente o BNDES. Ele então se transformou nesse banco extraordinário, muito maior do que o Banco Mundial. O BNDES cresceu quatro vezes desde que entrei no governo. Hoje, nós temos um banco robusto, com capacidade de alavancar recursos, com capacidade de investimento, que pensa na grande empresa, que pensa na pequena empresa, que pensa no movimento social, que pensa nos catadores de papel. Ou seja, o BNDES está realmente contribuindo de forma decisiva para alavancar o desenvolvimento do nosso querido Brasil.¹⁹⁹

Contudo, nota-se que apesar de o banco ter atendido um conjunto amplo de empresas, as de grande porte foram o principal destino do apoio financeiro concedido pelo banco. Dessa forma, mesmo tendo a maioria das operações de financiamento realizadas junto às MPMs, 93% das cerca de 610 mil em 2010, por exemplo, os valores dessas operações são bem abaixo daquelas realizadas ao restrito grupo das “vencedoras”. A seguir, mostra-se a participação de cada tipo de empresa nas liberações da agência estatal em 2010 (Gráfico 2.1). Esse ano foi escolhido em razão de ser o maior valor desembolsado pela instituição durante o governo Lula, por um lado, e por marcar o início das liberações para as empresas de médio-grande porte.

¹⁹⁹ PAIVA, Márcia de. *BNDES: um banco de história e do futuro...* *op. cit.* p. 179. Entrevista com o então presidente Lula, em 2012.

Gráfico 2.1 – Participação das empresas nos desembolsos do BNDES em 2010 (%):



Fonte: Elaboração própria com base nos dados de: Fonte: BNDES. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/>>. Acesso em: 11 de setembro de 2014.

Apesar de se ter escolhido o ano de 2010 para exemplificar a preferência do BNDES pelas grandes empresas, essa característica foi identificada nos anos anteriores e posteriores. Naqueles anos, as empresas de grande porte tiveram uma participação em torno de 75% nos desembolsos do banco, com exceção do ano de 2009, em que a mesma foi superior a 82%. Já nestes, a participação dessas empresas ficou em torno de 60%. Nesse sentido, ao contrário de uma suposta democratização dos financiamentos da agência estatal no período, o que se percebe é um expressivo processo de concentração dos mesmos em um restrito grupo de grandes empresas, sobretudo na conjuntura de crise pós-2008.

Tendo em vista o que foi exposto ao longo deste capítulo, entendemos que a atuação do banco durante o governo Lula não deve ser entendida como uma simples continuidade em relação ao papel desempenhado durante os anos 1990, muito menos como uma radical ruptura com o mesmo. Por um lado a agência estatal aprofundou uma estratégia de desenvolvimento capitalista que já vinha se desenhando no âmbito da instituição desde a década de 1980 e que se consolidou na segunda metade dos anos de 1990, no bojo da abertura comercial e, principalmente, das privatizações. Tal estratégia seguiu consolidando e expandindo um padrão de acumulação monopolista, sedimentado em setores e empresas intensivos em natureza, na exploração do trabalho e com graves impactos ambientais. Assim, destacam-se o setor de *commodities* e de infraestrutura.

Por outro lado, a centralidade que o BNDES ganhou, a partir de 2003, na implementação de políticas favoráveis à expansão de grandes empresas sediadas no país não

encontra precedentes em sua história. Como já foi ressaltado anteriormente, isso está estreitamente relacionado à extraordinária expansão de seus desembolsos; ao considerável alcance dos mecanismos construídos pela instituição para realização de suas atividades (linhas de financiamento direto no exterior; de financiamento às exportações etc.); ao fato de ter se internacionalizado para o melhor posicionamento internacional da própria instituição, bem como das empresas brasileiras; também ao crescimento da participação da agência estatal como acionista de várias empresas; por fim, à atuação integrada a outros órgãos como, por exemplo, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), a Agência Brasileira de Exportação e Investimento (APEX), a Câmara de Comércio Exterior, Ministério das Relações Exteriores (inclui a Agência Brasileira de Cooperação – ABC), enfim, aos mecanismos de política exterior em geral.

Até aqui esboçamos alguns aspectos gerais do papel desempenhado pelo BNDES no período estudado. Discutimos a importante atuação da agência estatal nas privatizações, sobretudo ao longo dos anos 1990; apresentamos as alterações ocorridas no tocante às suas políticas, com ênfase naquelas destinadas à expansão internacional das empresas brasileiras; bem como a expansão do seu escopo de atuação, que já podia ser observada desde o final da mesma década, mas que atingiu um novo patamar a partir do governo Lula. Contudo, não analisamos de forma aprofundada a atuação do banco no suporte à transnacionalização das empresas, seja via o fomento às exportações, que se consolidou com o BNDES-Exim (1997); seja via investimento direto através de sua subsidiária, a BNDESPAR, que, apesar de ser fruto das alterações no estatuto do banco ocorridas em 2000, passou a operar a partir de 2003. A partir de 2005, a subsidiária passou a ter uma destacada atuação na economia brasileira, patrocinando fusões e aquisições no Brasil e no exterior e obtendo participações acionárias em diversas companhias.

No terceiro e último capítulo desta dissertação examinaremos as políticas de apoio às exportações do BNDES. Entendemos que uma cuidadosa análise dessas políticas constitua um passo importante para compreender as continuidades e rupturas na atuação do banco ao longo do período estudado.

Capítulo 3

BNDES: o banco das multinacionais brasileiras

No capítulo anterior discorremos sobre a atuação do BNDES desde 1990 até o ano de 2010. Vimos que o banco passou por uma reorientação no que tange ao seu papel na economia brasileira, já no final da década de 1980, voltando-se para a formulação, planejamento e execução de um conjunto de reformas no âmbito do Estado, dentre as quais se destacam as privatizações. Embora a agência estatal tenha dado particular enfoque à transferência do patrimônio público ao setor privado, sobretudo na década de 1990, paulatinamente a mesma passou a atuar mais incisivamente no fomento às atividades produtivas, bem como na sua internacionalização. Viu-se, nesse sentido a ampliação progressiva do apoio dado à expansão internacional do grande capital brasileiro, ainda mais monopolizado e diversificado com as privatizações.

Este último capítulo acompanha, em certa medida, o desenvolvimento da política de apoio às exportações do BNDES durante a década de 1990 e na primeira dos anos 2000. No entanto, damos particular enfoque a um dos principais instrumentos da agência estatal, que constituiu peça-chave no processo de transnacionalização das empresas brasileiras, a linha pós-embarque do programa de financiamento às exportações, BNDES-Exim²⁰⁰. Desde a sua criação, em 1997, o mesmo desempenhou um destacado papel na implementação da estratégia de desenvolvimento levada a cabo no país até o ano de 2010. Nesse sentido, analisaremos os setores e empresas, os valores e destinos dos investimentos patrocinados no período estudado com o objetivo de confirmar a hipótese deste trabalho, qual seja, a de que a atuação do BNDES

²⁰⁰ A subsidiária BNDES Participações (BNDESPAR) constituiu, a partir de 2003, com a linha específica de internacionalização de empresas, o segundo instrumento através do qual o BNDES fomentou esse processo. Nesse período, a BNDESPAR expandiu seus desembolsos para novos investimentos de grandes empresas no exterior, patrocinou inúmeras fusões e aquisições no âmbito doméstico e internacional e consolidou considerável participação no capital social de várias empresas com sede no país. Contudo, não tratamos desse assunto. O mesmo será objeto de estudo em pesquisas futuras.

durante o governo Lula não deve ser entendida como uma ruptura ou como uma continuidade completa em relação aos anos 1990.

Antes disso, faz-se necessário que apresentemos brevemente alguns termos e noções utilizados no decorrer do presente capítulo, que podem suscitar dúvidas e questões por parte do leitor. O primeiro deles é o termo “multinacionais”, contido no próprio título desta seção, mas que aparece neste e em outros trabalhos também sob o designo “transnacionais”²⁰¹. Ambos são utilizados neste trabalho sem nenhuma pretensão de conferir à economia e às empresas brasileiras, que vivenciaram um intenso processo de internacionalização nos últimos anos, um caráter “global”, “transfronteiriço”, desvinculado do ambiente doméstico e, principalmente do Estado nacional.

Coadunamos com a caracterização feita por Batista Jr. de que a economia internacional tem como marca os processos de intercâmbio entre economias nacionais distintas que, apesar de crescente a partir do último quartel do século XX, não sobrepujam em importância as atividades empresariais realizadas em âmbito doméstico. Mais do que isso,

[o]s governos, agindo isoladamente ou por meio de acordos e entidades intergovernamentais, continuam a desempenhar funções econômicas essenciais. Nesse contexto, o desempenho macroeconômico dos países, em áreas como crescimento, emprego e inflação, assim como a competitividade de firmas e setores, decorrem substancialmente de processos que ocorrem em nível nacional.²⁰²

Logo se vê que é inviável pensar as atividades econômicas no âmbito internacional, desvinculando-as das condições existentes no âmbito interno de cada país. Da mesma forma, ainda que nas últimas décadas tenha aumentado o número de empresas internacionalizadas, com atividades produtivas em diversos países, não se deve afirmar que elas sejam empresas “multinacionais/transnacionais”, no sentido de ausência de identificação e uma base nacional específica que as suportam. Como sugere esse autor,

[a] maioria das grandes corporações da Europa, dos Estados Unidos e do Japão concentra a sua atuação nos respectivos países. Funções centrais, como pesquisa e desenvolvimento, e as atividades geradoras de maior valor adicionado tendem a se realizar no país de origem das empresas.²⁰³

²⁰¹ Ver discussões sobre o assunto em: COSTA, Armando João Dalla Costa. *Internacionalização de Empresas Brasileiras: teoria e experiências*. Curitiba: Juruá Editora, 2011.

²⁰² BATISTA JR, Paulo Nogueira. Mitos da “globalização”. *Estudos Avançados* 12 (32), 1998. p. 137.

²⁰³ BATISTA JR, Paulo Nogueira. Mitos da “globalização”... *op. cit.* p. 163. Ver mais sobre esses e outros assuntos correlatos em: FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010. [2ª. ed].

Além disso, as corporações passam a ocupar uma posição de centralidade na política internacional dos Estados. E, não raras vezes “[...] as empresas ditas transnacionais ou multinacionais precisam do seu Estado nacional para contarem com abrigo político e salvaguardas jurídicas nas suas atividades nos mercados domésticos e internacionais”²⁰⁴.

Isso evidencia a imbricada relação entre os interesses privados e os Estados nacionais no capitalismo. Nesse sentido, Faucher e Niosi destacam que, no pós-II Guerra Mundial, por exemplo, na medida em que os países afetados pelo conflito se recuperaram e intensificou-se a concorrência intercapitalista entre os países da Europa Ocidental, o Japão e os Estados Unidos, por um lado, e, ao passo em que emergiram outros países com considerável grau de industrialização (Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong, Brasil, Espanha, Grécia e outros), os Estados passaram a implementar políticas industriais para fazer frente a essa concorrência.²⁰⁵ Mais do que isso, ressaltam que:

[...] o essencial da ajuda pública ao setor manufatureiro canaliza-se para a grande empresa. Em numerosos casos, trata-se de uma manifestação voluntária de sustentação ativa que o Estado quer dar aos seus “campeões nacionais”. Em outros momentos, a grande empresa se impõe como interlocutor privilegiado para a realização das metas governamentais. Esta constatação, na medida em que se fundamenta em fatos, nos autoriza a formular duas observações teóricas significativas. Em primeiro lugar, porque o Estado participa ativamente na concentração da estrutura produtiva e vem em auxílio, em caráter prioritário, das grandes empresas, deve-se, pela mesma razão dos fatores ligados ao modo de funcionamento dos mercados, reconhecer a responsabilidade dos poderes públicos no processo de multinacionalização. Em segundo lugar, a intervenção do Estado, mesmo que ela procure legitimar-se com um discurso tecnocrático que toma emprestado o vocabulário da economia, e mesmo que ela se restrinja em suas opções e em suas iniciativas pela gravidade decorrente da estrutura dos mercados, além de restrições físicas e tecnológicas, tem origem, como toda intervenção pública, no processo político. Portanto, além dos fatores econômicos e organizacionais que fundamentam o processo de multinacionalização, existe uma opção política e uma iniciativa estatal.²⁰⁶

Essa relação estreita entre o grande capital privado e o Estado também fica evidente quando observamos a atuação do BNDES ao longo de sua história, mas principalmente a partir do final dos anos de 1960, quando a agência estatal passou a fomentar majoritariamente as atividades produtivas do setor privado nacional e estrangeiro com sede no país.²⁰⁷ A partir da

²⁰⁴ GORENDER, Jacob. *Globalização, revolução tecnológica e relações de trabalho*. Série Assuntos Internacionais – 47, Instituto de Estudos Avançados, Universidade de São Paulo, set. 1996 [mimeo]. p. 13-14 *apud* BATISTA JR, Paulo Nogueira. Mitos da “globalização”... *op. cit.* p. 164.

²⁰⁵ FAUCHER, Philippe; NIOSI, Jorge. O Estado e as multinacionais. *Revista de Economia Política*, v. 6, nº. 2, 1986. p. 42.

²⁰⁶ FAUCHER, Philippe; NIOSI, Jorge. O Estado e as multinacionais... *op. cit.* p. 42.

²⁰⁷ Até o ano de 1967, o BNDES priorizava os investimentos realizados pelas empresas estatais, em suas aprovações. Ver CURRALERO, Cláudia Regina Baddini. *A atuação do sistema BNDES...* *op. cit.* p. 27.

década de 1990, quando o banco começou a empreender esforços no sentido de expandir a atuação de grandes empresas para o exterior, o papel do Estado não se mostrou menos importante. As políticas de privatização encampadas no período contribuíram para o aprofundamento do processo de conglomeração e diversificação pelo qual algumas grandes empresas vinham passando, desde a ditadura, e permitiu que restritos grupos nacionais (sobretudo industriais, do setor financeiro e da construção pesada) se tornassem conglomerados monopolistas e com alto grau de internacionalização.²⁰⁸ Essa tendência se aprofundou na primeira década dos anos 2000. Como verificamos no capítulo anterior, o BNDES aumentou seu escopo de atuação e expandiu seus desembolsos, destinando seus recursos majoritariamente para os grandes grupos econômicos; internacionalizou-se com o fito de propiciar um ambiente mais favorável para os negócios das multinacionais brasileiras fora do país, angariando informações de mercado, firmando parcerias e captando recursos; e agiu de forma integrada com órgãos da política externa do país, como, por exemplo, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), a Agência Brasileira de Exportação e Investimento (APEX), a Câmara de Comércio Exterior, as próprias empresas, além do Itamaraty (e, como parte dele, a Agência Brasileira de Cooperação – ABC).²⁰⁹

Entendemos também ser necessário fazer algumas observações sobre o modo como compreendemos o processo de internacionalização das empresas brasileiras e os motivos de as mesmas expandirem suas atividades para o exterior, questão central nesse trabalho. A definição mais recorrente na maior parte dos trabalhos por nós analisados descreve o referido processo como sendo aquele em que:

[e]mpresas com sede e administração no Brasil que realizam investimento direto no exterior (IED). Três são as formas de IED: i) aquisição de parte ou da totalidade de uma empresa no exterior; ii) fusão de empresas; iii) com investimento novo (*greenfield*), ou ainda ser fruto de uma parceria entre duas empresas (*joint venture*).²¹⁰

Nesses moldes, pode-se dizer que o processo de internacionalização das empresas brasileiras ganhou novo ímpeto recentemente, a partir do governo Lula. Isso está estreitamente relacionado à implementação de políticas estatais com esse objetivo. O BNDES foi, por exemplo, o principal impulsionador da internacionalização do grande capital brasileiro nos últimos anos, e criou, já em 2002, uma linha específica para o fomento à internacionalização de

²⁰⁸ CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Estranhas catedrais... op. cit.* p. 132.

²⁰⁹ GARCIA, Ana E. Saggiaro. *A internacionalização das empresas... op. cit.* p. 238.

²¹⁰ PINTO, João Roberto Lopes; Garcia, Ana E. Saggiaro. A (ir)responsabilidade social do BNDES e a concentração capitalista. In: CARVALHO, Guilherme et al. *Contra Corrente: para quem desafia o pensamento único. Rede Brasil: Contracorrente*, n.5, 2013. p. 3. Ver visão semelhante em: VALDEZ, Robson Coelho Cardoch. *A internacionalização do BNDES... op. cit.* p. 16.

empresas²¹¹. Essa linha entrou em operação em 2003, mas o primeiro financiamento ocorreu somente dois anos depois, em 2005, quando o banco concedeu um financiamento de R\$ 187 milhões para um investimento de R\$ 281 milhões do grupo Friboi, para a aquisição de 75% do capital da Swift Armour Sociedade Anônima Argentina.²¹² Antes disso, o apoio do banco consistia, principalmente, no financiamento das exportações.

Contudo, adotamos uma perspectiva distinta a respeito do processo de internacionalização de empresas. Não desvinculamos esse processo das atividades de exportação de mercadorias e serviços, muito menos consideramos esta como sendo uma simples instância, um momento anterior daquele.²¹³ Pelo contrário, entendemos que o ato de exportar consiste no próprio processo de internacionalização de uma firma. Fica evidente que ao exportar as empresas abrem caminhos para seus negócios no exterior, estabelecem contatos com representantes do setor privado internacional e doméstico que atuam no país de destino, relações com os órgãos da burocracia local, adquirem novas técnicas e tecnologias, podendo consolidar sua marca no mercado internacional. Enfim, expandem o leque de oportunidades para vultosos e lucrativos negócios fora do país.

Nesse sentido, o processo de transnacionalização das empresas brasileiras não é um fenômeno tão recente e, ao contrário do que alguns autores afirmam²¹⁴, tem sua origem umbilicalmente ligada, dentre outros fatores, a um contundente suporte estatal. As grandes empresas brasileiras do setor de construção pesada, por exemplo, iniciaram seu processo de transnacionalização no final dos anos de 1960²¹⁵. Além disso, é importante assinalar que “[p]ara dar início às operações fora do país ou então em decorrência do estabelecimento de contratos alhures, as empresas criaram departamentos internacionais ou empresas próprias para gerir suas

²¹¹ Ver em: ALEM, Ana Claudia; CAVALCANTI, Carlos Eduardo. O BNDES... *op. cit.* p. 69; GARCIA, Ana E. Saggiaro. *A internacionalização das empresas...* *op. cit.* p. 112.

²¹² BNDES. Relatório Anual de 2005. Disponível em: <<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/917>>. Acesso em 01 de nov. de 2016. p.43.

²¹³ Essa visão “etapista” do processo de internacionalização de empresas é inspirada na teoria eclética da internacionalização de empresas, de John Dunning, ver em: ALEM, Ana Claudia; MADEIRA, Rodrigo. Internacionalização e competitividade: a importância da criação de empresas multinacionais brasileiras. *In: O BNDES em um Brasil em transição*. Rio de Janeiro: BNDES, 2010. p. 39-57. cap. 2; DUARTE, Noemi Ferreira. BNDES: banco de desenvolvimento ou de investimento. *Revista de Economia e Relações Internacionais*, São Paulo. v. 6, n. 11, p.148-167, 2007. p. 144-145; ALEM, Ana Claudia; CAVALCANTI, Carlos Eduardo. O BNDES e o apoio à internacionalização das empresas brasileiras: algumas reflexões. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 24, p.43-76, dez. 2005.

²¹⁴ Para alguns autores, as empresas que já atuavam no exterior até meados dos anos 1990 ingressavam no mercado internacional por suas próprias iniciativas, não sendo resultado de uma política deliberada do governo federal. Ver, por exemplo, em: ALEM, Ana Claudia; CAVALCANTI, Carlos Eduardo. O BNDES... *op. cit.* p. 54.

²¹⁵ CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *A transnacionalização das empreiteiras e o pensamento de Ruy Mauro Marini...* *op. cit.* p. 2.

atividades no exterior”.²¹⁶ Nesse mesmo período, meados da década de 1970, também já se verificava a implementação de políticas estatais bastante favoráveis à expansão dessas multinacionais. Dentre essas políticas sublinha-se a de financiamento dos contratos estabelecidos pelas construtoras fora do país, da Cacex (órgão do Banco do Brasil); a emissão de decretos-lei estabelecendo o fomento às exportações de “bens e serviços de engenharia”; seguros para as obras executadas em outros países; por fim, uma intensa atuação da diplomacia brasileiras nas negociações das empresas fora do país.²¹⁷

Ainda sobre a internacionalização, faz-se necessário realizar um derradeiro apontamento. Além das motivações de caráter individual de cada empresa, relacionadas ao que a literatura define como “vantagens comparativas”, ou seja, acesso a recursos naturais mais abundantes, mão-de-obra mais barata, a possibilidade de comercialização de seus produtos, ao ingresso em novos mercados e a possíveis ganhos de eficiência²¹⁸, a inserção internacional de grandes empresas com sede no Brasil evidencia uma importante característica da economia brasileira. Coadunamos, nesse sentido, com a afirmativa de Campos a respeito das empresas brasileiras de construção pesada:

[o] processo de internacionalização das empreiteiras nacionais é sintoma do grau de capitalização e do alto poder e capacidade técnica verificados no setor, podendo ser entendido não pela exiguidade do mercado interno ou da retração das demandas de obras no país²¹⁹, mas pela própria superacumulação de capitais na economia brasileira e redução das taxas de lucro sentidas na indústria de construção no cenário doméstico. Assim, a explicação para esse movimento do capital parece se situar mais no vigor e no novo patamar de acumulação de capitais atingido na economia brasileira, em especial em alguns de seus setores, mais do que em supostas fragilidades ou debilidades do capitalismo no país.²²⁰

E isso se aplica a outras frações do grande capital no Brasil, desde a segunda metade do século XX até o período por nós estudado.

A terceira e última breve observação refere-se à categoria “serviços”, forma como o BNDES apresenta os dados e informações sobre seus desembolsos para a atuação das empresas de construção civil em obras de engenharia no exterior²²¹. No entanto, concordamos com a

²¹⁶ Ver exemplos de empreiteiras que desde o final da década de 1960 e, depois, na década de 1970, inauguraram departamentos internacionais, subsidiárias ou até mesmo empresas próprias no exterior. CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *A transnacionalização... op. cit.* p. 7.

²¹⁷ CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *A transnacionalização... op. cit.* p. 10-11.

²¹⁸ ALEM, Ana Cláudia; CAVALCANTI, Carlos Eduardo. *O BNDES... op. cit.* p. 45-46.

²¹⁹ Ver essa noção em IGLESIAS, Roberto. Algunos elementos para caracterizar los intereses brasileños en la integración en infraestructura en América del Sur. *Integración y Comercio*, n. 28, p. 1-30, 2008. p. 168.

²²⁰ CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Estranhas catedrais... op. cit.* p. 411.

²²¹ Ver em: BNDES. Desembolsos Pós-Embarque para obras de engenharia. *Disponível em:* <<http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/consulta-operacoes-bndes/consulta-afinanciamentos-de-exportacao-pos-embarque>>. Acesso em 27 de mar. de 2017.

concepção advogada por Campos, segundo a qual o ramo da construção civil é entendido como sendo um setor da indústria, que produz valor e mercadorias.²²² No que diz respeito particularmente à construção pesada, atividade intensivamente fomentada pelo BNDES, o autor afirma:

[...] trata-se de uma atividade exercida por empresas que produzem obras de grande envergadura, da chamada infraestrutura, como estradas, usinas de eletricidade e empreendimentos públicos em geral. Portanto, não entendemos que as empresas analisadas podem ser alocadas no chamado setor de serviços da economia, mas sim que seus funcionários e operários produzem valor e mais-valia. Trata-se, porém, de uma mercadoria particular – a obra pronta – não disponível em mercados como outros produtos e que, além disso, conta em geral com um comprador monopsônico – o aparelho de Estado.²²³

Feito essa última ressalva, a seguir, analisamos a participação do BNDES no fomento às exportações brasileiras.

– As políticas de financiamento do BNDES às exportações brasileiras, 1990-1996:

As políticas do BNDES em apoio à exportação tiveram início em novembro de 1990, com a criação, no âmbito da Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame)²²⁴, do Programa de Financiamento as Exportações de Máquinas e Equipamentos (Finamex). Este tinha como finalidade o fomento das indústrias brasileiras exportadoras de bens de capital através da modalidade de financiamento pré-embarque, que corresponde a um adiantamento de recursos ao fabricante para fazer face aos custos de produção de máquinas e equipamentos destinados à exportação.²²⁵ É necessário ressaltar, porém, que esse não era o único programa de apoio à

²²² CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Estranhas catedrais... op. cit.* p. 32.

²²³ CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Estranhas catedrais... op. cit.* p. 32, 65.

²²⁴ O Sistema BNDES é constituído pelo próprio banco e suas duas subsidiárias, a BNDES Participações – BNDESPAR, e pela Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME (Anexo IV). Este, além do Programa de Financiamento as Exportações de Máquinas e Equipamentos (Finamex), tratado neste subcapítulo, opera com mais ter programas: 1) Programa Automático: “Destinado ao segmento das micro e pequenas empresas cujos equipamentos sejam destinados à produção industrial ou à prestação de serviços básicos”; 2) Programa Especial: “Voltado sobretudo para grandes projetos, esse programa se destaca pelos seus prazos mais dilatados de carência e amortização do que aqueles do Programa Automático, sendo os bens na sua maioria produzidos sob encomenda.”; 3) Programa Agrícola: “Tem por finalidade apoiar especificamente a aquisição de máquinas e equipamentos voltados para a produção agropecuária.” BNDES. Relatório Anual de 1990. *Disponível em:* <<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/3838>>. Acesso em 24 de set. de 2017. p. 51.

²²⁵ BNDES. Relatório Anual de 1990... *op. cit.* p. 51. De acordo com informações disponíveis no portal eletrônico do BNDES, este é o fluxo operacional do BNDES-Exim Pré-Embarque: 1) Após aprovar o crédito, o Agente Financeiro encaminha ao BNDES o pedido de financiamento, com informações sobre a operação de exportação e o Exportador. O BNDES avalia e aprova; 2) Após a contratação da operação entre o Agente Financeiro e o Exportador, o BNDES libera os recursos ao Agente Financeiro; 3) O Agente Financeiro repassa os recursos ao Exportador; 4) O Exportador produz os bens e os exporta, cumprindo o compromisso de exportação a ser posteriormente verificado pelo BNDES; 5) Após o término da carência principal do financiamento contratado, o Exportador inicia a amortização das prestações, até a total liquidação financeira do contrato; 6) O Agente

exportação existente no período. Segundo Catermol, naquele momento também era regulamentado o Programa de Financiamento às Exportações (Proex), do Banco do Brasil, também para financiar o setor de bens de capital. O Proex passou a gerir as linhas de crédito concentradas anteriormente no extinto Fundo de Financiamento à Exportação (Finex).²²⁶

Alguns meses após a sua criação, em fevereiro de 1991, o Finamex realizou seu primeiro financiamento na linha pré-embarque. Em seguida, avançou criando condições para a expansão das exportações de máquinas e equipamentos, inaugurando no final do mesmo ano, a linha pós-embarque. Essa nova linha proporcionou aumentos nos financiamentos destinados à exportação, além de permitir o apoio à comercialização no exterior de bens de capital produzidos no país.²²⁷

Com relação, ainda, à linha pós-embarque do BNDES-Exim, cabe descrever rapidamente o seu funcionamento em razão da importância que a mesma deteria nos anos posteriores, sobretudo a partir de 1997, no financiamento às exportações de bens e serviços. Por essa linha de financiamento, o BNDES antecipa o valor devido pelo importador estrangeiro à empresa exportadora brasileira, em moeda nacional, fazendo com que o importador estrangeiro passe a dever à agência estatal. E os financiamentos são realizados por meio de duas modalidades principais, a *supplier credit* ou a *buyer credit*. Na *supplier credit*, ocorre um refinanciamento ao exportador através do desconto de títulos. Nesse sentido, o exportador concede ao importador financiamento por meio de carta de crédito, letras de câmbio ou notas promissórias. Esses títulos deverão ser cedidos ou endossados pelo exportador ao BNDES que, por sua vez realiza o refinanciamento mediante o desconto dos instrumentos de pagamento e desembolsa os recursos ao exportador, à vista, em moeda nacional. O importador pagará ao BNDES no prazo definido e o banco mandatário realiza as transferências de recursos e documentos relativos à operação. Já na modalidade *buyer credit* o financiamento à exportação é concedido mediante a celebração de contrato direto com o importador estrangeiro. Nesse sentido, o BNDES desembolsa os recursos ao exportador, em moeda nacional; o Importador ou devedor paga o BNDES no prazo definido; e o banco mandatário efetua as transferências de recursos e documentos relativos à operação.²²⁸

financeiro repassa os pagamentos ao BNDES, até a total liquidação financeira do contrato. BNDES. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/onde-atuamos/exportacao/como-funciona-apoio-exportacao>>. Acesso em 05 de jul. de 2018. Ver também o diagrama do fluxo operacional do financiamento nessa linha de financiamento no Anexo I.

²²⁶ CATERMOL, Fabrício. BNDES-Exim... *op. cit.* p. 6.

²²⁷ BNDES. Relatório Anual de 1991. Disponível em: <<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/3838>>. Acesso em 24 de set. de 2017. p. 53.

²²⁸ De acordo com informações disponíveis no portal eletrônico do BNDES é este o fluxo operacional da modalidade *supplier credit*: 1) Após aprovada pelo BNDES a operação, o Exportador pode embarcar os

Os primeiros anos de operação do Finamex, contudo, foram marcados por desembolsos modestos e inconstantes. Em 1991, o programa liberou uma quantia de US\$ 32,8 milhões, distribuídas em 57 operações na modalidade pré-embarque. No ano seguinte, quando já estava em operação a linha pós-embarque, suas liberações mais que duplicaram, alcançando a cifra de US\$ 77 milhões destinados a 189 operações. Em seguida, percebeu-se nova redução nos valores desembolsado pelo programa, US\$ 64,3 milhões, apesar de o número de operações ter aumentado para 280. E a partir de 1994, percebeu-se considerável elevação dos valores desembolsados ano após ano. A seguir, discorreremos de forma mais detalhada esse processo (Tabela 3.1).

Tabela 3.1 – Evolução dos desembolsos do Finamex, 1991-1996 (em US\$ milhões):

Ano	Pré-Embarque		Pós-Embarque		Total	
	Valor	Nº de operações	Valor	Nº de operações	Valor	Nº de operações
1991	32,8	57			32,8	57
1992	30,9	125	46,8	64	77,7	189
1993	27,8	172	36,5	108	64,3	280
1994	69,2	135	210,7	537	279,9	672
1995	95,1	146	282,5	1.179	377,6	1.325
1996	85,6	177	302,7	1.293	388,3	1.470

Fonte: BNDES. Relatório Anual de 1997. Disponível em: <<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/3865>>. Acesso em 24 de set. de 2017. p. 30.

Fica evidente na tabela acima que até 1993 houve um crescimento tímido dos desembolsos e da quantidade de operações realizados pelo Finamex, e queda em 1993, mas que

produtos/executar os serviços para o Importador; 2) O Importador apresenta títulos ou cartas de crédito emitidos em favor do Exportador; 3) O Exportador realiza o endosso dos títulos ou a cessão das cartas de crédito em favor do BNDES; 4) O Banco Mandatário envia ao BNDES a documentação comprobatória da exportação e o pedido de liberação de recursos; 5) O BNDES analisa a documentação e, caso aprovada, efetua o desembolso de recursos ao Banco Mandatário; 6) O Banco Mandatário repassa os recursos ao Exportador; 7) Após o término da carência de principal do financiamento, o Importador inicia a amortização das prestações, via Banco Mandatário, até a total liquidação financeira do contrato; 8) Em seguida, o Banco Mandatário repassa os pagamentos ao BNDES, até a total liquidação do financiamento. O fluxo da modalidade *buyer credit* é o seguinte: 1) O Exportador firma um contrato comercial com o Importador, para entrega futura de bens e/ou serviços; 2) O Exportador encaminha ao BNDES a consulta prévia, com informações sobre a operação de exportação. O BNDES avalia e aprova a operação e a formaliza através de contrato de financiamento com o Importador/devedor; 3) O Exportador embarca os produtos e/ou executa os serviços ao Importador; 4) O Exportador envia documentos comprobatórios da exportação e quaisquer outros relacionados no contrato de financiamento para o Banco Mandatário; 5) O Banco Mandatário envia ao BNDES a documentação e o pedido de liberação de recursos; 6) O BNDES analisa a documentação e, caso aprovada, efetua o desembolso de recursos ao Banco Mandatário; 7) O Banco Mandatário repassa os recursos ao Exportador; 8) Após o término da carência de principal do financiamento, o Importador inicia a amortização das prestações, até a total liquidação financeira do contrato. Ver em: BNDES. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/onde-atuamos/exportacao/como-funciona-apoio-exportacao>>. Acesso em 05 de jul. de 2018. Ver também anexo II e III, respectivamente.

a partir de 1994 ambos crescem de forma significativa. Percebe-se também que desde que o programa começou a operar através da linha pós-embarque, em 1992, a mesma concentra os maiores valores desembolsados pelo banco. O mesmo não ocorreu com o número de operações que, até 1993, era maior na modalidade pré-embarque. Mas, que de 1994 em diante, a linha pós-embarque passou a concentrar tanto o maior número das operações quanto valores mais elevados dos financiamentos realizados no âmbito do programa (Tabela 3.2).

Tabela 3.2 – Participação das linhas pré e pós-embarque nos desembolsos totais do Finamex, 1991-1996 (%):

Ano	Finamex Valor (milhões US\$)	Pré-Embarque Participação (%)	Pós-Embarque Participação (%)
1991	32,8	100	
1992	77,7	39,77	60,23
1993	64,3	43,23	56,77
1994	279,9	24,72	75,28
1995	377,6	25,19	74,81
1996	388,3	22,05	77,95

Fonte: Elaboração própria com base em dados disponíveis em: BNDES. Relatório Anual de 1997... *op. cit.* p. 30.

Como se pode verificar na tabela 3.2, desde 1992, a linha pré-embarque passou a representar parcela cada vez menor no montante dos desembolsos do Finamex. Até 1993, o decréscimo da participação dessa linha é explicável em razão da própria queda nas liberações totais do programa, visto que ambas as modalidades sofreram queda no período entre 1992 e 1993. Contudo, a partir de 1994, com o retorno do crescimento dos desembolsos totais do Finamex, o que se observa é que a linha pós-embarque se consolidou como a que mais dispense recursos destinados à exportação. É interessante notar, ainda, que os desembolsos dessa linha eram direcionados, em 1992 e 1993, para a América Latina e que, justamente no ano em que se verificou uma expansão mais acentuada de suas liberações, em 1994, também foram realizadas os primeiros financiamentos para os Estados Unidos²²⁹. Em 1996, a linha pós-embarque de financiamento já respondia por 77,95% das liberações do Finamex, enquanto que a pré-embarque representava apenas 22,05% dos mesmos.

A seguir, apresentamos também a evolução da participação das linhas pré e pós-embarque no total das operações realizadas no âmbito do Finamex. Essa informação complementarà a análise sobre a atuação do BNDES no apoio à expansão das empresas para o exterior (Tabela 3.3).

²²⁹ CATERMOL, Fabrício. BNDES-Exim... *op. cit.* p. 6.

Tabela 3.3 – Participação das linhas pré e pós-embarque no número de operações realizadas pelo Finamex, 1991-1996 (%):

Ano	Nº de operações Finamex	Operações Pré-embarque (%)	Operações Pós-embarque (%)
1991	57	100	-
1992	189	66,14	33,06
1993	280	61,43	38,57
1994	672	20,10	79,90
1995	1.325	11,02	88,98
1996	1.470	12,04	87,96

Fonte: Elaboração própria com base em dados disponíveis em: BNDES. Relatório Anual de 1997... *op. cit.* p. 30.

Ao contrário da tendência observada, no tocante à participação das linhas pré e pós-embarque nos desembolsos totais da Finamex, em que esta representa a maior parcela desde sua origem, em 1992, o número de operações realizadas na modalidade pré-embarque permanece maior até o ano de 1993. Somente a partir de 1994, as operações realizadas através da linha pós-embarque sofrem um expressivo crescimento, realizando 79,9% das operações, 88,98% no ano seguinte, e 87,96% em 1996.

Os dados apresentados ao longo dos parágrafos anteriores evidenciam, grosso modo, um modesto crescimento tanto dos valores quanto do número de operações realizadas juntamente com as empresas exportadoras do setor de bens de capital da economia, durante os três primeiros anos do Finamex. A partir de informações contidas nos próprios relatórios do BNDES, podemos aferir que o baixo nível de atuação apresentado pelo programa no período está estreitamente vinculado à própria conjuntura política e econômica vivenciada no país. Além disso, fatores relacionados à atuação da agência estatal no início dos anos 1990 contribuíram para o desempenho verificado.

De forma geral, o período que vai de 1990 a 1993 é marcado por muita instabilidade no âmbito político e, principalmente, no econômico. O país apresentou baixo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) durante esses anos ²³⁰ e considerável declínio da taxa de investimento (medida pela formação bruta de capital fixo) desde o final da década anterior, quando passou de 23% para 16,7% do PIB, no final de 1989.²³¹ Também apresentou altos índices de inflação, tendendo à superinflação (superiores a 80% ao mês) em 1990 e que persistiu nos anos subsequentes, inibindo não só o investimento privado, mas também o público, em

²³⁰ Segundo Paiva, em 1992, em toda a América Latina, “o PIB havia crescido cerca de 4%, enquanto a taxa de crescimento do PIB no Brasil apresentou uma queda de 1%”. PAIVA, Márcia de. *BNDES: um banco de história...* *op. cit.* p. 102.

²³¹ BNDES. Relatório Anual de 1990... *op. cit.* p. 4.

razão da corrosão por ela provocada no valor dos impostos e tarifas.²³² Além disso, verificaram-se quedas consideráveis nos níveis de produção industrial, que já em 1990, declinou 8,6%; na agropecuária, 4,4%; nos serviços, 0,7%; e no setor de bens de capital, único setor cuja produção recebia financiamento do BNDES nesse período, 15,3%. Essa tendência também foi observada nos anos posteriores, mas com melhoras pontuais no PIB de alguns setores: em 1991, verificou-se crescimento na agropecuária e nos serviços e pequena melhora no de bens de capital; em 1992, a produção agregada apresentou queda novamente, sendo que o setor agropecuário foi o único em que se verificou crescimento, de 8%.²³³ É razoável ressaltar, ainda, que as exportações declinaram em 1990 (de US\$ 34,3 bilhões, em 1989, para US\$ 31,4 bilhões) e seguiram sofrendo pequenas oscilações nos anos posteriores (US\$ 31,6, em 1991; US\$ 36,1, em 1992; e US\$ 38,5 bilhões, em 1993).²³⁴ Por fim, o ambiente econômico se tornou ainda mais instável devido a conjuntura política conturbada, que teve como principal consequência o processo de *impeachment* do presidente da República Fernando Collor, aprovado pela Câmara dos Deputados no dia 29 de fevereiro de 1992.²³⁵

Com relação especificamente ao BNDES, alguns elementos podem ser elucidativos da tendência evidenciada no período em questão. De acordo com o relatório de atividades de 1993, o crescimento nos desembolsos apresentado em 1992 foi interrompido em 1993 por um aumento significativo dos deferimentos nos últimos três meses do ano. Essa redução ocorreu, nesse sentido, como resposta às alterações nas taxas de juros e pela equalização em níveis das taxas de juros internacionais e pela retirada do compromisso de os bancos agentes cobrirem os riscos das operações, quando estas forem realizadas dentro do convênio de créditos recíprocos dos países membros da Aladi. Contudo, como mostra o mesmo relatório, já se previa o retorno de seu crescimento em mais de 300% para o ano seguinte.²³⁶

²³² BNDES. Relatório Anual de 1990... *op. cit.* p. 4; BNDES. Relatório Anual de 1991... *op. cit.* p. 4; Segundo Paiva, “[n]o ano seguinte [1993, já com Itamar Franco como presidente], a situação não foi melhor. Uma recessão aguda associada uma hiperinflação foi a receita que quase paralisou a economia brasileira. O déficit público estava em alta; a produção, estagnada; e os índices de desemprego continuavam a subir. Temia-se que a inflação atingisse a fabulosa cifra de 2.000%. Nesse ano, a imprensa noticiou que o Brasil havia conquistado o mais alto índice de inflação registrado no mundo”. PAIVA, Márcia de. *BNDES: um banco de história...* *op. cit.* p. 102.

²³³ BNDES. Relatório Anual de 1990... *op. cit.* p. 7; BNDES. Relatório Anual de 1991... *op. cit.* p. 4, 5; BNDES. Relatório Anual de 1992. Disponível em: <<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/3838>>. Acesso em 24 de set. de 2017. p. 4.

²³⁴ BNDES. Relatório Anual de 1990... *op. cit.* p. 8; BNDES. Relatório Anual de 1992... *op. cit.* p. 6; BNDES. Relatório Anual de 1994. Disponível em: <<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/3862>>. Acesso em 24 de set. de 2017. p. 15.

²³⁵ PAIVA, Márcia de. *BNDES: um banco de história...* *op. cit.* p. 102.

²³⁶ BNDES. Relatório Anual de 1993. Disponível em: <<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/3861>>. Acesso em 24 de set. de 2017. p. 47.

Contudo, entendemos que há que se levar em consideração outros aspectos para entender o desenvolvimento do apoio à exportação concedido pelo Finamex nesses anos. O primeiro deles é o fato de o financiamento às exportações terem acompanhado, em certa medida, os desembolsos totais do próprio BNDES. Apesar de o banco dispor, a partir de 1988, de uma importante fonte de recursos – o Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT)²³⁷ – seus desembolsos também apresentaram um crescimento bastante modesto durante o período assinalado e, somente a partir de 1994, passou a expandir de forma considerável. Os valores liberados pela instituição no período foram de US\$ 3 bilhões em 1991, US\$ 3,1 em 1992, US\$ 3,2 em 1993 e, já no ano seguinte, em 1994, expandiu-se consideravelmente, passando a US\$ 5,5 bilhões.²³⁸ Esse fato também porta estreita relação com a situação econômica e política anteriormente descrita.

Outro aspecto a ser ressaltado é que, em consonância com o governo federal, a atuação do BNDES no período estava voltada principalmente para a implementação das políticas de privatização. Além disso, a partir de 1990, o banco empreendeu reformas de cunho administrativo e patrimonial no âmbito da própria instituição. Segundo o relatório referente a esse ano, por exemplo, foram extintas 23 gerências (16% das funções de confiança do banco); a Assessoria de Segurança e Informações (ASI); duas diretorias da BNDESPAR que, juntamente com a Finame, reduziram 20% de suas funções de confiança. Depois disso, houve mais cortes no interior do quadro da instituição, com a eliminação de cinco das 21 gerências da agência estatal. E no bojo dessa reestruturação administrativa, ocorreram 275 demissões (13% do quadro de pessoal existente anteriormente).²³⁹ Ou seja, pode-se dizer que o financiamento das atividades produtivas, bem como da exportação das mesmas, deteve um papel secundário nas prioridades do banco no início da década.

Por fim, faz-se necessário sublinhar dois aspectos que podem ser elucidativos da tendência em discussão. O primeiro deles é a incipiência do próprio Finamex, com menos de quatro anos de existência, em 1993, e apenas três anos em que esteve efetivamente em operação. Em segundo lugar, os desembolsos atendiam somente as empresas exportadoras do setor de bens de capital, que podem ter sido afetadas pela conjuntura de recessão e instabilidade econômico-política existente durante esses primeiros anos da década de 1990.

A partir de 1994, o crescimento mais acelerado tanto nos valores dos desembolsos quanto no número de operações realizadas pelo Finamex está estreitamente vinculado a uma

²³⁷ BNDES. Relatório Anual de 1990... *op. cit.* 11-12.

²³⁸ BNDES. Relatório Anual de 1994... *op. cit.* p. 36.

²³⁹ BNDES. Relatório Anual de 1990... *op. cit.* p. 48.

sensível melhora no ambiente econômico doméstico, a partir do Plano Real. Destaca-se, nesse sentido, que a expansão do PIB foi de 5,7%, nesse ano, puxado sobretudo pelo crescimento da indústria, que foi de 7%. E esse crescimento foi liderado pelo setor de bens de capital, único setor beneficiado pelas linhas de financiamento à exportação do BNDES e que contribuiu com 5,2 pontos percentuais nos 7% de crescimento verificado na indústria em geral.²⁴⁰

O crescimento da indústria foi verificado durante os anos seguintes, 1995 e 1996, porém de forma mais contida, 2% e 2,3%, respectivamente. E o setor de bens de capital, que havia liderado o crescimento industrial em 1994, experimentou queda considerável no período. Segundo o relatório de atividades do BNDES, o mesmo decresceu 14,9%, ou seja, um declínio maior do que o ocorrido na taxa de investimento, no qual a formação bruta de capital fixo passou de 16,6% do PIB, em 1995, para 16,1% no ano seguinte. Outros setores, no entanto, ganharam força como, por exemplo, a agropecuária, que expandiu 5,9% em 1995 e, um pouco menos no ano seguinte, 3,1%; o de serviços cresceu 5,7%, naquele ano, e, em 1996, seguindo a mesma tendência dos demais setores da economia, cresceu apenas 3,3%.²⁴¹

Da mesma forma que no triênio 1991-1993, nos três anos posteriores, o desempenho do Finamex está relacionado à evolução das exportações brasileiras de forma geral que, de 1994 a 1996, alcançaram as cifras de US\$ 43,4 bilhões, US\$ 46,5 bi e US\$ 47,7 bi, respectivamente ²⁴². Esse crescimento se deve, em grande medida, à consolidação do Mercosul²⁴³, um dos principais destinos das exportações brasileiras no período. No entanto, faz-se necessário pontuar que, a partir de 1994, as exportações também foram influenciadas pelo *boom* sofrido nos preços das *commodities* (destaque para milho, trigo e soja) no mercado internacional.²⁴⁴ Não por acaso, entre 1995 e 1996, nota-se um crescimento menos pujante das exportações de bens de capital financiadas pelo Finamex, se comparado com o período entre 1994 e 1995, ao mesmo tempo em que outros setores produtivos apresentaram maior crescimento do que o observado naquele setor.

²⁴⁰ BNDES. Relatório Anual de 1994... *op. cit.* p. 7.

²⁴¹ BNDES. Relatório Anual de 1995. Disponível em: <<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/3863>>.

Acesso em 24 de set. de 2017. p. 7, 10; BNDES. Relatório Anual de 1996. Disponível em: <<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/3864>>. Acesso em 24 de set. de 2017. p. 9, 10, 12.

²⁴² BNDES. Relatório Anual de 1994... *op. cit.* p. 15; BNDES. Relatório Anual de 1995... *op. cit.* p. 10; BNDES. Relatório Anual de 1996... *op. cit.* p. 14.

²⁴³ BNDES. Relatório Anual de 1994... *op. cit.* p. 7.

²⁴⁴ BNDES. Relatório Anual de 1994... *op. cit.* p. 7; Segundo o relatório de atividades do BNDES, o crescimento das exportações em 1996 esteve ligado aos bens básicos que, em virtude do boom dos preços de alguns produtos, particularmente a soja, cresceram 11%. Enquanto que os manufaturados cresceram a uma taxa de apenas 3,2%, e os semifaturados diminuíram em 8,7%. BNDES. Relatório Anual de 1996... *op. cit.* p. 9-10, 14; “O setor agrícola foi também bastante beneficiado pela nova conjuntura. Houve um verdadeiro boom do agronegócio [...]”. PAIVA, Márcia de. *BNDES: um banco de história...* *op. cit.* p. 118.

Com relação particularmente ao BNDES, deve-se observar alguns elementos que se apresentam como indispensáveis para o entendimento da atuação mais intensa da agência estatal no fomento das exportações de máquinas e equipamentos. Em primeiro lugar, a expansão dos valores desembolsados pela Finamex acompanhou, em certa medida, a própria elevação dos desembolsos totais do BNDES, que foi de US\$ 5,5 bilhões em 1994, para US\$ 7,7 em 1995 e, finalmente, US\$ 9,6 em 1996.²⁴⁵

Em segundo lugar, essa expansão está relacionada à equalização das taxas de juros aos níveis das taxas internacionais; e à retirada da responsabilidade dos agentes financeiros pelos riscos das operações nos casos de exportações realizadas no âmbito do Convênio de Créditos Recíprocos (CCR), acordado entre os países membros da Associação Latino Americana de Integração (Aladi).²⁴⁶ Essa questão que, como mencionado anteriormente, teve importante contribuição na redução dos desembolsos do Finamex, em 1993, em função do aumento dos deferimentos à concessão de empréstimos pelo programa.

Por fim, deve-se mencionar que, por meio da medida provisória 684, de 31 de outubro de 1994 (reeditada pelas Medidas Provisórias 743, de 2 de dezembro de 1994, e 802, de 30 de dezembro de 1994), foi criada a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)²⁴⁷, também responsável pelo aumento, a partir de dezembro do mesmo ano, da demanda geral pelos empréstimos do BNDES. A TJLP se tornou ainda mais decisiva na evolução dos desembolsos do banco a partir do ano seguinte. A mesma passou de 26,01% ao ano, no início de 1995 para 11,02% em dezembro de 1996.²⁴⁸

Buscamos apresentar neste subcapítulo alguns aspectos da atuação do BNDES no fomento às exportações durante esses sete anos da década de 1990. Viu-se que as linhas de financiamento da Finamex tiveram uma participação modesta nos desembolsos totais do programa até 1993, mas que, a partir do ano seguinte, expandiram consideravelmente. Os desembolsos pós-embarque foram progressivamente aumentando, chegando a concentrar parcelas cada vez maiores das liberações totais, indicando o aprofundamento do apoio da agência estatal à atuação internacional das empresas brasileiras.

²⁴⁵ BNDES. Relatório Anual de 1999. Disponível em: <<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/3867>>. Acesso em 24 de set. de 2017. p. 51.

²⁴⁶ BNDES. Relatório Anual de 1994... *op. cit.* p. 55.

²⁴⁷ A TJLP foi extinta em 1º de janeiro de 2018, já durante o governo de Michel Temer. Passou a vigorar a TLP – Taxa de Longo Prazo – para os contratos de financiamento firmados a partir daquela data. Ver em: BNDES. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/guia/custos-financeiros/taxajuros-longo-prazo-tjlp>>. Acesso em 29 de mar. de 2018.

²⁴⁸ BNDES. Relatório Anual de 1996... *op. cit.* p. 6.

A seguir, trataremos da política do BNDES a partir de 1997, ano em que o Finamex foi convertido em BNDES-Exim. Esse momento parece indicar uma inflexão no tocante à inserção das empresas brasileiras no cenário internacional. Como veremos adiante, por meio desse programa, o BNDES passou a desembolsar valores cada vez maiores e a constar como principal suporte à exportação até o fim da década seguinte. Os desembolsos, seus destinos, empreendimentos apoiados, empresas priorizadas, dentre outras questões, conformam as questões centrais dos assuntos abordados no tópico.

– O BNDES-Exim e a inserção internacional do grande capital (1997 a 2010):

O ano de 1997 constituiu um marco importante na recente história das políticas do BNDES em apoio às exportações brasileiras. O Finamex, que, desde 1994, vinha expandindo progressivamente o seu papel no comércio exterior de bens de capital, foi convertido em um novo programa, o BNDES-Exim. Além das linhas de financiamento já existentes, a pré-embarque e a pós-embarque, o programa inaugurou a pré-embarque especial, destinada a financiar a produção nacional de bens exportáveis, sem vinculação com embarques específicos.²⁴⁹ E também ampliou a concessão de empréstimos à exportação de inúmeros outros produtos como, por exemplo, obras de engenharia, químicos, têxteis, eletrônicos, calçados, couro e alimentos.²⁵⁰

A intenção de criar no âmbito do BNDES uma agência que funcionasse nos moldes de um banco de fomento à exportação já era anunciada pela grande imprensa brasileira em 1996. Segundo notícia do jornal Folha de São Paulo, o então presidente da instituição, Luiz Carlos Mendonça de Barros, afirmava que o modelo a ser adotado seria o do *Eximbank* do Japão. Com isso, objetivava criar as condições julgadas necessárias para que a agência estatal pudesse destinar, ainda durante a sua gestão, 40% do total de seus recursos para financiar as exportações.²⁵¹

Nesse sentido, Mendonça de Barros organizou uma missão envolvendo funcionários de distintas áreas do BNDES para uma viagem à Tóquio, no Japão, para um processo de aprendizagem que teve como resultado a criação do BNDES-Exim. Esse episódio é relatado pelo economista e representante da área financeira do banco, Gil Bernardo Borges Leal:

²⁴⁹ BNDES. Relatório Anual de 1997... *op. cit.* p. 32.

²⁵⁰ PAIVA, Márcia de. *BNDE: um banco de história...* *op. cit.* p. 124.

²⁵¹ SANTOS, Francisco. BNDES quer ampliar crédito à exportação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/6/21/dinheiro/16.html>>. Acesso em 26 de jan. de 2018.

Eu participei de uma missão do Banco no Japão em 1996. O Banco tinha um Departamento de Exportação e queria transformá-lo em uma área. Na época, o presidente do Banco que criou a Área de Exportação falou: “Precisamos tornar essa área efetiva.” Acho que pela primeira vez na história do Banco um presidente reuniu um chefe de gabinete, um diretor, o superintendente de exportação, o novo chefe do Departamento de Exportação, um representante da Área Financeira, que era eu, e outro da Área de Crédito. Nós ficamos duas semanas em Tóquio, em reuniões diárias com o Japan Bank for International Cooperation (JBIC), que é o banco de exportação japonês, discutindo, aprendendo e vendo como eles faziam. Foi riquíssimo participar daquele projeto, depois voltar e ver a área que não tinha muita atividade se tornar uma das mais importantes, que mudou o perfil do Banco. O BNDES passou a participar mais das exportações brasileiras e a ser um indutor de exportação de bens e serviços.²⁵²

A entrevista evidencia a posição de centralidade que as exportações passariam a ocupar nas políticas do BNDES e, ao mesmo tempo, a importância do BNDES-Exim no apoio ao comércio exterior das empresas que atuam no Brasil. Mais do que isso, a prioridade que seria conferida aos financiamentos de grande envergadura, sobretudo os destinados aos setores aeroespacial e de construção pesada.

Já em setembro de 1997, por exemplo, destaca-se a assinatura de um contrato no valor de US\$ 202 milhões com o *The State Development Bank of China (SDB)*, para financiar a exportação de equipamentos para a usina hidrelétrica de Três Gargantas, por empresas brasileiras. E no mês seguinte, o BNDES-Exim realizou outra operação referente a um contrato firmado entre a empresa brasileira de aeronaves, a Embraer, e a maior empresa do mundo no setor de aviação regional, a norte-americana AMR Eagle Inc. Nesse caso, o BNDES se comprometeu em desembolsar US\$ 1,1 bilhão para financiar a fabricação e a exportação de 67 aeronaves a jato ERJ-145 pela Embraer.²⁵³

Nesse sentido, os desembolsos do BNDES-Exim sofreram expressiva expansão nos anos posteriores, alcançando taxas muito superiores a um bilhão de dólares. De US\$ 388,3 milhões desembolsados pelo Finamex em 1996, o mesmo passou a um total de US\$ 1,185 bilhão no seu primeiro ano de operação com esse novo formato. E seguiu expandindo suas liberações até 2003, quando os desembolsos atingiram US\$ 4 bilhões (Tabela 3.4).

²⁵² PAIVA, Márcia de. *BNDES... op. cit.* p. 123.

²⁵³ BNDES. Relatório Anual de 1997... *op. cit.* p. 30.

Tabela 3.4 – Evolução dos desembolsos do BNDES-Exim, 1997-2003 (em US\$ milhões):

Ano	Pré-Embarque		Pós-Embarque		Total	
	US\$	Nº de operações	US\$	Nº de operações	US\$	Nº de operações
1997	593,5	99	591,82	1.708	1.185	1.807
1998	987,8	260	1.076,8	1.745	2.064,6	2.005
1999	940,0	334	1.160,5	973	2.100,5	1.307 ²⁵⁴
2000 ²⁵⁵	1.298,2		1.778,2		3.076,4	
2001					2,6	
2002 ²⁵⁶	700.610	536	2.669.573	556	3.947.603	1.313
2003	1.496.627	514	2.025.340	454	4.006.506	1.118

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de: BNDES. Relatório Anual de 2003. *Disponível em:* <<https://web.bndes.gov.br/bib/bib/jspui/handle/1408/682>>. Acesso em 01 de nov. de 2016. p. 41.

Percebe-se na Tabela 3.4 que os desembolsos totais do BNDES-Exim, que já haviam se elevado consideravelmente na passagem de 1996 para 1997, sofreu outro contundente aumento em 1998, atingindo US\$ 2,06 bilhões. No ano seguinte, o crescimento apresentado foi bastante modesto, quando comparado ao verificado no ano anterior (US\$ 2,1 bilhões). Depois disso, observa-se outro salto no valor desembolsado pelo programa, alcançando US\$ 3,07 bilhões, em 2000 e, já em 2001, uma redução para US\$ 2,6 bilhões. Por fim, as liberações voltam a subir em ritmo mais acelerado no ano seguinte, US\$ 3,9 bilhões e, de forma menos expressiva em 2003, quando alcança a cifra de US\$ 4 bilhões.

Pode-se afirmar que as liberações do BNDES-Exim sofreram considerável aumento nesses anos, por um lado, mas também que esse processo foi marcado por notáveis nuances, por outro. Isso se deve, em grande medida, à situação bastante instável da economia internacional e doméstica no período. Entre 1997 e 2000, por exemplo, a expansão dos desembolsos para a exportação está estreitamente vinculada à percepção de que era necessário solucionar o problema do déficit nas transações correntes do país. Esse déficit foi provocado, sobretudo, pela

²⁵⁴ O valor é resultante da soma das linhas pré e pós-embarque. Não obtivemos informações se foram realizadas operações através da linha pré-embarque especial. Em 1997, foram 60 nessa linha.

²⁵⁵ Até o ano de 2000, ver valores desembolsados pelo BNDES-Exim em: BNDES. Relatório Anual de 2000. *Disponível em:* <<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/3870>>. Acesso em 24 de set. de 2017. p. 70.

²⁵⁶ Os valores referentes aos anos 2002 e 2003 podem ser encontrados em: BNDES. Relatório Anual de 2003... *op. cit.* p. 41.

redução das exportações para o mercado asiático, fortemente atingido pela crise internacional²⁵⁷ e pela expansão das importações que só voltou a reduzir em 2001.²⁵⁸

Associado a isso, destacam-se outros aspectos do ambiente econômico no país e no exterior nesse interregno, que influenciaram nas exportações brasileiras. O período foi marcado, por exemplo, pela queda nos preços das *commodities* internacionais, nos anos 1998 e 1999, e pela redução da demanda dos países latino-americanos, que constituíam o principal mercado de máquinas e equipamentos brasileiros. Por fim, a redução considerável das linhas financiamento à exportação, sobretudo no primeiro semestre de 1999.²⁵⁹

Depois de ensaiar uma pequena melhora na economia brasileira, em 2000, com crescimento do PIB (4,6%) e expansão do setor industrial²⁶⁰, o país voltou a ser afetado, dentre outras coisas, pela desaceleração da economia mundial e pela crise argentina, um dos principais destinos das exportações financiadas pelo BNDES. Em razão disso, os desembolsos do BNDES-Exim sofreram uma redução considerável, passando, como já mencionado anteriormente, de US\$ 3,07 bilhões, em 2000, para US\$ 2,6 bilhões, em 2001.

Nos anos seguintes, 2002 e 2003, as liberações das linhas de exportação acompanharam a expansão dos desembolsos do próprio BNDES, que saltaram de R\$ 25,7 bilhões em 2001, para R\$ 38,1 e R\$ 35 em 2002 e 2003, respectivamente.²⁶¹ Isso ajudou a amenizar os impactos da desaceleração da economia mundial, da crise argentina e da indefinição do processo eleitoral, a partir de 2002, nos resultados do programa.²⁶² Em 2003, o crescimento dos financiamentos do BNDES-Exim está relacionado também ao aumento das exportações brasileiras de bens e serviços, que apresentaram um crescimento de 14,2% no ano (14,8% nas vendas externas de bens e 10,9% nas de serviços – incluindo o setor da construção pesada).

Com relação ainda à tabela 3.4, é preciso tecer algumas considerações a respeito da interessante trajetória do número de operações realizadas e dos valores liberações por cada uma das linhas do BNDES-Exim. Com relação aos valores dos desembolsos, verifica-se que a linha pré-embarque representava, em 1997, a maior parcela no total desembolsado (50,63%), enquanto a pós-embarque concentrava um percentual um pouco menor (49,37%). Apesar de o

²⁵⁷ BNDES. Relatório Anual de 1997... *op. cit.* p. 18; BNDES. Relatório Anual de 1998. Disponível em: <<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/3866>>. Acesso em 24 de set. de 2017; BNDES. Relatório Anual de 1999... *op. cit.* p. 12.

²⁵⁸ BNDES. Relatório Anual de 1997... *op. cit.* p. 16, 18; BNDES. Relatório Anual de 2001. Disponível em: <<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/3871>>. Acesso em 24 de set. de 2017. p. 10.

²⁵⁹ BNDES. Relatório Anual de 1998... *op. cit.* p. 12; BNDES. Relatório Anual de 1999... *op. cit.* p. 12.

²⁶⁰ BNDES. Relatório Anual de 2000... *op. cit.* p. 9.

²⁶¹ BNDES. Relatório Anual de 2003... *op. cit.* p. 15.

²⁶² BNDES. Relatório Anual de 2003... *op. cit.* p. 66.

valor liberado em ambas as linhas de financiamento terem se elevado no decorrer dos anos posteriores, essa situação foi invertida, tendo a linha pós-embarque representado parcela cada vez maior do valor financiado pelo programa. Em 2003, por exemplo, a linha pré-embarque detinha apenas 37,37% dos desembolsos, enquanto a pós-embarque já representava 62,63% (Tabela 3.5).

Tabela 3.5 – Participação das linhas pré e pós-embarque nos desembolsos totais do BNDES-Exim, 1997-2003:

Ano	BNDES Exim Valor (US\$ bilhões)	Pré-embarque Participação (%)	Pós-Embarque Participação (%)
1997	1.185	50,63	49,37
1998	2.064,6	47,81	52,19
1999	2.100,5	44,76	55,24
2000	3.076,4	42,20	57,80
2001	2.6	-	-
2002	3.947,603	32,38	67,62
2003	4.006,506	37,37	62,63

Fonte: BNDES. Relatório Anual de 2003... *op. cit.* p. 41.

Como se pode ver na tabela 3.5, a linha pós-embarque concentrou parcela um pouco menor em 1997 e, progressivamente, foi ganhando prioridade nos desembolsos do BNDES-Exim. Isso é representativo, em primeiro lugar, da posição de destaque que os desembolsos pós-embarque ocupam nas liberações do programa, desde a sua criação, em 1992.²⁶³ Em segundo lugar, evidencia que em momentos de grande instabilidade econômica, tanto em âmbito doméstico quanto internacional, os desembolsos pós-embarque não se elevam em níveis muito superiores aos verificados na linha pré-embarque. Esse fato pode ser observado ao analisar as liberações no âmbito das referidas linhas de financiamento em conjunturas como, por exemplo, entre 1990 e 1993 e no interregno entre 1998 e 2001. E, como veremos adiante, indica também o avanço das exportações de grande envergadura, sobretudo obras de infraestrutura, a partir do início dos anos 2000.

No tocante ao número de operações verifica-se uma tendência oposta à observada na evolução da participação dos desembolsos. A linha pós-embarque representou 94,52% das operações em 1997, enquanto a pré-embarque foi responsável por apenas 5,48% das mesmas. Durante os anos seguintes, essa linha de financiamento passou a corresponder a parcelas cada vez maiores no número de operações do BNDES-Exim, chegando a superar a primeira. Em

²⁶³ Ver Tabela 3.1, p. 78.

2003, por exemplo, a linha pré-embarque realizou 45,97% das operações, contra 40,6% no âmbito da linha pós-embarque (Tabela 3.6).

Tabela 3.6 – Participação das linhas pré e pós-embarque no número de operações realizadas pelo BNDES-Exim, 1997-2003:²⁶⁴

Ano	Nº de operações BNDES Exim	Operações Pré-embarque (%)	Operações Pós-embarque (%)
1997	1.807	5,48	94,52
1998	2.005	12,97	87,03
1999	1.307	25,56	74,44
2000	-	-	-
2001	-	-	-
2002	1.313	40,82	42,34
2003	1.118	45,97	40,60

Fonte: BNDES. Relatório Anual de 2003... *op. cit.* p. 41.

Durante o período entre 1991 e 1996, houve crescimento no âmbito das duas linhas de financiamento do BNDES-Exim (antigo Finamex).²⁶⁵ Conforme verificamos, a linha pré-embarque realizou 57 operações (100% das mesmas) em 1991, chegando a 177 operações (12,04%) em 1996; e a linha pós-embarque efetuou apenas 64 (33,06%) operações em 1992 e, depois de sofrer expressivo aumento nesse período, atingiu o total de 1.293 (87,96%) operações em 1996. Ou seja, ambas as linhas de financiamento sofreram considerável crescimento do número de operações, com particular destaque para a pós-embarque.

A partir de 1997, como fica evidente na tabela 3.6, ocorreu um processo inverso do assinalado no período anterior. Por um lado, percebe-se um aumento significativo da participação da linha pré-embarque no total de operações, na medida em que os desembolsos se elevavam. Por outro, verifica-se considerável redução da participação da linha pós-embarque no número de operações, ao mesmo tempo em que os valores de desembolsados se tornavam cada vez mais vultosos, se comparado com os realizados no âmbito da linha pré-embarque. Essa inflexão é representativa do padrão de acumulação que o capitalismo brasileiro atingiu durante esses anos de avanço das políticas de abertura comercial e privatizações. Além disso, indica o alto grau de concentração dos desembolsos, sobretudo do BNDES-Exim pós-embarque a partir desses anos, e que pode ser observado até o final do período enquadrado nessa pesquisa, o ano de 2010.

²⁶⁴ Os cálculos realizados na obtenção dos valores apresentados na Tabela 3.6 não consideraram a participação da linha pré-embarque especial, pois, não conseguimos acessá-los.

²⁶⁵ Tabela 3.1 e 3.3 das páginas 78 e 80, respectivamente.

Se durante a década de 1990, um contexto de muita instabilidade tanto da economia mundial quanto da doméstica e marcado por sucessivas crises, o BNDES-Exim passou a ter cada vez mais destaque no fomento às exportações brasileiras e lugar privilegiado nas políticas da agência estatal, nos primeiros dez anos do século XXI não foi diferente. O mesmo foi responsável por desembolsos cada vez mais vultosos, a partir de 2004, ano em que as liberações atingiram US\$ 3,86 bilhões. Nos anos posteriores, os dispêndios expandiram de forma ainda mais acelerada, atingindo a cifra de US\$ 11,3 bilhões, em 2010 (Tabela 3.7).

Tabela 3.7 – Evolução dos desembolsos do BNDES-Exim, 2004-2010 (em US\$ bilhões):

Ano	Pré-Embarque	Pós Embarque	BNDES Exim
2004	1.8	2.0	3,8
2005	3,1	2.7	5,8
2006	4.5	1.9	6,4
2007	1.7	0,7	2,4 ²⁶⁶
2008	4,9	1.7	6,6
2009	6.2	2.1	8,3
2010	8,9	2.4	11,3

Fonte: Relatório Anual de 2005... *op. cit.* p. 148; BNDES. Relatório Anual de 2006. *Disponível em:* <<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/918>>. Acesso em 01 de nov. de 2016. p. 98; IGLESIAS, Roberto. Algunos elementos para caracterizar los intereses... *op. cit.* p. 185 (Quadro 5); BNDES. Relatório Anual de 2008. *Disponível em:* <<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/927>>. Acesso em 01 de nov. de 2016. p. 120; BNDES. Relatório Anual de 2009. *Disponível em:* <<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/928>>. Acesso em 01 de nov. de 2016. p. 102; BNDES. Relatório Anual de 2010. *Disponível em:* <<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/929?mode=full>>. Acesso em 01 de nov. de 2016. p. 86; BNDES. *Disponível em:* <<http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/>>. Acesso em 11 de set. de 2014.

Em grande medida, contribuiu para esse vultoso crescimento dos desembolsos do BNDES-Exim o retorno do crescimento da economia brasileira, no bojo da recuperação da economia mundial. No âmbito externo, o período foi marcado, por exemplo, pela alta dos preços das *commodities* no mercado internacional e aumento da demanda chinesa pelas exportações brasileiras, principalmente, de soja e minério de ferro²⁶⁷. Segundo Bugiato, além de reduzir o déficit em transações correntes do balanço de pagamentos, a expansão das exportações brasileiras a partir de 2003 possibilitou que o governo federal implementasse uma

²⁶⁶ Valor referente apenas ao primeiro semestre do ano. Não obtemos a informação sobre o valor alcançado até o fim do ano de 2007.

²⁶⁷ PINTO, João Roberto Lopes. BNDES: o reforço à dinâmica dos negócios. *Le Monde Diplomatique Brasil*, out. de 2008.

política econômica calcada em um expressivo aumento do crédito. Para o autor, isso é o principal fator explicativo do considerável crescimento do PIB²⁶⁸, do consumo, também do emprego e salário, enfim, do aquecimento da economia brasileira, sobretudo no segundo mandato do governo Lula.²⁶⁹ Além disso, verificou-se forte expansão dos investimentos em setores como indústria, agropecuária e infraestrutura. Por fim, é necessário sublinhar que desde 2003 e, em virtude do crescimento do PIB, viu-se a implementação de um conjunto de importantes políticas sociais como, por exemplo, o Bolsa Família (2003)²⁷⁰, o Programa Universidade para Todos – Prouni (2005)²⁷¹, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni (2007)²⁷², o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)²⁷³ nesse mesmo ano, o Programa Minha Casa, Minha Vida – MCMV (2009)²⁷⁴ e outras que contribuíram para a expansão econômica observada no período.²⁷⁵

Associado ao ambiente econômico interno e externo favorável, deve-se ressaltar que a expansão dos desembolsos do BNDES-Exim está estreitamente relacionada à intensificação do suporte estatal à transnacionalização das empresas com sede no país. Nesse sentido, a centralidade conferida ao apoio às exportações pelas políticas industriais implementadas pelo governo federal pode ser observada na Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior – PICE (2003) e na Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP (2008)²⁷⁶. Também pode ser verificada essa prioridade ao analisar a contundente atuação da diplomacia brasileira no âmbito das iniciativas de integração regional, sobretudo via IIRSA (inaugurada em 2002), na criação de um mercado cada vez mais próspero para as empresas brasileiras, particularmente, para as empreiteiras.²⁷⁷ Os incentivos foram visíveis ainda através dos vultosos aportes de recursos do

²⁶⁸ Ver também ANDERSON, Perry. O Brasil de Lula... *op. cit.* p. 28.

²⁶⁹ BUGIATO, Caio Martins. *A política de financiamento do BNDES...* *op. cit.* p. 128.

²⁷⁰ Ministério do Desenvolvimento Social. Bolsa Família. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/bolsafamilia/o-que-e>>. Acesso em 04 de mai. de 2018.

²⁷¹ O Prouni foi criado pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Ver: Prouni. Disponível em: <http://sitepruni.mec.gov.br/tire_suas_duvidas.php#conhecendo>. Acesso em 04 de mai. de 2018.

²⁷² O Reuni foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007 e é uma das ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Ver em: Ministério da Educação. Reuni. Disponível em: <<http://reuni.mec.gov.br/>>. Acesso em 04 de mai. de 2018.

²⁷³ Ministério do Planejamento. PAC. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>>. Acesso em 04 de mai. de 2018.

²⁷⁴ CAIXA. Programa Minha Casa, Minha Vida. Disponível em: <http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/programas_habitacao/entidades/entidades.asp>. Acesso em 04 de mai. de 2018.

²⁷⁵ Ver essas e outras informações sobre as políticas sociais dos governos Lula (2003-2010) em: BUGIATO, Caio Martins. *A política de financiamento do BNDES...* *op. cit.* p. 143-147.

²⁷⁶ Para saber mais detalhadamente sobre a política industrial do período que vai de 2003 a 2010, ver em: BUGIATO, Caio Martins. *A política de financiamento...* *op. cit.* p. 136-140.

²⁷⁷ Ver estudos sobre o papel do Estado Brasileiro na expansão dos capitais brasileiros para a América do Sul em: BARROS, Larissa Martins Monteiro de. *A Iniciativa para a integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana*

governo federal, como medida anticíclica no contexto da crise financeira internacional, a partir de 2008, quando o BNDES expandiu seus financiamentos às atividades produtivas, bem como à internacionalização das mesmas. Assim, em 2008, por meio de duas medidas provisórias, foi autorizada a captação de créditos junto ao Tesouro Nacional no valor de R\$ 12,5 bilhões e R\$ 15 bilhões, respectivamente.²⁷⁸ No ano seguinte, mais R\$ 100 bilhões foram transferidos pela União à agência estatal.²⁷⁹ Por fim, em 2010, foram repassados mais R\$ 104 bilhões do Tesouro Nacional ao BNDES.²⁸⁰

Destaca-se, ainda, o papel cada vez mais decisivo do BNDES nos processos anteriormente arrolados. Assim, seus desembolsos sofreram uma impressionante expansão nos anos posteriores, saltando de R\$ 39,8 bilhões, em 2004, para R\$ 168,4 bilhões, em 2010.²⁸¹ Além disso, sublinham-se as diversas medidas implementadas no âmbito das linhas de financiamento do BNDES-Exim, sobretudo na pré-embarque, em 2006, que contribuíram para o crescimento da demanda por crédito junto ao programa. Dentre essas medidas, que tiveram como objetivo simplificar o processo de concessão e reduzir os custos dos financiamentos destaca-se: 1) Pré-Embarque: medidas que flexibilizaram a forma e os prazos de amortizações, a inauguração da linha Pré-Embarque Ágil (destinada ao financiamento de empresas produtoras de bens seriados), e redução dos *spreads*, que ficaram entre 2% e 3%; 2) Pós-Embarque: flexibilização e redução do *spread* básico do BNDES de 2% para, no mínimo 1% ao ano.²⁸² Por fim, a TJLP também foi reduzida de 6,5% para 6,25% a. a. em 2007²⁸³ e, em seguida, para 6% a. a. em 2009²⁸⁴.

É necessário ressaltar, ainda, mais dois aspectos fundamentais para entender as altas taxas dos desembolsos do BNDES-Exim no período. O primeiro se refere ao estabelecimento de uma linha de crédito à República de Angola no total de US\$ 1,75 bilhão, destinada à exportação de obras de engenharia para o país, sendo que, já em dezembro de 2007, a carteira

e a expansão internacional dos capitais brasileiros. Dissertação de Mestrado em Economia Política Internacional. Rio de Janeiro: UFRJ, 2018.

²⁷⁸ As medidas provisórias referentes às duas captações realizadas pelo BNDES junto ao Tesouro Nacional foram, respectivamente, a MP 414, de 2008, convertida na Lei 11.688, de 2008 e a MP 439, de 2008, convertida na Lei 11.805, de 2008. Ver em: BNDES. Relatório Anual de 2008... *op. cit.* p. 130.

²⁷⁹ Essa nova concessão de crédito foi respaldada pela Lei 11.948, de 2009. Ver em: BNDES. Relatório Anual de 2009... *op. cit.* p. 144.

²⁸⁰ Dos R\$ 104,75 bilhões, R\$ 80 bilhões foram autorizados pela Lei 12.249/2010 e R\$ 24,75 bilhões pela Medida Provisória 505/2010. Ver BNDES. Relatório Anual de 2010... *op. cit.* p. 111.

²⁸¹ Os desembolsos do BNDES continuaram se expandindo até o ano de 2013, quando atingiram os R\$ 190,4 bilhões.

Ver em: OLIVEIRA, Alexandre Lourenço. O BNDES como ator das relações... *op. cit.* p. 4.

²⁸² BNDES. Relatório Anual 2006... *op. cit.* p. 98, 100.

²⁸³ BNDES. Relatório Anual de 2007. Disponível em: <<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/1802>>. Acesso em 01 de nov. de 2016. p. 5.

²⁸⁴ BNDES. Relatório Anual de 2009... *op. cit.* p. 12.

total de operações alcançava US\$ 1 bilhão.²⁸⁵ O segundo refere-se à maior inserção do BNDES no cenário internacional, com o objetivo de expandir as oportunidades de negócios para as empresas brasileiras, bem como angariar novas fontes de recursos para melhor suportar o acelerado processo de internacionalização verificado a partir de 2006.²⁸⁶

Com relação à evolução das linhas de financiamento pré-embarque e pós-embarque do BNDES-Exim, verifica-se uma tendência bem distinta da evidenciada no período anterior. Nota-se que, a partir de 2004, a linha pré-embarque passou a corresponder a percentuais cada vez maiores nos desembolsos do BNDES-Exim, enquanto que a linha pós-embarque declinava ao longo dos anos. Esta, que representava 52,6% dos desembolsos em 2004, chegou em 2010 representando apenas 20,3% das liberações totais, enquanto que a primeira saltava de um percentual de 47,4% para 79,7% do valor desembolsado no mesmo período (Tabela 3.8).

Tabela 3.8 – Participação das linhas pré-embarque e pós-embarque nos desembolsos totais do BNDES-Exim, 2004-2010:

Ano	BNDES-Exim (US\$)	Pré-Embarque (%)	Pós-Embarque (%)
2004	3,8	47,4	52,6
2005	5,8	53,4	46,6
2006	6,4	70,3	29,7
2007	2,4	71,0	29,0
2008	6,6	74,2	25,8
2009	8,3	74,7	25,3
2010	11,3	79,7	20,3

Fonte: Elaboração própria com base nos dados disponíveis em: BNDES. Relatório Anual de 2005. *Disponível em:* <<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/917>>. Acesso em 01 de nov. de 2016. p. 148; BNDES. Relatório Anual de 2006. *Disponível em:* <<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/918>>. Acesso em 01 de nov. de 2016. p. 98; IGLESIAS, Roberto. Algunos elementos para caracterizar los intereses brasileños... *op. cit.* p. 185 (Quadro 5); BNDES. Relatório Anual de 2008. *Disponível em:* <<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/927>>. Acesso em 01 de nov. de 2016. p. 120; BNDES. Relatório Anual de 2009. *Disponível em:* <<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/928>>. Acesso em 01 de nov. de 2016. p. 102; BNDES. Relatório Anual de 2010. *Disponível em:* <<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/929?mode=full>>. Acesso em 01 de nov. de 2016. p. 86; BNDES. *Disponível em:* <<http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/>>. Acesso em 11 de set. de 2014.

A considerável expansão da participação dos desembolsos pré-embarque no total de liberações do BNDES-Exim a partir de 2005, mas, sobretudo, nos anos subsequentes a 2006, pode ser explicada pelas diversas medidas adotadas pelo BNDES neste ano, com o objetivo de: expandir os setores exportadores apoiados, flexibilizar o processo de tomada de empréstimos e os prazos de amortização e reduzir os custos dos financiamentos. Também está vinculada, como

²⁸⁵ BNDES. Relatório Anual de 2007... *op. cit.* p. 81.

²⁸⁶ BNDES. Relatório Anual de 2007... *op. cit.* p. 84-85.

veremos adiante, à queda na participação do setor de bens de capital nos desembolsos pós-embarque, passando de cerca de 90% dos desembolsos nessa linha em 2006 para 18% em 2007. Deve-se levar em consideração, ainda, a inflexão ocorrida nos financiamentos do BNDES, a partir de 2007, que deram considerável foco à expansão da infraestrutura do país, sobretudo no âmbito do PAC²⁸⁷. Por fim, a expressiva participação da linha pré-embarque nas liberações do BNDES-Exim foi influenciada pela crise financeira internacional, a partir de 2008, visto que para fazer frente à restrição na liquidez internacional e de crédito interno e externo a instituição expandiu seus desembolsos na fase pré-embarque.²⁸⁸

Contudo, um exame pouco atento das informações contidas na tabela 3.8 pode nos conduzir a conclusões errôneas sobre o papel dos desembolsos realizados através da linha pós-embarque do BNDES-Exim, entre 2004 e 2010, no processo de internacionalização das empresas brasileiras. Apesar de representar um percentual cada vez menor do valor total liberado anualmente pelo programa e de não ter sofrido uma expansão tão notável como a verificada no caso da linha pré-embarque, a linha pós-embarque teve uma atuação ainda mais destacada no apoio às exportações. Como veremos a seguir, além de continuar desembolsando uma quantidade de recursos consideravelmente alta, os seus financiamentos se tornaram cada vez mais concentrados em um restrito grupo de grandes empresas. Assim, a mesma foi fundamental para a reprodução e aprofundamento do padrão de acumulação monopolista surgido na segunda metade do século XX e impulsionado pelas políticas de privatização dos anos 1990.

De acordo com informações disponíveis no portal eletrônico do BNDES, os desembolsos realizados através da modalidade pós-embarque se destinaram, desde 1998, principalmente ao setor de bens de capital e ao financiamento à exportação de obras de infraestrutura (Tabela 3.9).

²⁸⁷ BNDES. Relatório Anual de 2007... *op. cit.* p. 8, 19.

²⁸⁸ BNDES. Relatório Anual de 2008... *op. cit.* p. 64.

Tabela 3.9 – Desembolsos pós-embarque do BNDES-Exim por categoria de uso, 1998-2010 (em US\$ milhões)²⁸⁹:

Ano	Bens de Capital	Obras de infraestrutura	Outros Setores	Total
1998	1.010,421	67,249		1.077,670
1999	1.051,469	97,975	7,936	1.157,380
2000	1.675,923	93,021	7,652	1.776,596
2001	1.551,580	72,989	8,678	1.633,247
2002	2.595,996	37,565	36,012	2.669,573
2003	1.878,751	120,815	25,774	2.025,340
2004	1.699,698	228,053	12,677	1.940,427
2005	2.318,768	353,982	23,956	2.696,705
2006	1.693,480	168,431	596	1.862,506
2007	128,258	569,293		697,551
2008	743,823	950,514		1.694,337
2009	829,058	1.321,144		2.150,202
2010	1.553,297	834,670	4,498	2.392,466
Total	18.730,522	4.915,701	127,778	23.646,223

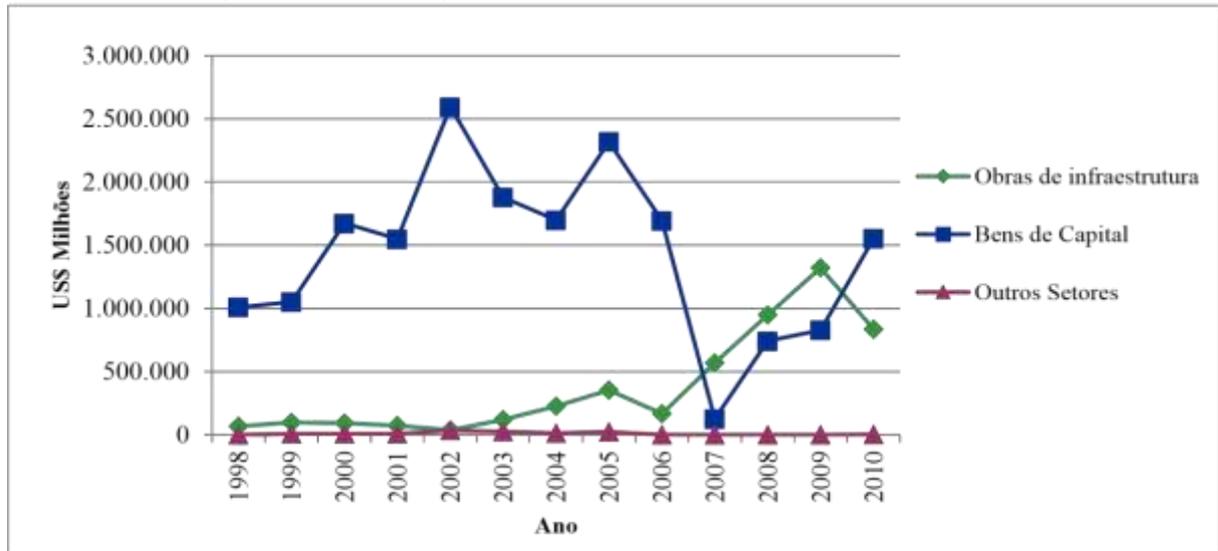
Fonte: Elaboração própria com base em dados de: BNDES. *Disponível em:* <<http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/>>. Acesso em: 11 de setembro de 2014.

Como é possível perceber na Tabela 3.9, as liberações totais do BNDES-Exim pós-embarque somaram US\$ 23,6 bilhões, ao longo do período que vai de 1998 a 2010. Até o ano de 2006, os desembolsos desse programa destinavam-se principalmente à categoria “bens de capital”, sendo 2002 o ano em que o maior valor foi desembolsado para esse setor (US\$ 2,6 bilhões), desde que o BNDES passou a conceder esse tipo de financiamento (1992). Contudo, nota-se que, a partir de 2003, houve um considerável crescimento dos desembolsos para a categoria “Obras de infraestrutura”, superando pela primeira vez os US\$ 100 milhões. Nos anos posteriores a 2007, foram em geral superiores aos desembolsos destinados à categoria bens de capital, com exceção de 2010, no qual estes foram maiores. E as liberações para a categoria “Outros setores”, além de terem ocorrido basicamente entre os anos de 1999 e 2006, foram bem

²⁸⁹ No Anexo IX, consta um gráfico representativo da evolução dos desembolsos pós-embarque do BNDES-Exim ao longo dos anos 1998-2010.

inferiores às demais categorias. A exceção à regra foi o ano de 2002, em que praticamente se igualou ao valor desembolsado para a exportação de obras de infraestrutura (Gráfico 3.1).

Gráfico 3.1 – Evolução dos desembolsos pós-embarque do BNDES-Exim, por categoria de uso, 1998-2010 (em US\$ milhões):



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BNDES. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/>>. Acesso em: 11 de setembro de 2014.

Como fica evidente no Gráfico 3.1, o ano de 2007 foi de considerável inflexão nos destinos dos desembolsos pós-embarque do BNDES-Exim. Por um lado, como já mencionado anteriormente, a restrição da liquidez ocasionada pela crise financeira internacional influenciou na demanda externa por bens de capital apoiados nessa linha. Por outro lado, a contundente expansão das liberações para o setor de infraestrutura está relacionada: ao aquecimento do mercado de obras no país, em virtude da expansão dos investimentos do governo federal em infraestrutura e da contundente atuação BNDES no apoio ao setor; à expansão da atuação da agência estatal nos empreendimentos no âmbito da IIRSA²⁹⁰; à maior importância dos países da América Latina e Caribe a partir de 2003 como destino dos financiamentos do BNDES-Exim; por fim, à realização dos primeiros desembolsos no âmbito da linha de crédito para Angola, em 2007.

Segundo informações disponibilizadas no portal eletrônico do BNDES, os desembolsos do BNDES-Exim pós-embarque se destinaram a 41 países em quase todas as regiões do mundo, no período entre 1998 e 2010²⁹¹. Na América do Sul, as liberações foram para a Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai, e Venezuela. Na

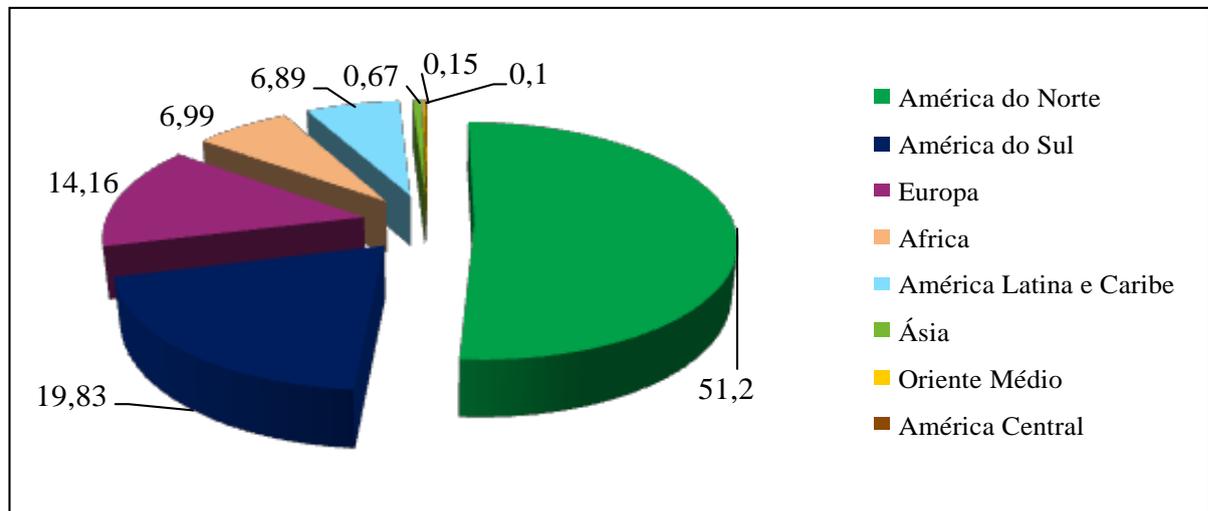
²⁹⁰ BNDES. Relatório Anual de 2007... *op. cit.* p. 80.

²⁹¹ Ver desembolsos para cada país ao longo dos anos que vão de 1998 a 2010 no Anexo V.

América Latina e Caribe, além dos países sul-americanos, destacam-se Costa Rica, Cuba, El Salvador, Honduras, México, Panamá, República Dominicana e Ilhas Cayman; na América do Norte, os Estados Unidos e o Canadá tiveram operações; Bahamas e Jamaica na América Central; África do Sul, Angola, Guiné Equatorial e Zimbábue no continente africano; na Europa, a Alemanha, Espanha, França, Irlanda, Itália, Montenegro, Noruega, Países Baixos, Polônia, Portugal, Reino Unido, Suécia e Suíça; na Ásia, a China e o Japão; por fim, os Emirados Árabes Unidos no Oriente Médio²⁹².

Nesse sentido, os desembolsos pós-embarque do BNDES-Exim estariam distribuídos da seguinte maneira: América do Norte, o principal destino, teria recebido US\$ 12,15 bilhões; a América do Sul, US\$ 4,7 bilhões; a Europa ficaria em terceiro lugar, com US\$ 3,3 bilhões; depois a África com US\$ 1,6 bilhão; em seguida, a América Latina e Caribe US\$ 1,6 bilhão; por fim, com menor participação, as regiões Ásia, Oriente Médio, e América Central teriam abarcado as cifras de US\$ 160,3 milhões, US\$ 36 milhões e US\$ 24,1 milhões, respectivamente. O gráfico 3.2 apresenta o percentual que cada uma dessas regiões teriam representado.

Gráfico 3.2 – Desembolsos pós-embarque do BNDES-Exim por continente/região do mundo, 1998-2010 (%):



Fonte: Elaboração própria com base nos dados de: BNDES. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/consulta-operacoes-bndes/consulta-a-financiamentos-de-exportacao-pos-embarque>>. Acesso em 16 de mar. de 2018.

O gráfico apresenta elementos bastante importantes para o entendimento do processo de transnacionalização ocorrido ao longo desses anos. Em primeiro lugar, chama atenção o fato de a América do Norte ter recebido mais de 50% dos desembolsos do BNDES-Exim pós-

²⁹² Os países China, Japão e Emirados Árabes Unidos estão localizados nas sub-regiões Ásia Oriental, Extremo Oriente e Oriente Médio, respectivamente.

embarque. Em segundo lugar, merece destaque o fato de a Europa ter abocanhado 14,16% das liberações e que, se somadas às participações da região norte-americana resultam em um percentual bastante representativo do montante desembolsado nessa linha de financiamento, 65,36% do total. Isso parece ser indicativo de que aquele processo possui uma morfologia, se não distinta, pelo menos bem mais complexa da que tem sido alardeada através dos discursos oficiais, pelos veículos de comunicação hegemônicos e, é razoável dizer, reafirmada por parcela considerável dos estudiosos sobre assunto. Em outras palavras, revela muito mais do que um simples processo de transnacionalização calcado nas relações exteriores do Brasil no eixo Sul-Sul.

Todavia, com o objetivo de dirimir possíveis imprecisões no exame do processo de transnacionalização fomentado pela BNDES-Exim pós-embarque, destaca-se também os valores destinados anualmente a cada uma dessas regiões (Tabela 3.10).

Tabela 3.10 – Desembolsos pós-embarque do BNDES-Exim por regiões, 1998-2010 (US\$ milhões):

Região	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
A.do Norte	390,461	655,335	1,344,539	1,116,361	1,845,504	1,609,981	1,425,934	1,789,019	1,076,476	659	495,429	250,826	157,671
A. do Sul	427,073	346,300	252,582	165,694	186,447	121,448	212,448	348,756	222,069	435,164	445,754	452,538	1,094
Europa	105,214	49,688	100,786	274,280	547,125	168,837	173,232	440,422	397,519	57,917	-	327,097	721,337
África	-	-	1,903	9,823	-	-	-	105	-	148,952	548,254	766,238	185,333
A. L. e C.	146,908	87,514	36,446	46,216	55,223	11,145	122,960	121,863	169,032	56,119	207,792	276,613	197,889
Ásia	8,013	5,466	2,920	1,460	36,960	14,427	9,792	1,204	-	-	-	80,080	-
O. Médio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	36,000
A. Central	-	9,996	6,233	510	-	4,997	1,000	580	22	781	-	-	-
Total	1,077,779	1,154,299	1,745,409	1,614,344	2,671,259	2,030,835	1,945,365	2,701,949	1,865,118	699,592	1,697,229	2,153,392	2,392,456

Fonte: Elaboração própria com base em dados de: BNDES. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/consulta-operacoes-bndes/consulta-afinanciamentos-de-exportacao-pos-embarque>>. Acesso em 16 de mar. de 2018.

* Os nomes abreviados indicam, na ordem em que aparecem: América do Norte; América do Sul; América Latina e Caribe; Oriente Médio; América Central.

Como se pode ver na tabela 3.10, a América do Sul foi o principal destino dos desembolsos pós-embarque em 1998, recebendo US\$ 427 milhões, ou seja, 39,2%²⁹³ do valor desembolsado nesse ano. Contudo, nota-se que região perdeu essa posição a partir de 1999 e manteve-se oscilando entre segundo e terceiro principal destino dos desembolsos na maioria dos anos posteriores. Em 2007, quando houve a preponderância dos desembolsos para obras de infraestrutura no exterior e depois, em 2010, a região volta a receber a maior parcela dos financiamentos. Nesses anos, os valores destinados à mesma foram US\$ 435,1 milhões (62,2%) e US\$ 1,1 bilhão (45,7%).

Já a América do Norte, que, em 1994, recebeu as primeiras liberações no âmbito da linha pós-embarque do antigo Finamex²⁹⁴, foi o segundo principal destino dos desembolsos da linha pós-embarque do BNDES-Exim em 1998, com US\$ 390,4 milhões (36,2%). Nota-se, no entanto, que, de 1999 a 2006, a região já havia se destacado como o principal destino dos recursos, sendo que, a partir de 2000, os financiamentos foram sempre acima de US\$ 1 bilhão e oscilaram entre 60% e 70% das liberações, com destaque para o ano de 2002, em que foram de US\$ 1,8 bilhão e, em 2005, de US\$ 1,7 bilhão (66,2%). Por fim, percebe-se um contundente declínio dos desembolsos para a América do Norte em 2007 (US\$ 659 mil), uma razoável recuperação em 2008 (US\$ 495,4 milhões – 26,3%) e liberações menos pujantes nos anos seguintes.

Também merece destaque a participação da Europa nos desembolsos do BNDES-Exim pós-embarque durante esses anos. É razoável dizer que a região manteve-se como um importante destino dos financiamentos desse programa, com exceção do ano 2008, em que a mesma não recebeu desembolsos. Contudo, nota-se que a região recebeu parcelas bastante representativas em alguns anos como, por exemplo, US\$ 547,1 milhões (20,5%) em 2002, US\$ 440 milhões (16,3%) em 2005, US\$ 397,5 milhões (21,3%) em 2006, US\$ 327 milhões (15,2%) em 2009 e a expressiva cifra de US\$ 721,3 milhões (30,1%) em 2010. Ressalta-se ainda que, neste ano, a região recebeu o segundo maior valor, ficando atrás apenas da América do Sul.

As trajetórias dos financiamentos destinados a projetos na África e na América Latina e Caribe nos desembolsos pós-embarque do BNDES-Exim também requerem algumas considerações. Como se pode perceber, os recursos direcionados ao continente africano se concentram majoritariamente no período 2007-2010 e estão relacionados à contundente expansão dos dispêndios para a categoria “obras de infraestrutura” direcionados à Angola.²⁹⁵

²⁹³ Ver percentual dos desembolsos que cada região recebeu ao longo do período 1998-2010 no Anexo III.

²⁹⁴ CATERMOL, Fabrício. BNDES-Exim... *op. cit.* p. 6

²⁹⁵ Ver Tabela 3.9 da página 96.

Nesse sentido, é digno de nota o fato de que, em quatro anos, tenha acumulado US\$ 1,7 bilhão, ou seja, 6,99% dos desembolsos realizados no período 1998-2010. Merecem destaque os anos de 2008 e 2009, quando os valores desembolsados para a continente foram os maiores dentre todas os continentes/regiões, US\$ 548,2 milhões (32,3%) e US\$ 766,2 milhões (35,6%), respectivamente.

A América Latina e o Caribe, apesar de terem recebido desembolsos ininterruptamente em todos esses anos, acumulou um valor inferior ao da África, US\$ 1,6 bilhão (6,89%). Ressalta-se, ainda, que houve considerável expansão dos valores desembolsados para a região, a partir de 2008. Assim, os financiamentos atingiram US\$ 207,8 milhões (12,2%) nesse ano, US\$ 276,6 milhões (12,9%) em 2009 e US\$ 197,9 milhões (8,3%) em 2010.

Marc Bloch nos ensina que por mais transparentes e elucidativos que os documentos pareçam ser, os mesmos não falam se não quando interrogados.²⁹⁶ O questionamento dos dados e informações anteriormente discutidas nos possibilita reflexões que destoam, em grande medida, de algumas análises recentes sobre o papel do BNDES-Exim pós-embarque no processo de transnacionalização das grandes empresas brasileiras. Por um lado, fica evidente a contundente expansão dos seus desembolsos a partir de 2003 e, principalmente, a partir de 2007 relacionados à realização de obras de infraestrutura na América do Sul, nos demais países da América Latina e em Angola. Por outro, entendemos que não devem ser desconsideradas as vultosas quantias desembolsadas para a América do Norte e para a Europa ao longo desses anos, mesmo no período 2007-2010, marcado por maiores oscilações nos valores destinados a essas regiões. Percebemos que a explicação para a interrupção dos financiamentos para a América do Norte em 2007 se explica mais em função da crise financeira internacional do que por uma mudança brusca na estratégia de atuação do BNDES. Não por acaso, nesse ano houve não somente um declínio dos desembolsos para a América do Norte e Europa, mas uma considerável queda nos desembolsos pós-embarque do BNDES-Exim, se comparado aos anos anteriores.

Como já mencionado detalhadamente nos parágrafos anteriores, os desembolsos para essas regiões sofreram um contundente declínio em 2007, justamente no ano em que se iniciou a crise financeira²⁹⁷. Em 2008, ano em que a crise se intensificou com a quebra do quinto maior banco de investimento norte-americano, o Lehman Brothers, percebe-se, ao mesmo tempo, um aumento considerável dos financiamentos para a América Latina, de forma geral, e para a África. Mas, apesar da crise, a América do Norte figurou, já nesse ano, como o segundo

²⁹⁶ BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002. p. 75.

²⁹⁷ BNDES. Relatório Anual de 2008... *op. cit.* p. 104

principal destino dos desembolsos, ficando atrás apenas do continente africano. E a Europa, que não recebeu desembolsos em 2008, representou parcelas importantes em 2009 e, principalmente em 2010, quando recebeu o segundo maior valor dentre as regiões. Assim, na medida em que os desembolsos do BNDES-Exim voltaram a se expandir a partir de 2008, a região norte-americana e o continente europeu, a partir de 2009, constaram novamente dentre os principais destinos dos financiamentos. Ou seja, a tendência verificada indica que o processo de transnacionalização esteve mais estreitamente relacionado à diversificação das oportunidades de negócios para as multinacionais em tempos de crise do que a uma política com vistas a expandir as iniciativas de integração regional e aproximação com os países africanos.

Para além dos dados referentes aos dispêndios para cada região, identificamos também os valores destinados a cada país. Como mencionado anteriormente, 41 países receberam desembolsos no âmbito da linha pós-embarque do BNDES-Exim no interregno entre 1998 e 2010. Os mesmos estão regionalmente distribuídos da seguinte maneira: nove países na América do Sul; oito países na América Latina e Caribe (exceto os países sul-americanos); dois na América Central; dois na América do Norte; quatro na África; treze na Europa; dois na Ásia; e um no Oriente Médio. A seguir, os valores desembolsados para cada país. (Tabela 3.11):

Tabela 3.11 – Total dos desembolsos pós-embarque do BNDES-Exim por país de destino, 1998-2010 (US\$ milhões):

Países	Valor (US\$)	Percentual (%)
Estados Unidos	11,903,680	50,12
Argentina	2,183,990	9,19
Angola	1,604,666	6,8
Países Baixos	1,468,402	6,2
República Dominicana	913,966	3,8
Venezuela	817,455	3,4
Equador	681,747	2,9
Reino Unido	448,234	1,9
Chile	438,803	1,8
Polônia	425,548	1,8
França	331,927	1,4
Espanha	299,349	1,2
Itália	256,090	1,1
Canadá	254,514	1,07
Peru	254,132	1,07
Ilhas Cayman	243,385	1,02
Cuba	195,750	0,82
Bolívia	151,421	0,63
El Salvador	150,369	0,63

Continua...

Países	Valor (US\$)	Percentual (%)
Paraguai	91,914	0,39
China	80,243	0,34
Japão	80,080	0,34
México	71,472	0,3
Uruguai	62,929	0,27
Panamá	55,023	0,23
África do Sul	44,552	0,18
Suíça	39,108	0,16
Emirados Árabes	36,000	0,15
Portugal	32,856	0,14
Montenegro	32,443	0,13
Colômbia	27,794	0,12
Jamaica	23,903	0,10
Irlanda	13,762	0,06
Guine Equatorial	11,140	0,05
Noruega	9,770	0,04
Suécia	5,964	0,03
Costa Rica	5,629	0,02
Alemanha	483	
Zimbábue	248	
Bahamas	217	
Honduras	62	
Total	23,749,019	100

Fonte: Elaboração própria com base em dados de: BNDES. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/consulta-operacoes-bndes/consulta-afinanciamentos-de-exportacao-pos-embarque>>. Acesso em 16 de mar. de 2018.

A tabela 3.11 evidencia algumas importantes características dos desembolsos pós-embarque do BNDES-Exim para cada região. Nota-se que os EUA foi o principal destino das liberações, com US\$ 11,9 bilhões, o que corresponde a 97,9% do valor desembolsado para a América do Norte, e 50,12% do total das liberações realizadas pela linha de financiamento. Já a Argentina foi o segundo principal destino das liberações do programa, abocanhando US\$ 2,1 bilhões, ou seja, 9,19% do total desembolsado e 46,37% dos recursos destinados ao conjunto dos países da América do Sul. Em terceiro lugar, destaca-se Angola, principal país do continente africano no que tange aos financiamentos das atividades de comércio exterior pelo BNDES-Exim pós-embarque. O mesmo se consolidou como um importante destino dos financiamentos para a exportação de obras de infraestrutura, a partir de 2007, concentrando US\$ 1,6 bilhão, ou seja, 6,8% do total e 96,6% do valor destinado à África. E os Países Baixos receberam a considerável quantia de US\$ 1,4 bilhão, o que representa 6,2% dos desembolsos realizados no período e 43,6% dos recursos direcionados à Europa.

Esses quatro países juntos receberam US\$ 17,1 bilhões (72,2%) do total desembolsado pelo BNDES-Exim pós-embarque, enquanto que as demais 37 nações concentraram apenas US\$ 6,5 bilhões (27,8%) dos financiamentos realizados no período. Com relação a esse último montante, faz-se necessário ressaltar que o mesmo está distribuído principalmente entre países da América do Sul, com destaque para a Venezuela e Equador e, em menor importância, Chile, Peru, e Bolívia; demais países da América Latina e Caribe, principalmente a República Dominicana, mas também as Ilhas Cayman, Cuba e El Salvador; e Europa, com vários países como, por exemplo, Reino Unido, Polônia, Espanha, França, Itália; por fim o Canadá. Todos esses receberam valores acima de cem milhões de dólares e, alguns, de quase um bilhão.

Ao analisar os desembolsos pós-embarque do BNDES-Exim ao longo desses anos, alguns aspectos chamam muito a nossa atenção. O principal deles é a importante participação dos Estados Unidos no total liberado por aquela linha de financiamento. Apesar de ter recebido os maiores valores no período entre 2000 e 2006, o país abocanhava consideráveis quantias ao longo de todo período (com exceção de 2007) e, como verificamos, nos anos posteriores a 2010.²⁹⁸ Essa relevância do mercado estadunidense também foi demonstrada por Campos em artigo em que analisou quantitativamente o processo de transnacionalização das empreiteiras, no período 1969-2010. O autor percebeu que aquele país foi onde as construtoras mais estabeleceram contratos, principalmente a Odebrecht. De um total de 368 contratos estabelecidos em 51 países e abrangendo todos os continentes do planeta, com a exceção da Oceania, 40 contratos (11%) foram firmados nos Estados Unidos, sendo que 31 dos mesmos (8,4%) por aquela empreiteira.²⁹⁹

Se levarmos em consideração o fato de que os desembolsos para a categoria “obras de infraestrutura” tiveram como destino a América do Sul, América Latina e Caribe e África³⁰⁰ e os baixos valores destinados à categoria “outros setores”³⁰¹, verifica-se que o mercado estadunidense também foi o principal destino dos financiamentos para a categoria “bens de capital”. As evidências disso podem ser encontradas ao perceber que: 1) há muita similaridade entre a evolução dos desembolsos para os EUA e os destinados à categoria “bens de capital”³⁰²,

²⁹⁸ De 2011 a 2013 os EUA receberam US\$ 1,3 bilhão, 16,8% dos desembolsos realizados no período. Esse valor foi inferior somente ao destinado a Angola, que foi de US\$ 1,4 bilhão, 18,5% do total. Ver em: BNDES. *Disponível em:* <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/consulta-operacoes-bndes/consulta-financiamentos-de-exportacao-pos-embarque>>. Acesso em 16 de mar. de 2018.

²⁹⁹ CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. O processo de transnacionalização... *op. cit.* p. 4, 5.

³⁰⁰ BNDES. *Disponível em:* <<http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/>>. Acesso em: 11 de setembro de 2014.

³⁰¹ Ver Tabela 3.9 da página 96.

³⁰² Para comparar a evolução dos desembolsos pós-embarque do BNDES-Exim para os EUA e para a categoria bens de capital ver, respectivamente, Tabela 3.9 (p. 96) e Anexo 5.

com pequena ressalva para o período 2008-2010 em que as liberações para aquele se mantiveram em níveis mais contidos, enquanto as liberações para essa categoria voltaram a se expandir de forma mais acelerada; 2) como veremos adiante, a empresa que firmou o maior número de contratos no país norte-americano foi a Embraer, do setor de “bens de capital”, que, justamente no momento de “baixa” dos desembolsos para esse destino, expandiu sua atuação para a Europa.

Ao cruzar esses dados com as informações referentes aos contratos de exportação financiados ao longo do período, pudemos averiguar outras características do processo de transnacionalização fomentado pelo BNDES-Exim pós-embarque que, se analisados cada um isoladamente, não nos permite chegar à essência do fenômeno nele inscrito. Com base em informações disponíveis no portal eletrônico do BNDES, constatamos o estabelecimento de 3626 contratos de financiamento à exportação, na linha pós-embarque do BNDES-Exim (Tabela 3.12)³⁰³. Esses contratos correspondem, em sua maioria, a exportações realizadas por empresas que atuam no “setor de bens de capital”, a “obras de infraestrutura” e uma pequena parcela condizente a “outros setores”, realizados no período que vai de 1997 a 2010.

Tabela 3.12 – Número de contratos financiados pela linha pós-embarque do BNDES-Exim, por ano (1997-2010)³⁰⁴:

Ano	Contrato	Empresa
1997	156	69
1998	878	109
1999	684	97
2000	338	67
2001	270	52
2002	231	44
2003	154	31
2004	171	21
2005	163	21
2006	65	14
2007	98	22
2008	158	13
2009	135	21
2010	125	20

Fonte: BNDES. Contratos referentes à desembolsos do BNDES-Exim Pós-embarque. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/Busca/solrsearch?q=p%C3%B3s-embarque>>. Acesso em 07 de fev. de 2018.

*Um contrato pode gerar desembolsos para mais de um ano.

³⁰³ Ver as empresas e o número de contratos financiados anualmente pelo BNDES-Exim Pós-Embarque, no período 1997-2010, no Anexo VII.

³⁰⁴ Ver número de contratos firmados por cada empresa, por ano (1997-2010), no Anexo VIII.

A tabela 3.12 evidencia alguns importantes aspectos da evolução do apoio concedido pelo BNDES-Exim pós-embarque durante esses anos. Como se pode notar, grosso modo, a evolução do número de contratos e de empresas apresenta tendências bastante parecidas, ou seja, a de um paulatino decréscimo de ambos ao longo dos anos e, no interregno entre 1998 e 2002 um período maior pujança. Apesar de uma maior concentração do número de contratos nesse período, 2401 (66,2% do total), pode-se dizer que até o ano de 2005 ainda era firmada uma quantidade razoável deles. A explicação para isso está na própria evolução dos desembolsos pós-embarque, que manteve altas taxas no período 1998-2005 e atenderam as três categorias financiadas pela linha – “bens de capital”, “obras de infraestrutura” e “outros setores”. Nos anos de 2006 e 2007 a quantidade de contratos foi menor, inferior a 100 e, ao longo dos anos seguintes (2008, 2009 e 2010), voltou a atingir patamares superiores a essa quantidade. Aqueles anos coincidem com uma queda consecutiva nos valores desembolsados pela linha pós-embarque, com a ressalva de que já se verificava o retorno do crescimento para a categoria “obras de infraestrutura”. Já no último triênio dessa década foi um período de forte expansão das liberações com considerável foco na exportação de obras de infraestrutura, até 2009, e para o setor de “bens de capital”, em 2010.

A tabela 3.12 também é reveladora do alto grau de concentração dos desembolsos realizados pela BNDES-Exim pós-embarque. Com exceção do ano de 1998, em que houve a participação de um número maior de empresas (109), nos contratos financiados por essa linha o que se verifica é um acelerado declínio da quantidade de firmas apoiadas nos anos subsequentes. Como veremos adiante, os desembolsos se concentraram em um restrito grupo de empresas no âmbito do setor de “bens de capital” (capitaneado pela Embraer), por um lado, e em um número cada vez maior de contratos referentes a obras de infraestrutura a serem realizadas por algumas empreiteiras, com destaque para a Odebrecht, por outro lado.

Verificamos que esses 3626 contratos financiados pelo BNDES-Exim pós-embarque se destinaram a um total de 234 empresas. Analisando atentamente a participação de cada uma delas no montante total de contratos, percebemos que os mesmos estiveram extremamente concentrados em pouquíssimas firmas no período focado. Identificamos que 54 empresas foram responsáveis por 3155, ou seja, por cerca de 87% do total. A seguir, apresenta-se através da Tabela 3.13, as empresas que tiveram pelo menos 10 contratos financiados através da linha pós-embarque do BNDES-Exim.

Tabela 3.13 – Empresas que tiveram pelo menos 10 contratos financiados no âmbito da linha pós-embarque do BNDES-Exim, 1997-2010:

Empresa	N. de Contratos
Indústrias Romi S A	384
Embraer S/A	296
Construtora Norberto Odebrecht S/A	259
Volvo do Brasil Veículos Ltda	162
Caterpillar Brasil Ltda	153
Marcopolo S/A	149
Valtra do Brasil Ltda.	144
Scania Latin America Ltda	120
Kepler Weber S/A	110
Agco do Brasil Comercio e Indústria Ltda	91
Randon S/A Implementos e Sistemas Automotivos	83
Perfipar S/A Manufaturados de Aço	72
Mercedes-Benz do Brasil Ltda.	68
CNH Latin America Ltda	67
New Holland Latino Americana Ltda	64
Schulz S/A	62
Busscar Ônibus S/A	59
A Carnevalli Cia Ltda	56
Karsten S/A	51
Cummins Brasil Ltda	45
Polimáquinas Indústria e Comércio Ltda	41
Cotia Trading S/A	38
Ciber Equipamentos Rodoviários Ltda	34
Volkswagen do Brasil Ind. Veículos Automotores Ltda	32
John Deere Brasil Ltda.	31
Svedala Ltda	29
Mangels Indústria e Comércio Ltda	27
Marcopolo Trading As	27
Tramontina S/A Cutelaria	27
Tramontina Farroupilha S/A Indústria Metalúrgica	26
Guerra S/A Implementos Rodoviários	23
Schwing Equipamentos Industriais Ltda	22
White Martins Gases Industriais Ltda	20
Iveco Latin América Ltda	19
Sampatricio Indústria e Comércio Ltda	19
Elevadores Otis Ltda	18
Construtora Andrade Gutierrez S/A	17
Empresa Brasileira de Compressores S/A Embraco	17
Comil Silos e Secadores Ltda	15
Caio Comercial Exportadora Ltda	14
Motorola Industrial Ltda	14

Continua...

Empresa	N. de Contratos
Multitrade S/A	14
Máquinas Agrícolas Jacto As	13
Ouro Fino Saúde Animal Ltda	13
BSH Continental Eletrodomésticos Ltda	12
Confab Industrial S/A	11
Metso Brasil Indústria e Comércio Ltda	12
Alstom Hydro Energia Brasil Ltda	11
Comil Ônibus S/A:	11
Ericsson Telecomunicações S/A	11
Marchesan Implementos E Maquinas Agrícolas Tatu S A	11
Semeato S/A Indústria e Comércio	11
Compass Comércio Internac de Eq. para Supermercados Ltda	10
Maqplas Indústria e Comércio de Máquinas Ltda	10
Total: 54 empresas	3155

Fonte: BNDES. Contratos referentes a desembolsos do BNDES-Exim Pós-embarque. *Disponível em:* <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/Busca/solrsearch?q=p%C3%B3s-embarque>>. Acesso em 07 de fev. de 2018.

A tabela acima é reveladora do alto grau de concentração dos contratos em poucas grandes empresas. Isso fica ainda mais patente quando se observa que nove multinacionais foram responsáveis por 1777 dos 3155 contratos, 56,3% desse montante e 49% do total de contratos assinados por todas as empresas no período 1997- 2010 (3626 contratos). Dentre essas gigantes companhias se destacam: Indústrias Romi S/A³⁰⁵, com 384 contratos; Embraer S/A³⁰⁶ e a Construtora Norberto Odebrecht S.A³⁰⁷, com 296 e 259 contratos, respectivamente; a Volvo

³⁰⁵ A empresa foi fundada por Américo Emílio Romi, em Santa Bárbara d'Oeste (SP) em 1930. Atualmente, a mesma exporta para todos os continentes e atende a diversos setores da indústria, como, por exemplo, aeronáutica, defesa, automobilística, bens de consumo em geral, máquinas e implementos agrícolas e máquinas e equipamentos industriais. Dentre os seus produtos destacam-se: Máquinas-ferramenta (máquinas e equipamentos para trabalhar metal por arranque de cavaco), em especial Centros de Torneamento, Tornos CNC, Tornos Convencionais, Centros de Usinagem e Mandrilhadoras; Máquinas para Processamento de Plásticos (máquinas e equipamentos para moldar plástico por injeção e por sopra); peças de ferro fundido cinzento e nodular, fornecidas brutas ou usinada. Ver, ROMI. *Disponível em:* <<http://www.romi.com/>>. Acesso em 05 de mai. de 2018.

³⁰⁶ A Embraer foi criada como empresa estatal, em 1969. Nos últimos anos, a participação do Estado brasileiro no capital da companhia encontra-se gerida pelo BNDES e gira em torno de 5,37% do capital votante, situando-se entre os cinco maiores acionistas da empresa. O Estado brasileiro também possui, além da participação indireta como acionista, ação de classe especial (*golden share*), que dá poder de veto sobre decisões que desate o vínculo tecnológico-industrial da multinacional com o território brasileiro. O capital estrangeiro é limitado à 40% do capital votante da empresa. Contudo, pouco antes de ser anunciada a intenção da Boeing de adquirir a Embraer, os estrangeiros detinham 85% do seu capital total e suas ações, que valiam R\$ 16,00 o lote, sofreram uma valorização de 30%. A venda de 100% da Embraer, segundo Marco Aurélio Cabral Pinto em texto publicado no jornal Carta Capital, parece irreversível. *Disponível em:* <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/brasildebate/Quais-desafios-da-venda-da-Embraer-para-Boeing>>. Acesso em 05 de mai. de 2018.

³⁰⁷ Ver mais sobre a Odebrecht em: CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta (orgs). *Os donos do capital: a trajetória das principais famílias empresariais do capitalismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

do Brasil Veículos LTDA³⁰⁸, com 162; Caterpillar Brasil LTDA³⁰⁹, com 153; a Marcopolo S/A, com 149; em seguida a Valtra do Brasil LTDA³¹⁰, com 144; depois a Scania Latin America Ltda³¹¹ com 120; e a Kepler Weber S/A, com 110 contratos financiados no âmbito do BNDES-Exim pós-embarque.

Com relação aos destinos dos contratos que receberam financiamentos do BNDES-Exim Pós-Embarque, nota-se que a maior parte deles se concentraram nos países da América do Sul, 2751 - 75,9% do total. A América do Norte se destaca como a segunda principal região de atuação das empresas financiadas pelo programa, abarcando 480 contratos, ou seja, 13,9% dos mesmos. Em terceiro lugar, as regiões América Latina e Caribe representaram 7,5%, o que significou o estabelecimento de 271 contratos. Em seguida, foram firmados na África, particularmente em Angola, 58 contratos, ou seja, 1,6% do total. As regiões América Central, Europa e Ásia, também representadas por apenas um país cada uma, concentraram apenas 0,38% do total de contratos firmados no período de 1997 a 2010 (Tabela 3.14).

³⁰⁸ O Grupo Volvo é um dos maiores fabricantes mundiais de caminhões, ônibus, equipamentos de construção, motores marítimos e industriais. Com sede em Gotemburgo, Suécia, emprega cerca de 95.000 pessoas, tem fábricas em 18 países e atua em 190 mercados. Volvo foi constituída no Brasil nos anos de 1970 e é líder no mercado de caminhões pesados (2016). Tem sede em Curitiba - PR, onde produz caminhões, ônibus e motores. Há unidades também em Pederneiras - SP (produção de equipamentos de construção) e São José dos Pinhais - PR (centro de distribuição de peças). Ao todo, são cerca de 5.000 funcionários diretos no país. Ver: Volvo Group. *Disponível em:* <<https://www.volvogroup.com.br/pt-br/home.html>>. Acesso em 05 de mai. de 2018.

³⁰⁹ A Caterpillar é originalmente norte-americana e líder mundial na fabricação de equipamentos de construção e mineração, motores diesel e a gás natural, turbinas industriais a gás e locomotivas diesel-elétricas. A empresa foi fundada no Brasil em 1954. Sua linha de produtos conta com 40 modelos de máquinas, entre escavadeiras hidráulicas, compactadores, carregadeiras de rodas, motoniveladoras, retroescavadeiras e tratores de esteiras. Produz também grupos geradores e propulsores diesel-elétricos, além de ferramentas e acessórios especiais para seus equipamentos. A empresa é a principal exportadora de seu setor, figurando entre as 20 maiores exportadoras do Brasil, com vendas para mais de 160 países. Ver em: Cartepillar. *Disponível em:* <<https://www.caterpillar.com/pt.html>>. Acesso em 05 de mai. de 2018.

³¹⁰ A Valtra, fabricante mundial de motores fora-de-estrada e tratores líderes de mercado na região nórdica da Europa e América Latina, completou 50 anos de atuação no Brasil, em 2010. Contudo, em 2004, a empresa foi adquirida pelo grupo AGCO, dono da Agco do Brasil Ltda. Esse grupo se firmou em 1990 com a compra da Deutz Allis Corporation da empresa alemã Kloeckner-Humboldt-Deutz AG. A KHD, por sua vez, comprou ações da Allis-Chalmers equipamentos agrícolas cinco anos antes. Desde aquele tempo, a AGCO se tornou uma empresa de maquinário agrícola mundialmente reconhecida. O grupo também possui ativos da norte-americana Cartepillar. Inc. desde 2002. Ver: Agco do Brasil. *Disponível em:* <<http://www.fendt.com.br/empresa/historia.aspx>>. Acesso em 08 de mai. de 2018; Agco Corporate. *Disponível em:* <<http://www.agcocorp.com/about/agco-history.html>>. Acesso em 08 de mai. de 2018. Somados os contratos firmados pela Valtra Ltda. e pela Agco do Brasil Ltda. resultam em 240, ou seja, o grupo teve o quarto maior número de contratos financiados pelo BNDES-Exim pós-embarque.

³¹¹ A empresa iniciou suas atividades em 1891 em Södertälje, na Suécia. Hoje são cerca de 41 mil funcionários em mais de 100 países. As unidades fabris estão localizadas na Europa e na América Latina, e, no Brasil a multinacional atua desde 1957, quando se estabeleceu no bairro do Ipiranga (SP) e fabricou o seu primeiro caminhão. Cinco anos depois, migrou para São Bernardo do Campo, no ABC paulista. Ver: Scania Latin America. *Disponível em:* <<http://www.scania.com/latinamerica/pt/home/html>>. Acesso em 08 de mai. de 2018.

Tabela 3.14 – Número de contratos e de empresas financiados pelo BNDES-Exim Pós-Embarque, por país (1997-2010):

País	Nº de contratos	Número de empresas
Argentina	1674	132
Estados Unidos	480	13
Bolívia	372	53
Peru	274	34
Equador	132	38
Uruguai	106	31
México	97	14
República dominicana	88	19
Chile	73	20
Paraguai	66	19
Cuba	66	22
Angola	58	10
Venezuela	46	15
Diversos países*	33	5
Canadá	23	4
Costa rica	20	8
Jamaica	10	2
Colômbia	8	6
Espanha	2	1
China	1	1

Fonte: BNDES. Contratos referentes a desembolsos do BNDES-Exim Pós-embarque. *Disponível em:* <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/Busca/solrsearch?q=p%C3%B3s-embarque>>. Acesso em 07 de fev. De 2018.

* Os dados estão organizados por ordem decrescente do número de contratos.

* Acreditamos que a maior parte dos mesmos foram destinados aos países da Europa.

Faz-se necessário tecer alguns apontamentos sobre os dados apresentados na Tabela 3.14, pois, os mesmos não são totalmente confiáveis. Somente para os 19 dos 41 países que receberam desembolsos do BNDES-Exim pós-embarque, foi possível identificar os contratos financiados. Nesse sentido, as informações parecem mais condizentes com a realidade verificada nos contratos para a América do Norte, América do Sul, América Latina e Caribe e África, em que os desembolsos se destinaram basicamente para a realização de obras de infraestrutura em Angola (a partir de 2007), mas não retratam precisamente a tendência observada para as demais regiões. Destaca-se principalmente que a Europa foi subestimada na tabela em razão de estar representada por apenas um país, a Espanha. Como afirmado ao longo do texto, a região constituiu o terceiro principal destino dos desembolsos pós-embarque desse programa, recebendo US\$ 3,3 bilhões. Os Países Baixos, por exemplo, foi o quarto principal destino dos desembolsos ao longo desses anos, US\$ 1,4 bilhão, mas não consta na tabela. Além

disso, somente em 2010 foi desembolsado US\$ 1,3 bilhão destinado à exportação de aeronaves para diversos países, dentre os quais se encontram alguns da região como a França, a Holanda e Montenegro.³¹²

Como se pode perceber na tabela acima os países da América do Sul constituíram o principal espaço de atuação das multinacionais com base no Brasil. A região contou ao longo desses anos com um número elevado de contratos financiados pelo BNDES-Exim pós-embarque e com considerável diversificação das atividades desenvolvidas por várias empresas do setor de bens de capital, empreiteiras e alguns outros setores. Nesse sentido, destaca-se a Argentina, que foi responsável por 1674 contratos durante o período, ou seja, 46,2% do total e 60,8% daqueles firmados em âmbito regional. Além disso, esses contratos foram firmados por 132 empresas no decorrer do período 1997 a 2010.

Por outro lado, a participação dos Estados Unidos também chama bastante a atenção em razão de ser, como já mencionado ao longo do texto, o principal destino dos desembolsos do BNDES-Exim pós-embarque. Observa-se na tabela 3.14 que o país foi responsável por 480 contratos durante o período em destaque, o que representa 13,9% do total de contratos patrocinados pela linha pós-embarque e 95,4% daqueles contratos firmados na América do Norte. Porém, ao contrário do alto número de empresas atuantes na Argentina, somente 13 firmas exportaram para o país norte-americano. Isso é indicativo do alto valor que cada uma dessas empresas recebeu e, ao mesmo, tempo, de que essas empresas foram responsáveis pelas maiores parcelas dos valores desembolsados pela linha de financiamento.

Catermol afirma em artigo de 2005 que o BNDES havia expandido para mais de 20 os segmentos apoiados pelas linhas de exportação do banco. Contudo, uma taxa entre 70% e 80% dos desembolsos das referidas linhas de exportação se destinava ao setor de bens de capital, principalmente para estes segmentos: aeronaves, máquinas e equipamentos industriais e agrícolas, ônibus e caminhões. O autor também ressalta que a América Latina perdeu a posição de principal destino, sobretudo, das exportações de máquinas e equipamentos financiadas pelo BNDES-Exim ao longo da década de 1990, para os Estados Unidos. Aponta ainda que, após queda nos desembolsos para aquela região nos anos 2001 e 2002, a mesma havia recuperado certa importância, mas agora com um novo perfil. Segundo ele, a exportação de máquinas e equipamentos cedeu espaço durante os anos posteriores para a exportação de obras de infraestrutura relacionadas à integração regional.³¹³

³¹² BNDES. Relatório de Atividades do BNDES de 2010... *op. cit.* p. 86.

³¹³ CATERMOL, Fabrício. BNDES Exim... *op. cit.* p. 7.

A tendência descrita por Catermol coincide em larga medida com o que foi verificado nesta pesquisa, porém, faz-se necessário realizar alguns apontamentos. Em primeiro lugar, verificamos que as maiores taxas de desembolsos do BNDES-Exim foram destinadas ao setor de bens de capital. No âmbito da linha pós-embarque isso fica ainda mais evidente. Nesse caso, as liberações para o setor se mantiveram superiores a 90% até 2003; entre 85% e 90% no triênio seguinte; e, mesmo a partir de 2007, em que foi dada maior prioridade à exportação de obras de infraestrutura, o mesmo manteve considerável participação – 18,4% naquele ano, 43,9% em 2008, 38,6% em 2009, e 64,9% em 2010. Assim, entendemos que a prioridade concedida à exportação de obras de infraestrutura no âmbito da integração regional deve ser relativizada. Como discutido ao longo do texto, até 2006 os desembolsos do setor foram destinados principalmente aos EUA. Apesar de continuar representando parcelas consideráveis nos anos posteriores, o país deixou de receber os maiores valores. Juntamente com o país norte-americano, faz-se necessário destacar a considerável participação da Europa nos desembolsos para o setor de bens de capital.

Em segundo lugar, também é razoável indicar que a exportação de máquinas e equipamentos cedeu espaço para a de obras de infraestrutura. Como abordado no decorrer do texto, percebemos que a maior parcela dos contratos foi firmada até o ano de 2002. Também destacamos que houve participação de um número maior de empresas naquele período, sobretudo que atuam no segmento de máquinas e equipamentos, mas também em outros setores da economia brasileira. Nesse sentido, notou-se que as empresas que firmaram um elevado número de contratos ao longo do período entre 1997 e 2010, o fizeram até o ano de 2002 e algumas mantiveram alguns contratos até 2006.³¹⁴ Dentre essas multinacionais se destacam, por exemplo, a Volvo do Brasil Veículos LTDA, a Caterpillar Brasil LTDA, a Marcopolo S/A, a Valtra do Brasil Ltda. e a Kepler Weber S/A. Além de outras empresas que tiveram menor expressão.

Todavia, o exame cuidadoso da evolução das políticas de apoio à exportação do BNDES-Exim e, particularmente, da linha pós-embarque evidência uma característica central desse processo: o alto grau de concentração dos desembolsos dessa linha de financiamento em um pequeno número de grandes empresas exportadoras. Mesmo em momentos de maior pulverização do suporte financeiro em uma quantidade maior de empresas, essa tendência pôde ser observada. Assim, a questão que se coloca como principal é menos se esse ou aquele setor ganhou ou não prioridade, ou, em outras palavras, se os desembolsos para a exportação de obras

³¹⁴ Ver Anexo VIII.

de infraestrutura para América do Sul, demais países da América Latina e Caribe e África a partir de 2003 e, sobretudo, a partir de 2007; mas se o suporte do BNDES-Exim aprofundou ou não o processo de conglomeração observado na economia brasileira nos últimos anos.

Nesse sentido, apesar de algumas empresas terem recebido considerável suporte do BNDES-Exim pós-embarque, chama a atenção as trajetórias da Embraer S/A e da Construtora Norberto Odebrecht S/A, as principais beneficiadas pelos vultosos aportes financeiros no decorrer desses anos. As evidências da centralidade da Embraer nos desembolsos pós-embarque podem ser encontradas no fato de a empresa ter sido, como já dito anteriormente, a segunda principal no que se refere ao número de contratos financiados nessa linha (296). Além disso, nota-se que 256 (86,4%) desses contratos referem-se à exportação para os EUA, país que sozinho foi beneficiado por 480 contratos e acumulou mais de 50% dos desembolsos do BNDES-Exim pós-embarque. Mais do que isso, nota-se estreita relação entre o estabelecimento desses contratos ao longo dos anos e a evolução dos desembolsos para o setor de bens de capital. Também deve-se ressaltar que em alguns anos como, por exemplo, em 2006 - ano de queda nos desembolsos pós-embarque e véspera de outro declínio ainda mais considerável, em 2007 -, a empresa concentrou parcelas ainda maiores dessas liberações. Naquele ano foi aprovado US\$ 1,8 bilhão para financiar a exportação das aeronaves modelos BEM-175 e BEM-190, da Embraer ³¹⁵. Por fim, em 2010, ano em que o setor de bens de capital voltou a liderar os desembolsos do BNDES-Exim pós-embarque, foram liberados US\$ 1,3 bilhão para financiar as exportações da Embraer para os EUA, diversos países da Europa, Argentina, El Salvador e Emirados Árabes Unidos.³¹⁶

De semelhante modo, a empreiteira Odebrecht deteve posição destacada ao longo de todo o período que vai de 1998 a 2010, abocanhando parcelas consideráveis dos contratos financiados pelo BNDES-Exim pós-embarque. A expansão dos desembolsos para a exportação de obras de infraestrutura, a partir de 2007, foi ainda mais importante para a inserção internacional da empresa. Como já mencionado anteriormente, a empreiteira abocanhou 259 contratos durante esses 13 anos, ou seja, 7,1% do total de contratos estabelecidos por todas as empresas e 78,5% dos 330 daqueles referentes à categoria “Obras de infraestrutura”.³¹⁷

³¹⁵ BNDES. Relatório Anual de 2006... *op. cit.* p. 102.

³¹⁶ BNDES. Relatório Anual de 2010... *op. cit.* p. 86.

³¹⁷ Mapeamos 330 contratos financiados pelo BNDES Exim pós-embarque, referentes à categoria “Obras de Infraestrutura. Nessa categoria estão enquadradas tanto as principais empresas do setor de Construção pesada quanto empresas que atuam paralelamente a esse setor. As companhias financiadas foram: ARG LTDA; Companhia de Obras e Infra-estrutura; Confab Industrial S/A; Construções e Comércio Camargo Correa S/A; Construtora Andrade Gutierrez S/A; Construtora Norberto Odebrecht S/A; Construtora Oas Ltda; Construtora Queiroz Galvão S/A; EMSA Empresa Sul Americana de Montagens S.A; Engevix Engenharia S/A; Furnas Centrais Elétricas S/A; Mello Junior Empreendimentos e Participações Ltda; Multitrade S/A; Prado Valladares

Destaca-se também que mais de 70% dos mesmos foram firmados no período 2007-2010. Porém, é interessante perceber que a empresa atravessou os governos presidenciais de Fernando Henrique Cardoso (2005-2010) e Lula (2003-2010) - duas conjunturas econômicas bastante distintas - e, a partir de 2011, da Dilma Rousseff, permaneceu posicionada no centro das políticas de apoio à exportação do BNDES.

À guisa de conclusão ressalta-se que, de acordo com dados disponíveis no portal eletrônico do BNDES, a Embraer e a Odebrecht receberam juntas US\$ 1,7 bilhão em 2009, e US\$ 2 bilhões em 2010, o que representou, respectivamente, 78,1% e 83,4% dos desembolsos pós-embarque do BNDES-Exim nesses anos. E essa tendência foi continuada nos anos posteriores até 2013, último ano em que puderam ser percebidos altos valores de desembolsos para o financiamento das exportações.

O objetivo deste capítulo foi examinar as políticas de apoio a exportação do BNDES ao longo dos anos 1990 e da primeira década de 2000. Analisamos, nesse sentido, o desenvolvimento dessas políticas desde que o Programa de Financiamento às Exportações de Máquinas e Equipamentos (Finamex) entrou em operação. Damos particular foco à análise do BNDES-Exim e, sobretudo, da linha pós-embarque desse programa. Vimos que a mesma foi condição *sine qua non* para a consolidação das multinacionais brasileiras no interregno entre 1997 e 2010, mas também durante o triênio posterior ao recorte temporal dessa pesquisa. Também verificamos que o processo de transnacionalização das empresas brasileiras é um fenômeno bastante complexo e foi influenciado por diversos fatores como, por exemplo, as condições econômicas externas e domésticas, por um contundente suporte diplomático, pela existência ou não de linhas de financiamento específicas e fontes externas de captação de recursos. Além disso, percebemos que o apoio do BNDES-Exim à inserção internacional das firmas que atuam no país é marcado mais por nuance, ou seja, avanços e recuos ao longo de todo o período do que por rupturas ou continuidades completas. Enfim, o que melhor define esse processo é, em essência, o fato de ser restrito ao grande capital que, por sua vez, atua no Brasil de forma muito mais associada ao capital estrangeiro do que em oposição ao mesmo.

Conclusão

Esta pesquisa teve como principal objetivo o de analisar a atuação do BNDES no processo de transnacionalização das empresas brasileiras no período que vai de 1990 a 2010. Buscamos saber em que medida o papel desempenhado pela agência estatal nessa estratégia de desenvolvimento capitalista, durante o governo Lula (2003-2010), deve ser entendido como uma ruptura ou mesmo continuidade com relação à última década do século XX e, principalmente, com o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

Vimos que o tamanho que o banco atingiu e a sua contundente atuação no fomento aos negócios empresariais para o exterior chamou a atenção da sociedade brasileira em geral. Destacamos principalmente a emergência, a partir dos anos 2000, de pesquisas no sentido de legitimar a implementação de políticas estatais e, em particular capitaneadas pelo BNDES, com vistas à maior inserção internacional da economia brasileira nos fluxos de comércio mundial, à conformação de empresas mais competitivas, capazes de enfrentar a acirrada concorrência imposta pelas multinacionais dos países centrais. Apesar de algumas análises, como a do ex-presidente do banco - Luciano Coutinho, defenderem que as ações do banco devem estar calcadas em uma política industrial que seja articulada a um conjunto de medidas de política externa, tecnológica e fiscal, enfim, à criação de um ambiente macroeconômico favorável à internacionalização da economia brasileira; a maior parte dessas formulações se limita a questões microeconômicas, ou seja, à criação de vantagens comparativas para que as firmas se transnacionalizem. Por fim, o que parece conectar esses distintos enfoques analíticos é a ideia de que a constituição de multinacionais se tornou, a partir das últimas décadas do século XX, uma condição *sine qua non* para uma inserção autônoma do Brasil.

Destacamos também o surgimento de diversas pesquisas concomitantemente ao avanço das políticas de fomento à transnacionalização de empresas brasileiras. Apesar de objetos e objetivos muitas vezes distintos, as mesmas têm como pano de fundo uma mesma questão-chave, ou seja, o papel do BNDES na estratégia de desenvolvimento capitalista

realizada no período e os seus impactos na economia brasileira, bem como no padrão de inserção internacional do Brasil. Constatamos, dentre outras coisas, que não há uma visão homogênea no que tange às continuidades/rupturas na forma de agir e de operar do BNDES no período Lula, estando às análises existentes polarizadas entre: as que identificam um fio condutor que liga o *modus operandi* do banco à década de 1990 e, particularmente ao governo de Fernando Henrique Cardoso e as que consideram, ao contrário, uma ruptura. Com relação a estas, as mesmas enfatizam a forte expansão das políticas do banco como, por exemplo, a criação de uma linha específica para a internacionalização de empresas; a expansão drástica dos desembolsos do banco e do seu escopo de atuação; a própria internacionalização da instituição; a suposta prioridade conferida às empresas de capital nacional, bem como à expansão delas (principalmente as empreiteiras) para a América do Sul e, sobretudo, no âmbito da Iniciativa de Integração Regional Sul-Americana (IIRSA). Para alguns, ainda, essas transformações indicam o resgate por parte do BNDES de seus princípios de instituição de fomento perdidos, ao longo dos anos 1990, quando se voltou para as políticas de privatizações.

Por outro lado, as análises que advogam a existência de continuidades afirmam que esse conjunto de alterações no âmbito do BNDES resulta de reformas no seu estatuto, realizadas durante o último ano da administração de Fernando Henrique Cardoso, em 2002. As mesmas ressaltam também, no que toca à suposta prioridade concedida à região sul-americana, que isso não é recente e que já na década de 1990 podia ser percebida uma maior aproximação do país com a região. Por fim, os fenômenos vistos no período posterior a 2003 consistiriam, para as análises críticas à atuação do BNDES, um aprofundamento dessas políticas, bem como de padrão de acumulação iniciado naquela década, calcado em setores e empresas já consolidadas desde o final do século XX.

Por uma via interpretativa alternativa a essas leituras, buscamos mostrar que a atuação do BNDES na estratégia de desenvolvimento via inserção internacional das empresas com base no Brasil foi marcada mais por nuance do que por rupturas ou continuidades completas durante os anos 1990-2010. O recuo que fizemos aos últimos anos do século passado permitiu verificar que já no final dos anos 1980, quando o banco passou por uma inflexão no que tange às suas prioridades, se evidenciava a intenção de levar a cabo aquela estratégia. Não obstante à centralidade que as políticas privatistas tiveram nas atividades da agência estatal a partir de 1990, foi possível observar o surgimento dos seus primeiros instrumentos específicos para o apoio à transnacionalização de empresas. Nesse ano, por exemplo, foi criado o Programa de Financiamento as Exportações de Máquinas e Equipamentos (Finamex). Nos anos posteriores,

particularmente a partir da segunda metade dessa década, o que pode ser verificado é a convivência de um BNDES que empreendia esforços no sentido de avançar com o projeto privatista, por um lado, com outro que buscava consolidar-se como um banco das multinacionais. Isso fica ainda mais patente, em 1997, quando o Finamex foi convertido no programa de financiamento às exportações BNDES-Exim. Este talvez represente a principal inflexão no apoio dado pela instituição à transnacionalização das empresas via o fomento das exportações. Além de forte elevação dos desembolsos daquele programa, viu-se a ampliação dos setores apoiados e, principalmente, a inserção dos grandes empreendimentos, com destaque para as grandes obras de infraestrutura no exterior e a exportação de bens e serviços do setor aeroespacial nos destinos dos financiamentos.

Em síntese, através de suas políticas de apoio às exportações o BNDES fomentou um complexo processo de transnacionalização de empresas. Este, por sua vez, foi influenciado por diversos fatores como, por exemplo, pelas condições econômicas externas e domésticas, pelo contundente suporte diplomático realizado no período, pela existência ou não de linhas de financiamento específicas e fontes externas de captação de recursos, enfim, pelas políticas públicas em geral. Destaca-se, principalmente, que a linha pós-embarque do BNDES-Exim protagonizou aquele processo a partir de 1997, sendo responsável por consolidar o BNDES como um banco das multinacionais. Nos anos posteriores, o que se viu foi um intenso processo de concentração dos desembolsos dessa linha de financiamento em um restrito grupo de grandes empresas, principalmente, para a Embraer S/A e Odebrecht. Assim, o capital monopolista que emerge na segunda metade do século XX e se expande com as políticas de privatização, encontra nas políticas de internacionalização do BNDES o seu principal suporte. E, ao contrário do que se tem afirmado, essas multinacionais e esse capital monopolista atuam, em boa medida nos países do centro capitalista e, não raras vezes, possuem capital estrangeiro em sua composição.

Fontes e bibliografia:

ALEM, Ana Claudia; CAVALCANTI, Carlos Eduardo. O BNDES e o apoio à internacionalização das empresas brasileiras: algumas reflexões. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 24, p.43-76, dez. 2005.

ALEM, Ana Claudia; MADEIRA, Rodrigo. “Internacionalização e competitividade: a importância da criação de empresas multinacionais brasileiras”. In: ALÉM, Ana Claudia; GIAMBIAGI, Fábio. *O BNDES em um Brasil em transição*. Rio de Janeiro: BNDES, 2010, p. 39-58. Cap. 2.

ALMEIDA, Mansueto. *Desafios da real política industrial brasileira do século XXI*. (Texto para discussão, n. 1452). Brasília: IPEA, 2004.

ALMEIDA, Monica Piccolo. *Reformas neoliberais no Brasil: a privatização nos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso*. Tese de Doutorado em História. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2010.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

ANDERSON, Perry. O Brasil de Lula. Cebrap: *Novos Estudos*, 2011, p. 23-52.

ARBIX, Glauco; SALERNO, Mario Sergio; DE NEGRI, João Alberto. Internacionalização gera emprego de qualidade e melhora a competitividade das firmas brasileiras. In: DE NEGRI,

J.A; SALERNO, M. S (Orgs.). *Inovações, padrões tecnológicos e desempenho das firmas industriais brasileiras*. Brasília: Ipea, 2005.

ARBIX, Glauco; SALERNO, Mário Sérgio; NEGRI, João Alberto. *Inovação via internacionalização, faz bem para as exportações brasileiras* (Texto para discussão, n. 1023). Brasília: IPEA, 2004.

ARONOVICH, Selmo; RIGOLON, Francisco. Cenários comparados da disponibilidade de recursos e alternativas de políticas para o futuro. In: ALÉM, Ana Claudia; GIAMBIAGI, FÁBIO (orgs.). *BNDES em um Brasil em transição*. Rio de Janeiro: BNDES, 2010. p. 107-120.

BADIN, Lucina; PINTO, João Roberto Lopes; SISTON, Felipe; TAUTZ, Carlos. “O BNDES e a reorganização do capitalismo brasileiro: um debate necessário”. In: *Os anos Lula: Contribuições para um balanço crítico (2003-2010)*, Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

BARROS, Larissa Martins Monteiro de. *A Iniciativa para a integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana e a expansão internacional dos capitais brasileiros*. Dissertação de Mestrado em Economia Política Internacional. Rio de Janeiro: UFRJ, 2018.

BATISTA JR, Paulo Nogueira. Mitos da “globalização”. *Estudos Avançados* 12 (32), 1998.

BATISTA, Jorge Chami. O BNDES e o desenvolvimento brasileiro. In: *Seminário Especial 50 Anos de Desenvolvimento – 1952/2002: o papel do BNDES e do Banco do Nordeste*. Rio de Janeiro: Estudos e Pesquisas, nº 39, 2002.

BERNARDINO, Ana Paula da Silva. Fontes de recursos e atuação do BNDES sob uma perspectiva histórica. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23. 2005.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

BORGES, Caio. *Desenvolvimento para as pessoas? o financiamento do BNDES e os direitos humanos*. São Paulo: Conectas Direitos Humanos, 2014.

BRAGA, JORGE Luiz Raposo. *O papel do BNDES na política externa do governo Lula da Silva: internacionalização e integração regional na América do Sul*. Tese de Doutorado em Geografia. Campinas: Unicamp, 2015.

BUGIATO, Caio Martins. *A política de financiamento do BNDES e a burguesia brasileira*. Tese de Doutorado em Ciência Política. Campinas: UNICAMP, 2016.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. “A transnacionalização das empreiteiras e o pensamento de Ruy Mauro Marini”. In: *Revista Contra a Corrente: revista marxista de teoria, política e história contemporânea*. Ano 2, no 3, 2010.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988*. Rio de Janeiro: Editora da UFF, 2014.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. O processo de transnacionalização das empreiteiras brasileiras, 1969-2010: uma abordagem quantitativa. In: *VII Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 5 Conferência Internacional de História Econômica*, Niterói, p. 1-19, 2014.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta (orgs). *Os donos do capital: a trajetória das principais famílias empresariais do capitalismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

CARVALHO, Clarissa Barbosa Ramos Prudêncio de. *A atuação do BNDES na integração da América do Sul*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Pernambuco: Universidade Federal de Pernambuco, 2011.

CARVALHO, Clarissa Barbosa Ramos Prudêncio de. O protagonismo do BNDES no financiamento da infraestrutura Sul-Americana durante o governo Lula: interface entre interesses domésticos e a política externa. In: *I Seminário Nacional de Pós-Graduação de Relações Internacionais*, Brasília-DF, 2012. p. 1-20.

CATERMOL, Fabricio. Agências de crédito à exportação: o papel de instituições oficiais no apoio à inserção internacional de empresas. *Revista do BNDES*, v.15, n. 30, p.5-38, 2008.

CATERMOL, Fabrício. BNDES-exim: 15 anos de apoio às exportações Brasileiras. *Revista do BNDES*, v.12, n.24, p.3-30, 2005.

CERQUEIRA, Daniela Franco. *A Integração com os países da América do Sul (2003-2010): o IED brasileiro, a IIRSA e consolidação da dependência*. Tese de Doutorado em Economia. Niterói: UFF, 2014.

CERVO, Amado Luis. *Inserção internacional: formação de conceitos brasileiros*. São Paulo: Saraiva, 2007.

CERVO, Amado Luis; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

COSTA, Armando João Dalla Costa. *Internacionalização de Empresas Brasileiras: teoria e experiências*. Curitiba: Juruá Editora, 2011.

COUTINHO, Luciano G. Marcos e desafios de uma política industrial contemporânea. In: CASTRO, Ana Célia (Org.). *Desenvolvimento em debate: painéis de desenvolvimento I. V. 2*. Rio de Janeiro: Mauad BNDES, 2002.

COUTINHO, Luciano Galvão. A construção de fundamentos para o crescimento sustentável da economia brasileira. In: ALÉM, Ana Claudia; GIAMBIAGI, Fábio (orgs.). *BNDES em um Brasil em transição*. Rio de Janeiro: BNDES, 2010.

CURRALERO, Cláudia Regina Baddini. *A atuação do sistema BNDES como instituição financeira de fomento no período 1952/1996*. Dissertação de Mestrado em Economia. Campinas: Unicamp, 1998.

DUARTE, Noemi Ferreira. *BNDES: banco de desenvolvimento ou de investimento*. *Revista de Economia e Relações Internacionais*, São Paulo. v. 6, n. 11, p.148-167, 2007.

DUNNING, J. H. Toward an eclectic theory of international production: some empirical tests. *Journal of International Business Studies*, v. 11, n. 1, p. 9-31, 1980.

FAUCHER, Philippe; NIOSI, Jorge. O Estado e as multinacionais. *Revista de Economia Política*, v. 6, nº. 2, 1986.

FERNANDES, Luis Manuel Rabelo. Da transição na ordem mundial à ruptura na ordem democrática nacional. Dourados: *Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD*, v.5, n.9, p. 9-25, 2016.

FILGUEIRAS, Luiz; GONÇALVES, Reinaldo. *A Economia Política do Governo Lula*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

FIORI, José Luís. Sistema Mundial: império e pauperização para retomar o pensamento crítico latino-americano. In: FIORI, José Luís; MEDEIROS, Carlos (orgs.). *Polarização mundial e crescimento*. São Paulo: Vozes, 2001.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010. [2ª. ed].

GARCIA, Ana E. Saggiaro. *A internacionalização das empresas brasileiras durante o governo Lula: uma análise crítica da relação entre capital e Estado no Brasil contemporâneo*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PUC, 2012.

GARCIA, Ana Saggiaro. Políticas públicas e interesses privados: a internacionalização de empresas brasileiras e a atuação internacional do governo Lula. *In: 3 Encontro Nacional da ABRI, “Governança Global e Novos Atores”*, São Paulo, 2011.

GARCIA, Ana Saggiaro; PINTO, João Roberto Lopes. A (ir)responsabilidade social do BNDES e a concentração capitalista. *In: CARVALHO, Guilherme et al. Contra Corrente: para quem desafia o pensamento único*. Rede Brasil: Contracorrente, n. 5, 2013.

GARZON, Luis Fernando Novoa. *BNDES: Processos decisórios e articulação Estado-capital de 2003-2013*. Tese de Doutorado em Planejamento Urbano e Regional. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015

GARZON, Luis Fernando Novoa. O Brasil e seu “desbordamento”: o papel central do BNDES na expansão das empresas transnacionais brasileiras na América do Sul. *In: INSTITUTO ROSA LUXEMBURGO STIFITUNG. Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário*. 1ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 187-205.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GIAMBIAGI, Fábio; RIECHE, Fernando; AMORIM, Manoel. As finanças do BNDES: evolução recente e tendências. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, p. 3-40, 2009.

GORENDER, Jacob. *A Burguesia Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

GORENDER, Jacob. *Globalização, revolução tecnológica e relações de trabalho*. Série Assuntos Internacionais – 47, Instituto de Estudos Avançados, Universidade de São Paulo, set. 1996 [mimeo].

GRAMSCI, Antônio. “Caderno 13 (1932-4): Breves notas sobre a política de Maquiavel”. *In: Cadernos do Cárcere*. Vol. 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 11-111.

IANNI, Octavio. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

IGLESIAS, Roberto Magno; VEIGA, Pedro da Motta. Promoção de exportações via internacionalização das firmas de capital brasileiro. *In: PINHEIRO, Armando Castelar*;

MARKWALD, Ricardo; PEREIRA, Lia Vall (Org). *O desafio das exportações*. Rio de Janeiro: BNDES, 2002.

IGLESIAS, Roberto. Algunos elementos para caracterizar los intereses brasileños en la integración en infraestructura en América del Sur. *Integración y Comercio*, n. 28, p. 1-30, 2008.

KLÜGER, Elisa. Construindo uma burocracia econômica de excelência: concursos de seleção para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), de 1955 a 2012. *Plural: Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP*, São Paulo, v. 22.2, p. 81-111. 2015.

LAZZARINI, Sérgio. *Capitalismo de Laços: os donos do Brasil e suas conexões*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

MANTEGA, Guido; MORAES, Maria. *Acumulação Monopolista e Crises no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991 [1ª ed. de 1980].

MARX, k; ENGELS, F. *A Ideologia Alemã (Feuerbach)*. 5 ed. São Paulo: Hucitec, 1986 [1946].

MENDONÇA, Sonia Regina de. *A industrialização brasileira*. São Paulo: Moderna, 1990.

MENDONÇA, Sonia Regina de. Estado Ampliado como ferramenta metodológica. *Revista: Marx e Marxismo*, v.2, n.2, p. 27-43, 2014.

MENDONÇA, Sonia Regina; FONTES, Virgínia. “História e teoria política” In: Cardoso, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (org.). *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 55-71.

MIRANDA, José Carlos; TAVARES, Maria da Conceição. Brasil: estratégias de conglomeração. In: FIORI, José Luís (org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999. p. 327-350.

MUSACCHIO, Aldo; LAZZARINI, Sérgio. *Reinventando o capitalismo de Estado: o Leviatã nos negócios: Brasil e outros países*. São Paulo: Portfólio-Penguin, 2015.

OLIVEIRA, Alexandre Lourenço. O BNDES como ator das relações exteriores brasileiras durante o governo Lula (2003-2010). *Revista Espaço e Economia*, 2016, Ano IV, n. 8. p. 1-17.

PAIVA, Márcia de. *BNDES: um banco de história e do futuro*. São Paulo: Museu da Pessoa, 2012.

PINHEIRO, Armando Castelar; MARKWALD, Ricardo; PEREIRA, Lia Vall (Org). *O desafio das exportações*. Rio de Janeiro: BNDES, 2002.

PINTO, João Roberto Lopes; Garcia, Anna Elisa Saggiaro. A (ir)responsabilidade social do BNDES e a concentração capitalista. In: CARVALHO, Guilherme et al. *Contra Corrente: para quem desafia o pensamento único*. *Rede Brasil: Contracorrente*, n.5, 2013

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o Poder e o Socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1980 [1978].

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. *A América do Sul no discurso diplomático brasileiro*. Brasília: FUNAG, 2014.

SARAIVA, Miriam Gomes. *Política externa brasileira para os países sulamericanos durante o governo Lula: entre a América do Sul e o Mercosul*. Recife: ABCP, 2010.

TAUTZ, Carlos et al. *OBNDES e a reorganização do capitalismo brasileiro: um debate necessário*. Disponível em: <www.ibase.br/bndes/o-bndes-e-a-reorganização-do-capitalismobrasileiro-um-debate-necessario/>. Acesso em: 8 de nov. 2015.

VALDEZ, Robson Coelho Cardoch. *A internacionalização do BNDES no Governo Lula*. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2011. 2011.

VIANNA, Sérgio Besserman. *A política econômica no segundo governo Vargas (1951-1954)*. 11º Prêmio BNDES de Economia. Rio de Janeiro: BNDES, 1987.

Relatórios do BNDES:

BNDES. Relatório Anual de 1990. Disponível em: <<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/3838>>. Acesso em 24 de set. de 2017.

BNDES. Relatório Anual de 1991. Disponível em: <<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/3838>>. Acesso em 24 de set. de 2017.

BNDES. Relatório Anual de 1992. Disponível em: <<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/3838>>. Acesso em 24 de set. de 2017.

BNDES. Relatório Anual de 1993. Disponível em: <<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/3861>>. Acesso em 24 de set. de 2017.

BNDES. Relatório Anual de 1994. Disponível em: <<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/3862>>. Acesso em 24 de set. de 2017.

BNDES. Relatório Anual de 1995. Disponível em: <<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/3863>>. Acesso em 24 de set. de 2017.

BNDES. Relatório Anual de 1996. Disponível em: <<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/3864>>. Acesso em 24 de set. de 2017.

BNDES. Relatório Anual de 1997. Disponível em: <<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/3865>>. Acesso em 24 de set. de 2017

BNDES. Relatório Anual de 1998. Disponível em: <<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/3866>>. Acesso em 24 de set. de 2017

BNDES. Relatório Anual de 1999. Disponível em: <<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/3867>>. Acesso em 24 de set. de 2017

BNDES. Relatório Anual de 2000. Disponível em: <<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/3870>>. Acesso em 24 de set. de 2017.

BNDES. Relatório Anual de 2001. Disponível em: <<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/3871>>. Acesso em 24 de set. de 2017.

BNDES. Relatório Anual de 2002. *Disponível em:* <<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/3868>>. Acesso em 24 de set. de 2017.

BNDES. Relatório Anual de 2003. *Disponível em:* <<https://web.bndes.gov.br/bib/bib/jspui/handle/1408/682>>. Acesso em 01 de nov. de 2016.

BNDES. Relatório Anual de 2004. *Disponível em:* <<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/916>>. Acesso em 01 de nov. de 2016.

BNDES. Relatório Anual de 2005. *Disponível em:* <<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/917>>. Acesso em 01 de nov. de 2016.

BNDES. Relatório Anual de 2006. *Disponível em:* <<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/918>>. Acesso em 01 de nov. de 2016.

BNDES. Relatório Anual de 2007. *Disponível em:* <<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/1802>>. Acesso em 01 de nov. de 2016

BNDES. Relatório Anual de 2008. *Disponível em:* <<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/927>>. Acesso em 01 de nov. de 2016.

BNDES. Relatório Anual de 2009. *Disponível em:* <<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/928>>. Acesso em 01 de nov. de 2016.

BNDES. Relatório Anual de 2010. *Disponível em:* <<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/929?mode=full>>. Acesso em 01 de nov. de 2016.

Documentos oficiais:

AMORIM, Celso Luiz Nunes. Discurso do Ministro na XIII Reunião do Conselho de Ministros da ALADI. Brasília-DF: Aladi, 2004.

BRASIL, Decreto nº 4.418, de 11 de outubro de 2002. Aprova novo Estatuto Social da empresa pública Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Brasília, 14 de outubro de 2003.

MANTEGA, Guido. Integração da infraestrutura na América do Sul. Rio de Janeiro: BNDES, 23 de nov. 2005. Palestra concedida na primeira rodada de consultas para a construção da Visão estratégica sul-americana no Brasil.

SILVA, Luiz Inácio Lula. Discurso do presidente da república. Brasília-DF: 01 de jan. 2003. Pronunciamento de posse do presidente Lula no Congresso Nacional.

Notícias de jornal:

Gazeta do povo. BNDES abandona política de criar "campeões nacionais". *Disponível em:* <<http://www.gazetadopovo.com.br/economia/bndes-abandona-politica-de-criar-campeoesnacionais-e414fwh4uvm9q3n9b04dgd2ry>>. Acesso em 06 de dez. de 2016.

IG. Luciano Coutinho. *Disponível em:* <ultimosegundo.ig.com.br/os-60-maispoderosos/Luciano-coutinho/524aa97bd1a6d49813000006.html>. Acesso em 12 de jan. de 2017.

Marco Aurélio Cabral Pinto. Quais os desafios da venda da Embraer para a Boeing? *Disponível em:* <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/brasil-debate/Quais-desafios-da-venda-da-Embraerpara-Boeing>>. Acesso em 05 de mai. de 2018.

PINTO, João Roberto Lopes. BNDES: o reforço à dinâmica dos negócios. *Le Monde Diplomatique Brasil*, out. de 2008.

SANTOS, Francisco. BNDES quer ampliar crédito à exportação. *Disponível em:* <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/6/21/dinheiro/16.html>>. Acesso em 26 de jan. de 2018.

Endereços eletrônicos:

Agco Corporate. *Disponível em:* <<http://www.agcocorp.com/about/agco-history.html>>. Acesso em 08 de mai. de 2018.

Agco do Brasil. *Disponível em:* <<http://fendt.com.br/empresa/historia.aspx>>. Acesso em 08 de mai. de 2018;

blog do Mansueto de Almeida. *Disponível em:* <<https://mansueto.wordpress.com/about/>>. Acesso em 09 de abr. de 2018.

BLOOMBERG. Nildemar Secches. *Disponível em:* <<https://www.bloomberg.com/research/stocks/people/person.asp?personId=684996&privcapId=683718>>. Acesso em 10 de abr. de 2018.

BNDES. Contratos referentes à desembolsos do BNDES *Exim* Pós-embarque. *Disponível em:* <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/Busca/solrsearch?q=p%C3%B3sembarque>>. Acesso em 07 de fev. de 2018.

BNDES. Desembolsos Pós-Embarque para obras de engenharia. *Disponível em:* <<http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/consulta-operacoesbndes/consulta-a-financiamentos-de-exportacao-pos-embarque>>. Acesso em 27 de mar. de 2017.

BNDES. *Disponível em:* <<http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/>>. Acesso em: 11 de setembro de 2014.

BNDES. *Disponível em:* <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/consulta-operacoesbndes/consulta-a-financiamentos-de-exportacao-pos-embarque>>. Acesso em 16 de mar. de 2018.

BNDES. Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). *Disponível em:* <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/guia/custosfinanceiros/taxajuros-longo-prazo-tjlp>>. Acesso em 29 de mar. de 2018.

CAIXA. Programa Minha Casa, Minha Vida. *Disponível em:* <http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/programas_habitacao/entidades/entidades.asp>. Acesso em 04 de mai. de 2018.

Cartepillar. *Disponível em:* <<https://www.caterpillar.com/pt.html>>. Acesso em 05 de mai. de 2018.

FORTES, Marcio João de Andrade Fortes. CPDOC. Verbete. *Disponível em:* <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/marcio-joao-de-andradefortes>>. Acesso em 02 de mai. de 2018.

Ministério da Educação. Reuni. *Disponível em:* <<http://reuni.mec.gov.br/>>. Acesso em 04 de mai. de 2018.

Ministério do Desenvolvimento Social. Bolsa Família. *Disponível em:* <<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e>>. Acesso em 04 de mai. de 2018.

Ministério do Planejamento. PAC. *Disponível em:* <<http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>>. Acesso em 04 de mai. de 2018.

Prouni. *Disponível em:* <http://siteprouni.mec.gov.br/tire_suas_duvidas.php#conhecendo>. Acesso em 04 de mai. de 2018.

ROMI. *Disponível em:* <<http://www.romi.com/>>. Acesso em 05 de mai. de 2018.

Scania Latin America. *Disponível em:* <<https://www.scania.com/latinamerica/pt/home.html>>. Acesso em 08 de mai. de 2018.

VIANNA, Marcos Pereira. CPDOC. Verbete. *Disponível em:* <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/marcos-pereira-viana>>. Acesso em 10 de abr. de 2018.

Volvo Group. *Disponível em:* <<https://www.volvogroup.com.br/pt-br/home.html>>. Acesso em 05 de mai. de 2018.

Anexo I:

Diagrama: Fluxo operacional da modalidade BNDES-Exim Pré-Embarque:



Fonte: BNDES-Exim Pré-Embarque. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/bndes-exim-pre-embarque>. Acesso em 15 de ago. de 2018.

Anexo II:

Diagrama: Fluxo operacional da modalidade *supplier credit* do BNDES-Exim Pós-Embarque:



Fonte: BNDES. Modalidade *supplier credit* do BNDES-Exim Pós-Embarque. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/exim-pos-emb-bens>>. Acesso em 15 de ago. de 2018.

Anexo III:

Diagrama: Fluxo operacional da modalidade *buyer credit* do BNDES-Exim Pós-Embarque:



Fonte: BNDES. Modalidade *buyer credit* do BNDES-Exim Pós-Embarque. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/exim-pos-emb-bens>>. Acesso em 15 de ago. de 2018.

Anexo IV:**Estrutura do Sistema BNDES:**

Anexo V:

Tabela - Desembolsos do BNDES-Exim pós-embarque por país de destino, 1998-2010 (US\$ milhões):

Países	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total
África Do Sul	-	-	-	9,709	-	-	-	-	-	-	-	-	34,843	44,552
Alemanha	-	-	-	186	234	62	-	-	-	-	-	-	-	483
Angola	-	-	1,654	113	-	-	-	105	-	148,952	539,490	766,238	148,113	1,604,666
Argentina	138,290	125,975	112,265	56,218	14,716	392	1,164	216,325	5,435	310,115	276,006	385,621	541,468	2,183,990
Bahamas	-	-	-	-	-	-	217	-	-	-	-	-	-	217
Bolívia	82,993	37,939	11,837	2,470	13,534	1,635	131	-	882	-	-	-	-	151,421
Canadá	272	316	284	202	10,637	-	-	189,369	53,435	-	-	-	-	254,514
Chile	1,584	7,267	9,648	2,241	5,149	26,113	23,271	30,367	66,757	31,732	120,270	11,990	102,414	438,803
China	8,013	5,466	2,920	1,460	36,960	14,427	9,792	1,204	-	-	-	-	-	80,243
Colômbia	-	490	1,188	19,564	5,992	560	-	-	-	-	-	-	-	27,794
Costa Rica	2,199	1,235	1,714	481	-	-	-	-	-	-	-	74	-	5,704
Cuba	181	2,818	20,065	8,375	6,414	3,249	10,779	30,312	15,220	-	-	68,515	29,822	195,750
El Salvador	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	59,276	91,094	150,369
Emirados Árabes Unidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	36,000	36,000
Equador	89,167	109,413	100,474	37,782	39,427	404	112,331	57,031	117,577	17,374	644	122	-	681,747
Espanha	54	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	299,295	299,349
Estados Unidos	390,189	655,019	1,344,255	1,116,159	1,834,868	1,609,981	1,425,934	1,599,651	1,023,041	659	495,429	250,826	157,671	11,903,680
França	43,226	-	-	6,988	29,394	-	-	19,318	-	-	-	177,297	55,703	331,927
Guiné Equatorial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8,763	-	2,377	11,140
Honduras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	62	-	-	62

Continua...

Países	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total
Ilhas Cayman	112,238	49,157	-	36,684	35,642	9,665	-	-	-	-	-	-	-	243,385
Irlanda	-	-	-	-	-	-	13,762	-	-	-	-	-	-	13,762
Itália	-	-	-	-	17,123	105,443	66,546	66,978	-	-	-	-	-	256,090
Jamaica	-	9,996	6,233	510	-	4,997	783	580	22	781	-	-	-	23,903
Japão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	80,080	-	80,080
México	556	3,671	7,364	476	1,011	1,781	36,926	18,872	-	478	295	42	-	71,472
Montenegro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	32,443	32,443
Noruega	-	-	-	9,770	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9,770
Países Baixos	-	-	-	235,106	461,500	63,394	-	210,543	314,135	57,917	-	41,900	83,907	1,468,402
Panamá	-	-	792	-	-	-	-	-	54,231	-	-	-	-	55,023
Paraguai	4,939	2,108	129	14,367	17,723	26,145	17,223	8,009	-	-	-	1,271	-	91,914
Peru	39,135	34,248	9,895	10,714	3,492	5,020	9,000	5,653	845	383	381	224	135,143	254,132
Portugal	29,832	898	2,126	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	32,856
Polônia	-	-	-	-	-	-	92,923	143,583	83,384	-	-	-	105,658	425,548
Reino Unido	32,103	48,790	98,660	16,452	-	-	-	-	-	-	-	107,899	144,331	448,234
República Dominicana	31,734	30,633	6,511	199	12,157	96,450	75,255	72,679	99,581	55,641	207,435	148,707	76,983	913,966
Suécia	-	-	-	5,964	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5,964
Suíça	-	-	-	-	39,108	-	-	-	-	-	-	-	-	39,108
Uruguai	5,244	8,325	36,432	23,962	3,323	-	307	-	2,633	3,203	2,352	2,055	-	87,836
Venezuela	65,722	23,615	1,902	17,094	81,170	55,621	44,083	26,127	25,328	70,315	43,209	48,066	315,201	817,455
Zimbábue	-	-	248	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	248
Total	1,077,670	1,157,380	1,776,596	1,633,247	2,669,573	2,025,340	1,940,427	2,696,705	1,862,506	697,551	1,694,337	2,150,202	2,392,466	23,774,000

Fonte: Elaboração própria com base em dados de BNDES. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/consulta-operacoes-bndes/consulta-financiamentos-de-exportacao-pos-embarque>>. Acesso em 16 de mar. de 2018.

Anexo VI:

Tabela: Percentual dos desembolsos pós-embarque do BNDES-Exim por ano, 1998-2010 (%):

Região	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
América do Norte	36,2	56,7	77	69	69	79,3	73,3	66,2	57,7	0,1	29,2	11,6	6,6
América do Sul	39,6	30	14,4	10,3	7	5,9	10,9	12,9	11,9	62,2	26,3	21	45,7
Europa	9,74	4,3	5,8	17	20,5	8,3	8,9	16,3	21,3	8,3	-	15,2	30,1
África	-	-	0,1	0,6	-	-	-	-	-	21,3	32,3	35,6	7,7
América Latina e Caribe	13,6	7,5	2	2,8	2	5,5	6,3	4,5	9,1	8	12,2	12,9	8,3
Ásia	0,7	0,4	0,2	0,06	1,4	0,7	0,5	0,04	-	-	-	3,7	-
Oriente Médio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,5
América Central	-	0,9	0,3	0,03	-	0,2	0,05	0,02	-	0,1	-	-	-
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de: BNDES. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/consulta-operacoes-bndes/consulta-afinanciamentos-de-exportacao-pos-embarque>>. Acesso em 16 de mar. de 2018.

Anexo VII:

Tabela – Número total de contratos financiados pelo BNDES-Exim no período 1997-2010, por empresa:

Empresa	N. de Contratos
A Carnevalli Cia Ltda	56
A L Hecher Madeiras	2
A.W. Faber Castell S.A.	1
Abb Alstom Power Brasil Ltda	1
Abb Ltda	5
Aços Villares As	7
Agco do Brasil Comércio e Indústria Ltda	91
Agrale Sociedade Anônima	6
Albrecht Equipamentos Industriais Ltda	1
Alfa Laval Ltd	1
Alstom Brasil Energia e Transporte Ltda	2
Alstom Hydro Energia Brasil Ltda	11
Alstom Indústria S/A	1
Alstom T&D Ltda.	1
Amsted-Maxion Fundicao e Equipamentos Ferroviários S/A	1
Andrew Indústria e Comércio Ltda	9
Arg Ltda	5
Armco Staco S/A Indústria Metalúrgica	4
Atlas Copco Brasil Ltda	6
Aumund Ltda	6
Avemarau Equipamentos Agrícolas Ltda	9
Banks Exportação e Importação Ltda	2
Bekum do Brasil Indústria e Comércio Ltda	3
Bematech S.A.	2
Benecke Irmãos E Cia Ltda	1
Bernard Krone do Brasil Ind. Com. Veic. Ind. Maq. Agric. Ltda	3
Bessara Moveis Indústria E Com. Ltd	1
Bobst Group Latinoamerica do Sul Ltda.	1
Bomag Marini Equipamentos Ltda	1
Brasilsat Harald As	2
Bsh Continental Eletrodomésticos Ltda	12
Busscar Comércio Exterior S/A	4
Busscar Ônibus S/A	59
Caio Comercial Exportadora Ltda	14
Campak Brasil Ltda.	1

Continua...

Empresa	N. de Contratos
Caterpillar Brasil Ltda	153
Ciber Equipamentos Rodoviários Ltda	34
Cilbras Empresa Brasileira de Cilindros Ltda	6
Cisa Trading As	1
Cnh Latin America Ltda	67
Comepre Equipamentos Pneumáticos Ltda	7
Comil Ônibus S/A:	11
Comil Silos e Secadores Ltda	15
Companhia de Obras e Infra-Estrutura	2
Compass Comércio Internac de Eq. para Supermercados Ltda	10
Confab Industrial S/A	11
Construções e Comércio Camargo Correa S/A	6
Construtora Andrade Gutierrez S/A	17
Construtora Norberto Odebrecht S/A	259
Construtora OAS Ltda	2
Construtora Queiroz Galvão S/A	9
Corib Importação e Exportação Ltda	3
Cotia Trading S/A	38
Cummins Brasil Ltda	45
Daruma Telecomunicações e Informática S/A	3
De Smet do Brasil Comércio e Indústria Ltda	1
Doux Frangosul S/A Agro Avícola Industrial	4
Eleva Alimentos S/A	3
Elevadores Otis Ltda	18
Eliseu Kopp & Cia Ltda	1
Embraer S/A	296
Empresa Brasileira de Compressores S/A Embraco	17
Emsa Empresa Sul Americana De Montagens S.A	1
Engevix Engenharia S/A	2
Equipamentos Industriais Unideutsch Ltda	1
Equitel S/A Equipamentos Sistemas de Telecomunicações	1
Ericsson Telecomunicacoes S/A	11
Eximhall Comercial Exportadora e Importadora	1
F. M. Coempar Comercial Ltda	4
Fabio Perini S A Indústria e Comércio de Máquinas	4
Fabrima Maquinas Automáticas Ltda	2

Continua...

Empresa	N. de Contratos
Facchini Com. Imp. e Exp. Ltda	2
Fezer Sa Indústrias Mecânicas	3
Ficap S/A	1
Filizola S/A Pesagem e Automação	3
Fmc Technologies Do Brasil Ltda	7
Fockink Indústrias Elétricas Ltda	4
Ford Brasil Ltda - em Liquidação	1
Forjasul Eletrik S.A.	8
Friغوconsult Engenharia Internacional S/A	1
Frs S/A Agro Avícola Industrial	1
Fundação CPQD Centro Pesquisa Desenv. Em Telecomunicações	2
Furnas Centrais Elétricas S/A	2
Furukawa Industrial S/A Produtos Elétricos	7
Ge Celma Ltda.	4
Gevisa S/A	9
Gnatus Equipamentos Médico Odontológicos Ltda	2
Gsi Brasil Ind. Com. de Equipamentos Agropecuário Ltda	7
Guerra S/A Implementos Rodoviários	23
H Bremer e Filhos Ltda	2
H Stern Comércio e Indústria S A	1
Haas do Brasil Indústria de Máquinas Ltda	1
Haver & Boecker Latinoamericana Máquinas Limitada	4
Hece Maqs. Acessórios Ind. Com. Ltda	2
Helicopteros Do Brasil S/A	5
Heller Máquinas Operatrizes Indústria e Comércio Ltda	1
Hergen S/A Máquinas e Equipamentos	1
High Tech Equipamentos Industriais Ltda	1
Hitachi Ar Condicionado do Brasil Ltda	2
Iat Companhia de Comércio Exterior	1
Ica Telecomunicações Ltda	3
Ideal Standard Wabco Ind e Com Ltda	1
Indústria de Relógios Herweg S A	1
Indústria e Comércio Barana Ltda	1
Indústria Eletromecânica Linsa Ltda	1
Indústrias Facchini Ltda	1
Indústrias Filizola S/A	2

Continua...

Empresa	N. de Contratos
Indústrias Machina Zaccaria S/A	1
Indústrias Romi S A	384
Inepar S/A Indústria e Construções	1
Intecnia S.A.	3
International Engines South America Ltda	8
Inverall Construções e Bens de Capital Ltda	1
Ipe Agro Avícola Ltda	1
Irizar Brasil Ltda	2
Iveco Latin America Ltda	19
Jesmar Indústria e Brinquedos Ltda	1
Jmb Zeppelin Equipamentos Industriais Ltda	1
John Deere Brasil Ltda.	31
Johnson Controls Be do Brasil Ltda	1
Jp Comercial e Industrial Ltda	1
Karsten S/A	51
Kavo do Brasil Indústria e Comércio Ltda	1
Kepler Weber S/A	110
Khs Indústria de Máquinas Ltda	1
Komatsu Do Brasil Ltda	7
Leao Alimentos e Bebidas Ltda	1
Leon Heimer S/A	4
Louis Dreyfus Commodities Brasil S.A.	4
Magnesita S/A	1
Mangels Indústria e Comércio Ltda	27
Mapla S/A Indústria de Materiais Plásticos	2
Maqplas Indústria e Comércio de Máquinas Ltda	10
Maquinas Agrícolas Jacto S/A	13
Maquinas Cerâmicas David Ltda.	1
Marchesan Implementos e Máquinas Agrícolas Tatu S A	11
Marcopolo S/A	149
Marcopolo Trading As	27
Margrani Importação e Exportação Ltda	1
Masipack Indústria e Comércio de Máquinas Automáticas S/A	4
Maubertec Empreendimentos e Construções Ltda	2
Mausa S/A Equipamentos Industriais	1
Mebrafe Instalações e Equipamentos Frigoríficos Ltda.	2

Continua...

Empresa	N. de Contratos
Mello Junior Empreendimentos e Participações Ltda	1
Mercedes-Benz do Brasil Ltda.	68
Metalúrgica Rbm Ltda	5
Metalúrgica Schiffer S/A	2
Metso Brasil Indústria e Comércio Ltda	12
Moosmayer Equipamentos Madeireiros Ltda	1
Motorola Industrial Ltda	14
Mp Estruturas Metálicas Ltda	1
Multitrade S/A	14
Mwl Brasil Rodas e Eixos Ltda	4
Nec Latin America S/A	4
New Holland Latino Americana Ltda	64
Nicoplast Metais Ltda.	2
Nigata Comércio Internacional Ltda	4
Nogueira S/A Maq. Agrícolas	1
Noma do Brasil Sociedade Anônima	4
Oriente Máquinas e Equipamentos Ltda	1
Ouro Fino Saúde Animal Ltda	13
Padtec S/A	2
Pami S/A. Empreendimentos e Serviços	5
Pas Tratores e Máquinas Ltda	1
Pavan Zanetti Indústria Metalúrgica Ltda	2
Perfipar S/A Manufaturados de Aço	72
Pfautler Equipamentos Industriais Ltda	1
Polímáquinas Indústria e Comércio Ltda	41
Prado Valladares Agência de Cooperação e Desenvolvimento	1
Prensas Schuler S/A	5
Pro Sinalizado Viária Ltda	1
Procomp Indústria Eletrônica Ltda	1
Prominas Brasil Equipamentos Ltda	1
Randon S/A Implementos e Sistemas Automotivos	83
Randon Veículos S.A.	7
Recrusul S/A	4
Reifenhauser Ind. De Maq. Ltda	3
Ricall Indústria e Com. de Máquinas Industriais Ltda.	1
Rms Software S/A	2

Continua...

Empresa	N. de Contratos
Robert Bosch Máquinas de Embalagem Ltda	1
Rota Indústria de Maquinas Agrícolas Ltda	1
Rotopel Indústria Mecânica Ltda	2
Sabroe do Brasil Ltda	3
Saint-Gobain Canalização Ltda	4
Sampatricio Indústria e Comércio Ltda	19
San Marino Ônibus e Implementos Ltda	2
Santher Fábrica de Papel Santa Therezinha S/A	7
Saur Equipamentos S/A	2
Scania Latin America Ltda	120
Schahin Engenharia S/A	1
Schneider Electric Brasil Ltda.	1
Schulz S/A	62
Schwing Equipamentos Industriais Ltda	22
Seaport Brasil Comércio Internacional Ltda	4
Semeato S/A Indústria e Comércio	11
Semil - Equipamentos Industriais Ltda	1
Serac do Brasil Indústria e Comércio Ltda	1
Sermatec Indústria e Montagens Ltda	2
Siemens Ltda	7
Silex Trading S/A	4
Siloexxel Manuf ee Equip. de Armazenagem de Grãos Ltda	7
Simisa Simioni Metalurgica Ltda	1
Simplex Equipamentos Ltda	1
Sms Siemag Serviços Industriais Ltda.	2
Spflex Indústria e Comércio de Máquinas Ltd	1
Starexport Trading S/A	2
Stemac S/A Grupos Geradores	1
Suplextrade Comércio Exterior Ltda	4
Svedala Ltda	29
Techint Engenharia e Construção S/A	2
Tecnológica Indústria e Comércio de Informática Ltda	2
Tecumseh do Brasil Ltda	6
Terex-Cifali Equipamentos Ltda	4
Thyssenkrupp Elevadores As	3
Toledo do Brasil Indústria de Balanças Ltda	2

Continua...

Empresa	N. de Contratos
TPRO Engenharia S.A./Pharmaster do Brasil Consultoria LTDA	1
Tracan Maqs. e Sists. para Agricultura Ltda	2
Tramontina Farroupilha S/A Indústria Metalúrgica	26
Tramontina S/A Cutelaria	27
Tres Eixos Indústria de Equipamentos de Transportes Ltd	1
Trutzschler Indústria e Comércio de Máquinas Ltda	1
Uni Systems do Brasil Ltda	1
Universum do Brasil Indústria Moveleira Ltda	1
Uteco Indústria e Comércio de Máquinas Ltda	2
Valtra do Brasil Ltda.	144
Voith Paper Máquinas e Equipamentos Ltda	6
Volkswagen do Brasil Ind. Veículos Automotores Ltda	32
Volvo do Brasil Veículos Ltda	162
Volvo Equipamentos de Construção Ltda	2
Weg Indústrias S/A (Incorporada)	2
White Martins Gases Industriais Ltda	20
Xylem Brasil Soluções Para Água Ltda	1
Zanella Engenharia e Indústria De Maquinas Ltda	1
Ziemann-Liess Máquinas e Equipamentos Ltda.	1
Total: 234 empresas	3626

Fonte: BNDES. Contratos referentes à desembolsos do BNDES *Exim* Pós-embarque. *Disponível em:* <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/Busca/solrsearch?q=p%C3%B3s-embarque>>. Acesso em 07 de fev. De 2018.

* Nessa tabela contém empresas pertencentes a um mesmo grupo econômico.

Anexo VIII:**Tabela:** Contratos firmados por cada empresa durante o período 1997-2010, por ano:

Empresa	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Acumulado
A Carnevalli Cia Ltda	1	6	3	1	5	9	4	9	3	1	4	5	2	3	56
A L Hecher Madeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	2
A.W. Faber Castell S.A.	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Abb Alstom Power Brasil Ltda	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Abb Ltda	-	1	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5
Aços Villares As	-	3	1	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7
Agco do Brasil Comércio e Indústria Ltda	5	31	28	6	10	10	1	-	-	-	-	-	-	-	91
Agrale Sociedade Anônima	-	2	-	-	-	-	1	-	1	-	2	-	-	-	6
Albrecht Equipamentos Industriais Ltda	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Alfa Laval Ltd	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Alstom Brasil Energia e Transporte Ltda	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Alstom Hydro Energia Brasil Ltda	-	-	-	-	-	4	2	-	2	3	-	-	-	-	11
Alstom Indústria S/A	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Alstom T&D Ltda.	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Amsted-Maxion Fundicao e Equipamentos Ferroviários S/A	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Andrew Indústria e Comércio Ltda	-	5	2	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9
Arg Ltda	-	-	-	-	3	2	-	-	-	-	-	-	-	-	5
Armco Staco S/A Indústria Metalúrgica	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	4
Atlas Copco Brasil Ltda	2	-	2	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	6
Aumund Ltda	1	-	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6
Avemarau Equipamentos Agrícolas Ltda	1	6	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9

Continua...

Empresa	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Acumulado
Banks Exportação e Importação Ltda	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Bekum do Brasil Indústria e Comércio Ltda	1	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
Bematech S.A.	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	2
Benecke Irmãos e Cia Ltda	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Bernard Krone do Brasil Ind. Com. Veic. Ind. Maq. Agric. Ltda	1	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
Bessara Moveis Indústria E Com. Ltd	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Bobst Group Latinoamerica do Sul Ltda.	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Bomag Marini Equipamentos Ltda	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Brasilsat Harald S/A	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Bsh Continental Eletrodomésticos Ltda	-	5	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12
Busscar Comércio Exterior S/A	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	4
Busscar Ônibus S/A	2	29	13	10	1	2	2	-	-	-	-	-	-	-	59
Caio Comercial Exportadora Ltda	2	7	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14
Campak Brasil Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Caterpillar Brasil Ltda	9	90	33	4	6	11	-	-	-	-	-	-	-	-	153
Ciber Equipamentos Rodoviários Ltda	1	12	12	3	2	-	4	-	-	-	-	-	-	-	34
Cilbras Empresa Brasileira de Cilindros Ltda	1	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6
Cisa Trading S/A	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Cnh Latin America Ltda	2	13	14	6	-	-	-	-	-	-	2	9	14	7	67
Comepre Equipamentos Pneumáticos Ltda	2	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7
Comil Ônibus S/A	-	5	4	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	11
Comil Silos e Secadores Ltda	-	3	1	-	3	2	-	-	-	-	-	1	5	-	15
Companhia de Obras e Infra-Estrutura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	2
Compass Comércio Internac de Eq. para Supermercados Ltda	2	5	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10
Confab Industrial S/A	-	-	-	-	-	2	-	-	5	-	-	-	4	-	11

Continua...

Empresa	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Acumulado
Construções e Comércio Camargo Correa S/A	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	3	-	6
Construtora Andrade Gutierrez S/A		2				1	-	-	1		6	6		3	17
Construtora Norberto Odebrecht S/A	-	1	14	11	15	-	1	1	22	1	30	53	63	47	259
Construtora OAS Ltda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	2
Construtora Queiroz Galvão S/A	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	4	-	-	9
Corib Importação e Exportação Ltda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1	-	-	3
Cotia Trading S/A	2	18	3	2	1	5	4	1	2	-	-	-	-	-	38
Cummins Brasil Ltda	-	27	18	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	45
Daruma Telecomunicações e Informática S/A	-	1	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
De Smet do Brasil Comércio e Indústria Ltda	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Doux Frangosul S/A Agro Avícola Industrial	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	4
Eleva Alimentos S/A	-	-	1	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
Elevadores Otis Ltda	-	4	5	8	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18
Eliseu Kopp & Cia Ltda	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Embraer S/A	2	23	38	42	48	48	25	25	28	5	5	1	2	4	296
Empresa Brasileira de Compressores S/A Embraco	-	2	14	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17
Emsa Empresa Sul Americana De Montagens S.A	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1
Engevix Engenharia S/A	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Equipamentos Industriais Unideutsch Ltda	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Equitel S/A Equipamentos Sistemas de Telecomunicações	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Ericsson Telecomunicações S/A	-	-	8	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11
Eximhall Comercial Exportadora e Importadora	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
F. M. Coempar Comercial Ltda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2	4
Fabio Perini S A Indústria e Comércio de Máquinas	1	1	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4
Fabrima Maquinas Automáticas Ltda	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2

Continua...

Empresa	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Acumulado
Facchini Com. Imp. e Exp. Ltda	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Fezer Sa Indústrias Mecânicas	-	-	-	1	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
Ficap S/A	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Fmc Technologies Do Brasil Ltda	2	2	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7
Fockink Indústrias Elétricas Ltda	-	2	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4
Ford Brasil Ltda - em Liquidação	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Forjasul Eletrik S.A.	-	-	-	-	-	4	4	-	-	-	-	-	-	-	8
Frigoconsult Engenharia Internacional S/A	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Frs S/A Agro Avícola Industrial	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
Fundação Cpqd Centro Pesquisa Desenv. Telecomunicações	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Furnas Centrais Elétricas S/A	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Furukawa Industrial S/A Produtos Elétricos	-	2	-	1	-	2	2	-	-	-	-	-	-	-	7
Ge Celma Ltda.	-	-	-	-	1	3	-	-	-	-	-	-	-	-	4
Gevisa S/A	-	1	1	2	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9
Gnatus Equipamentos Médico Odontológicos Ltda	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Gsi Brasil Ind. Com. de Equipamentos Agropecuário Ltda	-	-	-	4	1	-	-	-	-	-	-	-	-	2	7
Guerra S/A Implementos Rodoviários	1	13	3	4	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	23
H Bremer e Filhos Ltda	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
H Stern Comércio e Indústria S A	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Haas do Brasil Indústria de Máquinas Ltda	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Haver & Boecker Latinoamericana Máquinas Limitada	-	1	1	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4
Hece Maqs. Acessórios Ind. Com. Ltda	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Helicopteros Do Brasil S/A		2	1	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	5
Heller Máquinas Operatrizes Indústria e Comércio Ltda	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1

Continua...

Empresa	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Acumulado
Hergen S/A Máquinas e Equipamentos	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
High Tech Equipamentos Industriais Ltda	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Hitachi Ar Condicionado do Brasil Ltda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	2
Iat Companhia de Comércio Exterior	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Ica Telecomunicações Ltda	1	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	3
Ideal Standard Wabco Ind e Com Ltda	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Indústria de Relógios Herweg S A	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Indústria e Comércio Barana Ltda	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Indústria Eletromecânica Linsa Ltda	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Indústrias Facchini Ltda	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Indústrias Filizola S/A	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Indústrias Machina Zaccaria S/A	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Indústrias Romi S A	11	39	36	18	12	-	18	63	41	37	13	59	12	25	384
Inepar S/A Indústria e Construções	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Intecnial S.A.	-	1	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
International Engines South America Ltda	-	-	-	-	-	7	1	-	-	-	-	-	-	-	8
Inverall Construções e Bens de Capital Ltda	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Ipe Agro Avícola Ltda	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Irizar Brasil Ltda	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Iveco Latin America Ltda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	13	19
Jesmar Indústria e Brinquedos Ltda	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
JMB Zeppelin Equipamentos Industriais Ltda	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
John Deere Brasil Ltda.	1	10	5	-	-	7	8	-	-	-	-	-	-	-	31
Johnson Controls Be do Brasil Ltda	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
JP Comercial e Industrial Ltda	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1

Continua...

Empresa	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Acumulado
Karsten S/A	-	1	21	8	1	5	12	3	-	-	-	-	-	-	51
Kavo do Brasil Indústria e Comércio Ltda	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Kepler Weber S/A	13	45	26	9	5	6	-	2	4	-	-	-	-	-	110
KHS Indústria de Máquinas Ltda	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Komatsu Do Brasil Ltda	2	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7
Leao Alimentos e Bebidas Ltda	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Leon Heimer S/A	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	2	-	4
Louis Dreyfus Commodities Brasil S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	4
Magnesita S/A	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Mangels Indústria e Comércio Ltda	-	5	4	5	3	2	4	1	1	-	2	-	-	-	27
Mapla S/A Indústria de Materiais Plásticos	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Maqplas Indústria e Comércio de Máquinas Ltda	-	2	-	-	-	-	-	-	-	3	3	2	-	-	10
Maquinas Agrícolas Jacto S/A	3	2	1	-	3	4	-	-	-	-	-	-	-	-	13
Maquinas Cerâmicas David Ltda.	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Marchesan Implementos e Máquinas Agrícolas Tatu S A	6	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11
Marcopolo S/A	-	39	17	40	31	19	1	2	-	-	-	-	-	-	149
Marcopolo Trading As	-	1	-	-	4	10	6	6	-	-	-	-	-	-	27
Margrani Importação e Exportação Ltda	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Masipack Indústria e Comércio de Máquinas Automáticas S/A	-	3	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4
Maubertec Empreendimentos e Construções Ltda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	2
Mausa S/A Equipamentos Industriais	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Mebrafe Instalações e Equipamentos Frigoríficos Ltda.	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Mello Junior Empreendimentos e Participações Ltda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Mercedes-Benz do Brasil Ltda.	4	30	16	1	3	3	2	-	3	1	2	-	-	3	68
Metalúrgica Rbm Ltda	-	-	4	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5

Continua...

Empresa	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Acumulado
Metalúrgica Schiffer S/A	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Metso Brasil Indústria e Comércio Ltda	-	4	4	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	12
Moosmayer Equipamentos Madeireiros Ltda	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Motorola Industrial Ltda	-	-	3	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	14
Mp Estruturas Metálicas Ltda	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Multitrade S/A	1	10	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14
Mwl Brasil Rodas e Eixos Ltda	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4
Nec Latin America S/A	1	1	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4
New Holland Latino Americana Ltda	8	34	16	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	64
Nicoplast Metais Ltda.	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Nigata Comércio Internacional Ltda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2	1	-	4
Nogueira S/A Maq. Agrícolas	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Noma do Brasil Sociedade Anônima	-	-	2	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	4
Oriente Máquinas e Equipamentos Ltda	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Ouro Fino Saúde Animal Ltda	-	-	-	-	-	4	-	9	-	-	-	-	-	-	13
Padtec S/A	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	2
Pami S/A. Empreendimentos e Serviços	-	2	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5
Pas Tratores e Máquinas Ltda	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Pavan Zanetti Indústria Metalúrgica Ltda	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Perfipar S/A Manufaturados de Aço	-	-	25	16	26	5	-	-	-	-	-	-	-	-	72
Pfautler Equipamentos Industriais Ltda	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Polimáquinas Indústria e Comércio Ltda	-	1	1	2	1	3	7	-	-	-	7	12	6	1	41
Prado Valladares Agência de Cooperação e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1
Prensas Schuler S/A	-	-	-	1	1	3	-	-	-	-	-	-	-	-	5
Pro Sinalizado Viária Ltda	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1

Continua...

Empresa	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Acumulado
Procomp Indústria Eletrônica Ltda	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Prominas Brasil Equipamentos Ltda	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Randon S/A Implementos e Sistemas Automotivos	2	37	32	11	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	83
Randon Veículos S.A.	1	3	2	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	7
Recrusul S/A	-	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4
Reifenhauser Ind. De Maq. Ltda	1	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
Ricall Indústria e Com. de Máquinas Industriais Ltda.	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Rms Software S/A	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	2
Robert Bosch Máquinas de Embalagem Ltda	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Rota Indústria de Maquinas Agrícolas Ltda	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Rotopel Indústria Mecânica Ltda	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Sabroe do Brasil Ltda	-	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
Saint-Gobain Canalização Ltda	-	3	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4
Sampatricio Indústria e Comércio Ltda	-	11	7	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	19
San Marino Ônibus e Implementos Ltda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	2
Santher Fabrica de Papel Santa Therezinha S/A	-	1	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7
Saur Equipamentos S/A	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Scania Latin America Ltda	2	36	23	10	7	2	2	16	15	2	2	-	-	3	120
Schahin Engenharia S/A	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1
Schneider Electric Brasil Ltda.	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Schulz S/A	-	-	-	-	13	15	2	7	17	6	2	-	-	-	62
Schwing Equipamentos Industriais Ltda	1	5	16	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22
Seaport Brasil Comércio Internacional Ltda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3	-	-	4
Semeato S/A Indústria e Comércio	-	11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11
Semil - Equipamentos Industriais Ltda	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1

Continua...

Empresa	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Acumulado
Serac do Brasil Indústria e Comércio Ltda	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Sermatec Indústria e Montagens Ltda	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Siemens Ltda	4	-	2	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7
Silex Trading S/A	-	1	1	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	4
Siloexxel Manuf ee Equip. de Armazenagem de Grãos Ltda	-	1	2	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7
Simisa Simioni Metalurgica Ltda	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Simplex Equipamentos Ltda	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Sms Siemag Serviços Industriais Ltda.	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Spflex Indústria e Comércio de Máquinas Ltd	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Starexport Trading S/A	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Stemac S/A Grupos Geradores	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Suplextrade Comércio Exterior Ltda	-	-	-	-	-	-	1	3	-	-	-	-	-	-	4
Svedala Ltda	3	9	11	5	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	29
Techint Engenharia e Construção S/A	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	2
Tecnológica Indústria e Comércio de Informática Ltda	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Tecumseh do Brasil Ltda	-	2	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6
Terex-Cifali Equipamentos Ltda	-	1	-	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	4
Thyssenkrupp Elevadores As	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3
Toledo do Brasil Indústria de Balanças Ltda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	2
TPRO Engenharia S.A./Pharmaster do Brasil Consultoria Ltda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Tracan Maqs. e Sists. para Agricultura Ltda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	2
Tramontina Farroupilha S/A Indústria Metalúrgica	-	-	5	3	3	7	6	2	-	-	-	-	-	-	26
Tramontina S/A Cutelaria	-	-	3	-	2	7	12	3	-	-	-	-	-	-	27
Tres Eixos Indústria de Equipamentos de Transportes Ltd	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Trutzschler Indústria e Comércio de Máquinas Ltda	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1

Continua...

Empresa	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Acumulado
Uni Systems do Brasil Ltda	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Universum do Brasil Indústria Moveleira Ltda	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Uteco Indústria e Comércio de Máquinas Ltda	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Valtra do Brasil Ltda.	18	69	29	14	13	-	1	-	-	-	-	-	-	-	144
Voith Paper Máquinas e Equipamentos Ltda	1	1	1	2	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	6
Volkswagen do Brasil Ind. Veículos Automotores Ltda	1	9	10	9	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	32
Volvo do Brasil Veículos Ltda	-	44	56	18	13	3	15	9	3	1	-	-	-	-	162
Volvo Equipamentos de Construção Ltda	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Weg Indústrias S/A (Incorporada)	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
White Martins Gases Industriais Ltda	2	17	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20
Xylem Brasil Soluções Para Água Ltda	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Zanella Engenharia e Indústria De Maquinas Ltda	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Ziemann-Liess Máquinas e Equipamentos Ltda.	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Total: 234 empresas	156	878	684	338	270	231	154	171	162	65	98	158	135	125	3626

BNDES. Contratos referentes à desembolsos do BNDES-Exim Pós-embarque. Disponível em:
<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/Busca/solrsearch?q=p%C3%B3s-embarque>. Acesso em 07 de fev. de 2018.

Anexo IX:**Gráfico: Evolução dos desembolsos do BNDES Exim pós-embarque, 1998-2010 (US\$ Bilhões):**